

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E CULTURA REGIONAL

ANTONIO EVARISTO ZANCHIN DE CAMPOS

**DE ANDARILHO A HERÓI DOS PAMPAS:  
HISTÓRIA E LITERATURA NA CRIAÇÃO DO GAÚCHO HERÓI**

**Caxias do Sul  
2008**

ANTONIO EVARISTO ZANCHIN DE CAMPOS

**DE ANDARILHO A HERÓI DOS PAMPAS:  
HISTÓRIA E LITERATURA NA CRIAÇÃO DO GAÚCHO HERÓI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras e Cultura Regional da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Conforto

**Caxias do Sul  
2008**



Aos meus pais:  
Mãe, pelo conhecimento, amor e dedicação;  
Pai, pelas oportunidades e pelo exemplo de perseverança.

Gabriela, por tudo. Para sempre.

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi uma caminhada que muitos participaram, aos quais agradeço:

À minha orientadora Professora Dra. Marília Conforto, por ter me incentivado a ingressar neste mestrado e ter me acolhido como orientando. Pela confiança em mim depositada, durante toda a nossa caminhada.

Ao corpo docente do mestrado de Letras e Cultura Regional; em especial ao Professor Dr. Flávio Loureiro Chaves, pelo incentivo.

Às minhas queridas colegas de mestrado: Carina Fior Postingher Balzan, Cinara Fontana Triches, Demirse Marilva Ruffato, Karina de Castilhos Lucena, Lisiane Delay, Luciana Crestana dos Santos e Rosemari Sarmento, por todo o conhecimento partilhado nas conversas de copo e de cruz, fruto de uma amizade sincera e duradoura.

À minha família, pelo companheirismo e amor.

À família Mattana, pelo suporte.

À empresa Camcam Comércio e Representações, pelo apoio e compreensão de minha ausência.

E, principalmente, à Deus e sua criação.

*O real não está na saída nem na chegada:  
ele se dispõe para a gente é no meio da  
travessia.*

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>8</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>9</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1 RIO GRANDE DO SUL E BRASIL: RELAÇÕES ENTRE O REGIONAL E O NACIONAL.....	12
1.2 HISTÓRIA E LITERATURA.....	17
1.2.1 História, Literatura e Ideologia.....	23
1.3 A LITERATURA FUNDADORA DA IMAGEM IDEOLÓGICA DO GAÚCHO. .....	27
<b>2 FORMAÇÃO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO: BREVE INTRODUÇÃO DOS PROCESSOS POLÍTICO-MILITAR E ECONÔMICO.....</b>	<b>33</b>
2.1 PROCESSO MILITAR.....	33
2.2 QUESTÃO DE FRONTEIRA.....	44
2.3 PROCESSO ECONÔMICO.....	51
2.3.1 Ascensão econômica do Rio Grande do Sul.....	56
<b>3 GAÚCHO, VISÕES DA HISTÓRIA.....</b>	<b>62</b>
3.1 AS DEFINIÇÕES HISTORIOGRÁFICAS DO GAÚCHO.....	65
<b>4 GAÚCHO, VISÕES DA LITERATURA.....</b>	<b>86</b>
4.1 O GAÚCHO.....	86
4.2 O VAQUEANO.....	106
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>118</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>124</b>

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo desenvolver um diálogo entre a literatura e a História a fim de evidenciar as suas contribuições para a formação da imagem do gaúcho herói. Para tal, selecionamos as obras literárias *O Gaúcho*, de José de Alencar e *O Vaqueano*, de Apolinário Porto Alegre, devido ao seu pioneirismo na formação da personagem gaúcho e por serem elas precursoras da literatura regionalista rio-grandense. As análises discorrem na fundamentação de que a ideologia dos autores está inserida em suas narrativas. Analisamos as obras dentro de seu contexto histórico-temporal e ideológico, e identificamos que as imagens construídas na narrativa servem na construção de significados para gaúcho e, assim, conduzem o texto para a contemplação de ideologias contidas em projetos previamente estipulados. Afirmamos que a figura do gaúcho sofreu modificações no decorrer do tempo para atender definições ideológicas da sociedade em que se inseriu. No século XX a história serviu a política na construção de uma identidade regional, corroborando com a construção antecipada pela literatura. Assim, nobilitou o gaúcho, construindo um herói que serviu de elo para a unificação cultural do estado, defendeu a ideologia da classe política, fortalecendo-a, e incutiu uma imagem idealizada do gaúcho no inconsciente coletivo do povo rio-grandense.

**Palavras-chave:** História; literatura; gaúcho; ideologia.

## ABSTRACT

This study has as main purpose develop a dialogue between the Literature and the History in order to evidence their contributions to construct the gaucho hero's image. For such, we have selected the literary compositions *O Gaúcho*, of José de Alencar and *O Vaqueano*, of Apolinário Porto Alegre, because their innovations in the formation of the "gaucho's" personage as well as they were precursors of the *rio-grandense's* regionalist literature. The analysis discourse into the recital that the author's ideology is inserted into their narratives. We have analyzed the compositions into their context ideological and secular description, and we identified the images constructed in the narratives served in the meanings construction for the gaucho, and, by this way, they lead the text to the contemplation of ideologies contained in projects previously stipulated. We state the gaucho's figure suffered modifications during the time to attend ideological definitions of the society where it was inserted. In the XX century, the history served the politics for the construction of a regionalist identity, corroborating with the anticipated construction for literature. Thus, it put the "gaucho" in the center of attentions, constructing a hero who served of link for the cultural unification of the State, defended the ideology of the politics, reinforcing it, and infused a idealized image of the "gaucho" into the collective unconscious of the *rio-grandense* people.

**Key words:** History; literature; gaucho; ideology.

## 1 INTRODUÇÃO

Temos como objetivo nesta pesquisa desenvolver um diálogo entre diferentes áreas de conhecimento – literatura, história e sociologia – com objetivo de refletir e evidenciar as influências que os diferentes textos exerceram sobre a formação da imagem do gaúcho.

Para isso, definimos como *corpus* literário duas obras fundadoras do tema: *O gaúcho*, de José de Alencar (1870) e *O Vaqueano*, de Apolinário Porto Alegre (1872). Essas obras representam o marco inicial de nossa literatura regionalista, por serem os primeiros romances a ter como personagem o gaúcho herói.

As fontes historiográficas foram selecionadas de acordo com a sua inserção na temática da pesquisa, não sendo privilegiada nenhuma corrente ideológica dos autores ou grupos historiográficos. Com isso, pretendemos inserir no discurso de nossa análise as mais diversas posições ideológicas sobre a formação histórica e social de nosso objeto de pesquisa, o gaúcho, e assim proporcionar um espaço para a discussão dialética.

A pesquisa tem como intuito contribuir para os estudos da formação cultural do Rio Grande do Sul. Através de um estudo interdisciplinar pretendemos olhar para a história da literatura e a historiografia rio-grandense por uma outra perspectiva de análise, mais ampla e abrangente.

O recorte temporal, final do século XIX, justifica-se pela transformação existente no Brasil e, por consequência, no Rio Grande do Sul neste período. Em nível nacional, José de Alencar lançou e fundamentou o programa do romantismo na literatura brasileira. Este projeto, além de criar uma nova forma de escrever a literatura nacional, foi ao encontro dos interesses políticos do segundo império. Dessa maneira, este programa literário foi fundamental para a construção de uma identidade nacional.

No Rio Grande do Sul, na mesma época, escritores que representavam a vanguarda da elite intelectual do estado, que foram basicamente os

precursores da literatura rio-grandense, criaram o Partenon Literário. Este grupo de estudiosos aderiu ao romantismo, desenvolvendo no estado os interesses maiores do programa, e teve em Apolinário Porto Alegre o seu maior expoente.

Desta maneira, este trabalho visa desenvolver um diálogo entre a literatura e a história, através da análise de suas representações da imagem do gaúcho, na visão de diferentes autores, e como isso contribuiu para a formação de uma ideologia. Embora existam muitos estudos de qualidade, produzidos tanto pela historiografia como pela crítica literária, em relação à construção deste personagem gaúcho, a grande maioria concentra-se na análise desta figura no século XX, ou seja, na figura já mitificada do gaúcho. Acreditamos na pertinência deste trabalho justamente por abordar uma época em que o mito do gaúcho estava sendo desenvolvido. Assim, objetivamos ilustrar a gênese desta criação.

Esta análise está fundamentada em algumas hipóteses, às quais norteiam o rumo desta pesquisa: A ideologia dos autores está presente nos seus textos, no momento em que criam uma imagem mitificadora para construir a identidade de um povo. Através da pesquisa histórica podemos identificar, na sociedade, as correntes ideológicas desses discursos mitificadores; Os autores eram membros das elites regionais e, nesta época o consumo das letras era exclusivo para estas mesmas elites. Assim, a literatura e a história utilizaram-se do seu *status* de “meio de comunicação” para influenciar o pensamento deste seu público-alvo, responsável pelas representações culturais de seu tempo. Desta maneira, ao participar de um programa de criação da identidade nacional, a história e a literatura serviram à política como um veículo de divulgação do seu discurso, desempenhando assim o papel de agente de mudança cultural; A história e a literatura, vinculadas ao discurso político, utilizam-se do processo de criação da ideologia do gaúcho herói para mascarar a realidade socioeconômica e cultural existente na província de São Pedro e, desta forma, desenvolver a integração através da identidade regional e do fortalecimento da sua representação na política nacional.

Partindo de tais pressupostos, esta dissertação organiza-se em cinco partes, que são: Na introdução expomos os objetivos, justificações e hipóteses

que nortearão o fio condutor desta dissertação, a questão do regional e do nacional na relação entre o Rio Grande do Sul e o Brasil e a questão da relação entre a história e a literatura; No primeiro capítulo trata da contextualização do Brasil e do Rio Grande do Sul no recorte temporal, através de uma breve apresentação da história da formação do Rio Grande do Sul. No terceiro capítulo partiremos para a análise das visões da historiografia, sociologia e crítica literária referente à história do gaúcho, evidenciando os diferentes posicionamentos existentes na formação da ideologia do gaúcho herói; no terceiro capítulo será feita a análise do corpus literário, destacando os discursos mitificadores da figura do gaúcho; Para finalizar, as considerações finais tratarão das conclusões sobre as idéias analisadas durante a dissertação e a verificação das hipóteses que nortearam o estudo.

### **1.1 Rio Grande do Sul e Brasil: relações entre o regional e o nacional**

O Brasil caracteriza-se por ser uma nação em que as regiões e os regionalismos têm marcado profundamente a sua história política econômica, social e, principalmente, cultural. (HEIDRICH, 2005, p.1). Tivemos no Brasil, durante os períodos colonial, imperial e início da república, uma separação entre o poder e a cultura: enquanto o poder sempre foi centralizado, a cultura<sup>1</sup> foi sempre segmentada no regional<sup>2</sup>. As razões para esse comportamento são

---

<sup>1</sup> O conceito de cultura utilizado nesta dissertação segue a definição de Clifford Geertz em seu livro *A Interpretação das Culturas*: “O conceito de cultura que eu defendo, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.” (GEERTZ. 1978:15).

<sup>2</sup> Adotamos o conceito de região presente no livro *Processos Culturais* de Posenato: “A região não é pois, na sua origem, uma realidade *natural*, mas uma divisão do mundo social estabelecida por um ato de vontade. Tal divisão só não é totalmente arbitrária porque, por trás do ato de delimitar um território, há certamente critérios, entre os quais o mais importante é o do alcance e da eficácia do poder de que se reserve o *auctor* da região. Enquanto esse poder é reconhecido, a região por ele regida existe. Em suma, a região, sem deixar de ser em algum grau um espaço *natural*, com fronteiras *naturais*, é antes de tudo um espaço construído por decisão, seja política, seja da ordem das representações, entre as quais as de diferentes ciências”. (POZENATO. 2003, p.150, grifos do autor).

históricas e nos remetem à falta de pensamento político das elites com relação ao território e à formação de uma nação. Esse pensamento, ou a falta dele, tem sua origem no início da colonização portuguesa em nossas terras. Se analisarmos a sociedade existente no país durante o período colonial, veremos que, devido aos interesses econômicos da metrópole sobre a sua colônia, no Brasil não existia uma constituição de povo com sentimento de pertencimento à nação. Os habitantes desse território eram ou portugueses (aqui podemos ler europeus e seus descendentes) ou escravos. Os nativos (índios) ou se colocavam na posição de escravos ou não eram nem classificados como habitantes dessa sociedade.

Por inexistir um pensamento aglutinador da identidade nacional, as regiões, através de seus povos singulares e diferentes entre si, constituíram-se como produtoras de culturas próprias. Essa característica de formação pode ser apontada como uma das razões responsáveis pela regionalização da cultura nacional.

Pozenato exemplifica a questão da regionalização nas jovens nações em formação:

Durante o período de organização das nações, a idéia de região sempre se ergueu em contraposição à idéia de nação, ora com intuito de integração (na perspectiva do poder central), ora com intuito separatista ou, em grau mais atenuado, com o intuito de afirmação de identidade própria (na perspectiva dos movimentos *regionalistas*). (op.cit., p.153, grifo do autor).

Quanto à centralização do poder político, devemos repensar as características formadoras da economia e política nacional. Sempre houve um poder centralizado no Brasil. No período colonial, o poder político era centralizado na metrópole. A corte nacional, que representava o poder residente no território, estava situada em sua totalidade no nordeste, região economicamente produtiva da colônia. Não existia, assim uma divisão de poder político regional, já que a política acompanhava a economia e a única região economicamente ativa no período era o nordeste, com a produção de açúcar. Um exemplo dessa união político-econômica é que com o declínio da economia açucareira e a ascensão da mineração no sudeste, no fim do período colonial,

a corte se transferiu para o Rio de Janeiro, afastando assim o poder político do nordeste, que se constituía em um espaço regional culturalmente definido. Desta forma notamos a constituição de uma característica cultural muito forte no Brasil: a formação de uma região com aspectos culturais definidos e compartilhados dentro de um espaço também definido, porém longe do poder político, que se caracteriza por sua centralização na zona da produção nacional de maior representatividade.

No período do império, temos o fortalecimento das elites regionais devido à independência, mas temos também um aglutinador político muito forte. O trono do Imperador estava estrategicamente colocado sobre um tripé socioeconômico defendido por elites regionais: o latifúndio, a monocultura e, principalmente, o sistema escravista de mão-de-obra<sup>3</sup>. Esse último foi o principal fator mantenedor da integridade territorial do país e da unificação do poder central. Existia ali um pacto de interesses recíprocos entre poder central e elites regionais: o império manteria a ordem vigente e as elites apoiariam a corte no poder da nova nação. Exemplo disso é que, quando se extinguiu definitivamente a escravidão em 1888, extinguiu-se também o império, em 1889.

A questão da cultura como unidade nacional começa a ser pensada somente a partir da independência. Tal afirmação sustenta-se no fato de que não houve um projeto de independência, centrado na organização do Brasil como uma nação autônoma e culturalmente definida, essa questão só foi pensada realmente quando a nova nação se deparou com a pergunta: “Não somos mais portugueses, somos livres. Mas quem somos nós afinal?”. Nesse momento é que se fez necessário, devido a questões econômicas e de fronteiras, que se pensasse o país como uma nação. Essa preocupação fez com que o estado buscasse na história regional os elementos necessários para a constituição da identidade nacional<sup>4</sup>. Isso fortaleceu ainda mais as

---

<sup>3</sup> Esta idéia é trabalhada pelo historiador Mário Maestri, e foi retirada de uma citação na disciplina de História Sócio-cultural do Brasil, ministrada pela Profa. Dra. Marília Conforto, neste mestrado.

<sup>4</sup> Segundo Kathryn Woodward, a redescoberta do passado é parte do processo de construção de identidade nacional. Porém, ao tentar afirma suas identidades, buscando-as no passado, é possível que se possa estar produzindo novas identidades. (WOODWARD, 2000, p.11).

regionalidades<sup>5</sup>, pois as elites começaram a se utilizar desta construção para reivindicar poder junto ao governo central.

Foi neste período que, em busca dessa unificação, José de Alencar lançou seu projeto de “romantismo”, que consistia em criar uma identidade nacional através das diversidades culturais. Nesse projeto, *O Gaúcho*, obra lançada em 1870, tem a finalidade de aproximar o povo rio-grandense da corte imperial, tornando o gaúcho um personagem mais acessível socialmente. Alencar buscou, ideologicamente, a constituição de uma identidade nacional através do conhecimento, compreensão e integração das diversas culturas regionais existentes no vasto território brasileiro.

No Rio Grande do Sul, “a ênfase das peculiaridades e a simultânea afirmação de pertencimento ao Brasil constitui um dos principais suportes da construção social da identidade gaúcha que é constantemente evocada, atualizada e reposta” (OLIVEN, 1989, p.03). Esta ênfase deve ser considerada o aspecto mais contundente e próprio do regionalismo de inserção nacional, sem ser uma contradição mas sim uma forma de distinguir-se do nacionalismo. A afirmação de pertencimento, ao emanar orgulho da sua condição, coloca-se numa posição diversa da simples subordinação, constituindo assim um tipo especial de identidade territorial, inserido noutra mais abrangente. Do ponto de vista político-econômico, essa afirmação motiva-se em função de que as vantagens existentes no pertencimento à nação são maiores para as elites dominantes do que uma suposta autonomia administrativa regional. Desta forma, esta estratégia justifica-se pela vontade de autonomia interna sem perder força no conjunto nacional. Para o Rio Grande de Sul, estar ligado ao Brasil significou o acesso ao grande mercado nacional, com vantagens sobre os concorrentes platinos. Além disso, significou também a manutenção da

---

<sup>5</sup> Utilizamos o conceito de regionalidade conforme definição de Pozenato: “Uma determinada região é constituída [...] de acordo com o tipo, o número e a extensão das relações adotadas para defini-la. Assim [...] não existe uma região [...] a não ser em sentido simbólico, na medida em que seja construído (pela práxis ou pelo conhecimento) um conjunto de relações que apontem para um significado. Isto é, o que é entendido como região é, realmente, uma regionalidade. Não vejo no entanto problema em continuar falando em região, contanto que por tal não fique entendida uma realidade *natural*, mas uma rede de relações, em última instância, estabelecida por um *auctor*, seja ele um cientista, um governo, uma coletividade, uma instituição ou um líder separatista.” (op. cit., p.152, grifo do autor).

estrutura produtiva vigente (escravidão e grandes propriedades de terra) desde os primórdios da sua produção pastoril. (op.cit., p.08).

Pozenato afirma que, no período republicano, por estar a nação já constituída em um território definido e com um poder centralizado bastante forte, mas um precário equilíbrio com a idéia de federação dos estados, este conflito entre a regionalidade e a nacionalidade esteve bastante presente. Corroborando com tal pensamento, Ruben Oliven nos mostra que o pertencimento à nação deu-se, primeiramente, pela afirmação do sentimento regional:

A afirmação de identidades regionais no Brasil pode ser encarada como uma reação a uma homogeneização cultural e como uma forma de salientar as diferenças culturais. Esta redescoberta das diferenças e a atualidade da questão da federação numa época em que o país se encontrava bastante integrado do ponto de vista político, econômico e cultural sugere que no Brasil o nacional passa primeiro pelo regional. (OLIVEN, 1992, p.43).

Para analisarmos a questão da formação da regionalidade no Rio Grande do Sul, é preciso compreender que o modelo de ocupação desse território e sua constituição social são, em muitas maneiras, responsáveis pela forte regionalização cultural existente no estado. Desta construção podemos destacar dois elementos essenciais e primordiais para a existência dessas características: a formação guerreira e a vida pastoril.

A vida dos primeiros habitantes da província, ou seja, o gaúcho primitivo e o colonizador, foi pontuada por duas características marcantes, que acabaram por definir seu caráter como um ser guerreiro. A primeira é a sempre presente questão de fronteira. Acredita-se que, devido ao grande número de batalhas, o gaúcho teve sua cultura moldada pelos costumes militares. Assim esse caráter guerreiro passou a fazer parte do inconsciente coletivo do estado, influenciando a cultura dos demais rio-grandenses, criando a idéia de afastamento e bairrismo.

A segunda característica é a questão da sobrevivência no pampa. Explica-se a brutalidade do gaúcho a partir da rude relação deste com o seu meio. O gaúcho vivia de acordo com o que o pampa lhe dava, ou seja, utilizava a matéria-prima fornecida pela natureza para sua sobrevivência, não produzindo meios para sua subsistência. Essa matéria consistia em rebanhos

eqüinos e bovinos que viviam nas pastagens do pampa. Desses, animais o gaúcho buscava a carne para alimento e seus derivados (couro, ossos, cascos) para sua atividade comercial. A brutalidade da lida com a caça e o abatimento desses animais para extrair-lhes os produtos de subsistência fez com que o gaúcho fosse visto como um bárbaro, um homem perdido no pampa, selvagem como os animais com os quais ele lidava.

A partir dessa situação de luta constante, pela fronteira e pela sobrevivência, o gaúcho constituiu-se culturalmente como um ser diferente dos seus pares nacionais. Com essas peculiaridades destacadas e exaltadas pelos ditos populares, a criação de uma figura mítica entrou em seu processo de formação. Vendo nisso uma possibilidade de fortalecimento cultural e conseqüentemente político, as elites locais agiram em busca da identificação do povo rio-grandense a esse passado recente de luta do gaúcho campeiro, transformando este selvagem num ser mais abrandado, mais “civilizado” e deslocando esse passado mítico para a figura do peão da estância e seu senhor. Os principais meios utilizados para essa construção ideológica foram a literatura e a história, por serem fortes veículos de caráter pedagógico e de comunicação social e cultural.

## 1.2 HISTÓRIA E LITERATURA

Inicialmente, a história e a literatura eram como um ser único e indistinto. Lentamente, como parte do processo de tomada de consciência do homem de sua existência social, as duas disciplinas diferenciaram-se, singularizaram-se e especializaram-se.

Da idade média até o século XVIII, os limites entre história e literatura não eram rígidos. Um escritor podia misturar os fatos reais e imaginários na trama literária, da mesma forma que um historiador podia dar um caráter fantasioso ao seu relato histórico. No século XIX, apesar do surgimento do romance histórico clássico, em estreita relação com a teoria positivista e com

as teses deterministas e evolucionistas, a fronteira entre história e ficção foi relativamente nítida.

A história desenvolveu-se como ciência durante o século XIX. A discussão científica, naquele momento, estava ligada ao desenvolvimento dos métodos de investigação, do estudo das fontes e crítica aos documentos. Isso representou um grande avanço metodológico para a ciência, visto que a história era uma grande descrição dos feitos heróicos de grandes personagens e do ocaso das principais civilizações.

Atualmente, a divisão entre a história e a literatura é bastante tênue. Inúmeros trabalhos estão sendo produzidos para corroborar com a idéia de relação interna de intricação e articulação da história com a literatura, disciplinas que se constituem exteriormente uma a outra. Desta forma, Marília Conforto, citando Sandra Pesavento (apud CONFORTO, 2004, p.63), analisa que “o fato de os historiadores contemporâneos aprovarem o casamento entre a história e a ficção significa, fundamentalmente, aceitar o texto literário não mais como relato fantasioso desprezioso sobre o real, mas sim como sintoma de uma época, como representação do mundo”.

A atividade artística não possui nenhum compromisso com o rigor do registro científico. Conforme Peter Gay (1990, p.13) “a verdade é um instrumento opcional da ficção, não sua finalidade essencial”. No trabalho da história, a liberdade passa pela identificação dos momentos em que o discurso literário desloca o discurso histórico para o âmbito da ficção. A literatura, por ser uma forma de entretenimento, produz, de uma forma mais livre, discursos que no campo político ou religioso certamente seriam condenados. (CONFORTO, 2004, p.65)

A literatura se objetiva na construção artística. A história impõe-se através da confrontação do explicado (teoria) com o analisado (objeto), já que constitui análise concreta de situação concreta. Na historiografia, a beleza é atributo excedente; na ficção, a veracidade é qualidade marginal.

A fronteira entre a história e a literatura não separa, mas sim determina o ponto de convergência no qual podemos observar a unidade da obra literária. Segundo Antônio Candido (2006, p.13):

só a podemos entender fundindo o texto e o contexto numa interpretação dialeticamente íntegra. Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno.

Pensar que a história e a literatura utilizam-se da mesma matéria para criar as suas páginas é muito fértil pra entender o estudo em questão. Ambas escrevem sobre o mundo no qual vivem e no tempo que estão inseridos, mesmo quando escrevem sobre o passado ou o futuro. Segundo Decca (1997, p:200) , tanto a ficção quanto a historiografia, ao se debruçarem sobre o passado, buscam a mesma coisa: “encontrar o sentido da experiência humana”. O que diferencia esses conhecimentos é o método. A historiografia escreve de acordo com um conhecimento científico e suas normas, buscando sempre a lealdade para com as fontes e com o “real”<sup>6</sup>. Já a literatura segue a perspectiva do belo, da arte e da subjetividade das coisas. Essa discussão remete à Aristóteles, o primeiro grande filósofo a escrever sobre esse diálogo. Em sua *Arte Poética*, ele coloca a relação entre os conhecimentos e suas diferenciações:

Não compete ao poeta narrar exatamente o que aconteceu; mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade. O historiador e o poeta não se distinguem um do outro, pelo fato de o primeiro escrever em prosa e o segundo em verso (pois, se a obra de Heródoto houvesse sido composta em verso, nem por isso deixaria de ser obra de história, figurando ou não o metro dela). Diferem entre si, porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido. (ARISTÓTELES, 2004, p.43).

Segundo Maestri (2004, p.10), a inexorável determinação da historiografia pelos documentos é uma ilusão. O historiador não é fantoche dos dados, sobre os quais aplica, como cirurgião hábil, o bisturi técnico-metodológico. É alta a autonomia, consciente e inconsciente, do historiador na escolha e no tratamento da documentação. Sua independência cresce quando transita da pesquisa à produção do texto historiográfico.

---

<sup>6</sup>Destaco a palavra *real* pois cabe aqui a definição do sentido do real. O real é subjetivo, tanto para o poeta como para o historiador. A questão é que o real para a história tem relação com a objetividade do método e a ética da ciência, enquanto para a literatura a questão do verossímil é permitida e satisfatória. Sendo assim descarto a idéia, ultrapassada epistemologicamente, de que a história é a guardiã do real, enquanto a literatura é pura fantasia poética (caso contrário não haveria razão para a elaboração deste estudo).

Para a historiadora Janice Theodoro da Silva, o historiador, ao abordar uma realidade, escolhe uma evidência. Ao selecionar os fatos utilizados, ele também define a localização do narrador. É a partir daí que o historiador estabelece suas deduções e interpretações. No momento em que escolhe a realidade a ser descrita, ele se aproxima do texto literário, no sentido de arbitrar o narrado. (SILVA, 1991, p.11).

Apesar das diferenças, deve-se ter sempre em mente que a história se aproxima da literatura pela utilização da linguagem, mas que isso não iguala a produção da ciência histórica à produção literária. Devemos compreender que muitas vezes esses diferentes conhecimentos podem caminhar juntos, mas que o objetivo é suficientemente diferenciado para manter uma linha divisória entre a história e a literatura. Segundo Michel de Certeau (1997, p.25):

A história é um discurso que aciona construções, composições e figuras que são as mesmas da escrita narrativa, portanto da ficção, mas é um discurso que, ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados “científicos”, sendo isso a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitem controlar operações proporcionais à produção de objetos determinados.

Na historiografia, a impressão de veracidade cresce quando os fatos históricos são apresentados sem a intervenção explícita do autor. A ausência do narrador onisciente intruso adapta-se como uma luva ao sonho positivista de neutralidade epistemológica e é recurso utilizado, em geral inconscientemente, pelo historiador.

Segundo Marília Conforto (op. cit, p.61), a pesquisa não visa à escolha entre literatura ou história, mas sim o cruzamento entre ambas como construção do conhecimento de nossa própria história política, social, cultural e econômica. Essa reflexão considera os fazeres historiográfico e literário como o espaço onde a história e a ficção acontecem.

Estamos interessados na maneira como o historiador pode utilizar a literatura como fonte para pesquisa historiográfica, propondo um modelo de análise, e também como a literatura se utiliza da história para enredar e narrar as suas linhas. Para isso, é preciso descartar aquelas leituras que visam apenas identificar e comparar com a historiografia os fatos históricos que compõem o pano de fundo do texto literário.

Antonio Candido é um autor de destaque quanto às relações entre literatura, história e sociedade. Sua obra *Literatura e sociedade nos traz* um entendimento de como acontece essa relação e de que maneira podemos trabalhar com a análise dessas questões. Assim,

numa relação entre literatura e sociedade deve-se evitar o ponto de vista mais usual, que se pode qualificar de paralelístico, pois consiste essencialmente em mostrar, de um lado, os aspectos sociais e, de outro, a sua ocorrência nas obras, sem chegar ao conhecimento de uma efetiva interpretação.(op. cit., p.16).

Complementando o pensamento de Candido, Marília Conforto acrescenta:

Esse tipo de análise é equivocado na medida em que não leva em conta que a arte é o terreno da liberdade e, por isso, o artista não tem nenhum compromisso direto com a verdade histórica. Da mesma forma, tal leitura ignora os paradigmas atuais das investigações historiográficas, que se negam a reduzir a realidade a fatos puramente empíricos, sem significação, mas, ao contrário, buscam investigar a sua dupla dimensão objetiva e subjetiva. (op. cit., p.65).

Conforme Candido, o olhar do historiador para a literatura deve ter presente que a obra literária é capaz de não só de exprimir o homem, sintetizando e projetando as suas experiências, mas também de atuar de modo subconsciente e inconsciente sobre ele, inculcando determinados valores. Atuar sobre o homem significa, inevitavelmente, atuar sobre a sociedade. Segundo Marília Conforto (op. cit., p.65), o historiador também deve ter presente, que a literatura pré-forma a compreensão do leitor e repercute em seu comportamento social, levando-o a uma percepção do seu universo. Nesse sentido, a arte literária faz história, porque participa do processo de pré-formação e motivação do comportamento social do leitor, passando-lhe normas que são padrões de atuação ou modelos de ação. Em suma, a literatura influencia o destinatário, porque pode criar ou veicular normas, reproduzir ou reforçar padrões vigentes e, inclusive, antecipar-se à sociedade, inovando e rompendo com códigos consagrados. Tanto a literatura como a história guardam a memória coletiva de um povo, a qual também traz consigo relações sociais e de poder. E é justamente essa relação de poder, de dominação que

se quer enfatizar, pois essa memória coletiva registrada tanto pela história quanto pela literatura recebeu influências das instâncias de poder e dominação.

Referindo-se a essa autonomia artística, Silva (1969, p.90) assinala: “A liberdade adquirida em relação a toda a ordem preestabelecida do real põe em evidência o poder pelo qual o artista dispõe das palavras e das formas segundo o seu gênio próprio”.

As propostas de autonomia da literatura em relação ao mundo social não conseguem negar o fato de que ela, necessariamente, se constrói com as palavras, as idéias, os sentimentos, os temas e as preocupações de sua época, constituindo poderoso registro do mundo que a gerou. A teoria literária tem enfatizado a determinação da narrativa pelo mundo social, algo que estaria além da consciência do autor.

Nesse sentido, Mesquita (apud Maestri, 2004, p.14) lembra: “a ficção, por mais inventada que seja a estória, terá sempre, e necessariamente, uma vinculação com o real empírico, vivido, o real da história. O enredo mais delirante, surreal, metafórico estará dentro da realidade, partirá dela, ainda quando pretende negá-la, distanciar-se...”.

A narrativa ficcional em prosa constitui fonte documental essencial, já que expressa poderosamente os cenários, a linguagem, os personagens dominantes, as concepções e visões de mundo, as preocupações e preconceitos sociais, etc. da época que foi produzida. Nos anos 1820, Hegel (apud Maestri, 2004, p.11) lembrava que, apesar da obra do poeta “pertencer-lhe”, este último é “tributário de sua cultura, de sua língua e dos conhecimentos que recebeu”.

Portanto, citando Marília Conforto (op. cit., 2004, p.66):

Deve-se ressaltar que a leitura e a reflexão sobre os textos literários e historiográficos, em conjunto, demonstram que eles não são antagônicos. Ao contrário, completam-se e revelam aspectos importantes da construção da história e do discurso da história, além dos discursos nos níveis político, econômico e social. Na literatura podemos ler as fissuras, as contradições, as ambivalências e a crueldade que, muitas vezes, o texto historiográfico, como discurso científico, unifica. Por isso que a análise da ficção como um espaço onde a história acontece contribui para a construção do conhecimento histórico.

Esta pesquisa trabalhou com a idéia que o texto, de uma forma ou de outra, é sempre subjetivo, mesmo que, no caso da história, isso às vezes seja negado. Ao usar o método de análise, o pesquisador está fadado a ser subjetivo, pois sempre que este buscar explicar algo, estará explicando o seu entendimento, a sua compreensão do fato explicado.

A razão da aproximação da história e da literatura nos últimos anos deve-se à mudança de pensamento dos historiadores. Considera-se hoje que estes devem deixar de olhar para a literatura como se fosse apenas uma descrição fantasiosa de fatos reais e passar a analisar os textos como filhos de uma época, como visões da sociedade em que seu autor e seu público, estão inseridos. Desta forma, o historiador estará utilizando uma fonte preciosa para seu trabalho, tendo em vista que o texto literário estará sempre desvelando em suas linhas as características da sociedade em que ele foi criado.

### **1.2.1 História, Literatura e ideologia**

Antes de verificar a importância da ideologia nas criações da literatura e da história, é necessário defini-la. Segundo Mannheim (1986, p.81), existem dois significados distintos e separáveis do termo "ideologia": o particular e o total. A concepção particular refere-se à questão do ceticismo do receptor com relação às idéias e representações apresentadas pelo opositor: "estas são encaradas como disfarces mais ou menos conscientes da real natureza de uma situação, cujo reconhecimento não estaria de acordo com os seus interesses". Podemos creditar que estas sejam mentiras inconscientes ou mesmo disfarces semiconscientes e dissimulados. Essa noção de ideologia como manipulação dissimulada, consciente ou inconsciente, como mentira ou não de algum fato ou idéia encontra-se no senso comum, sendo aplicada constantemente, em vários sentidos, como por exemplo em disputas ou discursos políticos.

Já a conceituação da ideologia total, segundo o autor, passa por uma maior inclusão social, ao invés do individualismo da concepção particular. Refere-se à ideologia de uma época ou de um grupo histórico-social concreto, preocupando-se com as características e a composição da estrutura total da mente desta época ou deste grupo.

O crítico literário e filósofo inglês Terry Eagleton, em seu livro *Ideologia: uma introdução* analisa que em alguns casos os significados do termo ideologia envolvem questões epistemológicas, enquanto outras vezes calam-se a respeito. Algumas definições compreendem um sentido de percepção inadequada da realidade, enquanto outras deixam a questão em aberto. Assim, o autor afirma que tal distinção é um importante objeto de controvérsia na teoria da ideologia e reflete as desavenças entre as duas tradições correntes que encontramos inseridas no termo. De modo geral,

uma linhagem central – de Hegel e Marx a Georg Lukács e alguns pensadores marxistas posteriores – esteve muito preocupada com idéias de verdadeira e falsa cognição, com a ideologia como ilusão, distorção e mistificação; já uma outra tradição do pensamento, menos epistemológica que sociológica, voltou-se mais para a função das idéias na vida social do que para seu caráter real ou irreal. (EAGLETON, 1997, p.16).

Porém, em ambos os casos, o significado volta-se para o sujeito, seja o indivíduo ou o grupo, entendendo-se o discurso pelo método de analisar as condições sociais de um ou de outro. Assim, as idéias expressas pelo indivíduo são encaradas como funções de sua existência. Isso significa que opiniões, declarações, proposições e sistemas de idéias não são tomados por seu valor aparente, mas interpretados conforme o posicionamento social de quem os expressa, e ainda, significa que o caráter e a situação de vida específicos dos sujeitos influenciam suas opiniões, percepções e interpretações. (MANNHEIM, 1986, p.82) Essa definição se aproxima da teoria de Candido (2006, p.30), quando afirma que cada obra literária “depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação”, de modo que o autor é influenciado por forças sociais condicionantes, que o guiam com maior ou menor grau de intensidade. Por essa razão, podemos afirmar que, numa análise sociológica de alguma obra, pode interessar menos o período que está

referido em suas linhas do que o contexto histórico no qual o autor está inserido.

Eagleton (op. cit., p.15), afirma que não existe uma definição única e adequada de ideologia. Não que faltem estudos e pesquisas sobre o tema, com certeza muito se produziu, principalmente pelas mãos dos maiores pensadores, mas pelo simples fato de que existem uma série de significados convenientes, nem todos compatíveis entre si. Tentar incluí-los em uma única definição abrangente seria impossível, se não inútil. Assim, o termo ideologia é “um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias”.

Em virtude de sua multiplicidade de significados, o Eagleton (op. cit., p.15) propõe uma lista de definições que estão atualmente em circulação para ideologia. Seleccionamos algumas delas, de acordo com sua inserção na análise proposta por esta pesquisa:

- a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social;
- b) um corpo de idéias característico de um determinado grupo ou classe social;
- c) idéias que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- d) formas de pensamento motivadas por interesses sociais;
- e) pensamento de identidade;
- f) ilusão socialmente necessária;
- g) a conjuntura de discurso e poder;
- h) conjunto de crenças orientadas para a ação;

É importante destacar que, embora dêem significados ao mesmo termo, nem todas estas formulações são compatíveis entre si. Com relação à análise do gaúcho e a sua histórica mudança ideológica, podemos ter alguns exemplos de incompatibilidade de tais significados. Tendo hoje a ideologia do gaúcho conceituando o *pensamento de identidade* dos habitantes do estado do Rio Grande do Sul não podemos afirmar que esta ideologia sirva, ainda, como *idéias que ajudam a legitimar um poder político dominante*. Dessa forma, podemos verificar que, no decorrer da história, tivemos diferentes significados ideológicos para o termo *gaúcho*, tanto para o próprio indivíduo como para os que escreveram e criaram sobre ele. (Grifos nossos).

Através do estudo e análise do enquadramento do fato histórico é possível chegar à corrente ideológica inserida no texto em questão. O texto, tanto historiográfico quanto literário, age sobre a sociedade que o engendrou como um legitimador da ideologia que nele está inserida. Desta maneira, podemos pensar no texto como um construtor de significados, de acordo com o ponto de vista que o autor coloca, para assim legitimar as suas percepções de cultura, história, ideologia, verdade, etc. Pensamos aqui nos textos como criadores, divulgadores e legitimadores da ideologia do autor e de sua época. Segundo Candido (op. cit., p.09)

O problema fundamental para a análise literária é: averiguar como a realidade social se transforma em componente de uma estrutura literária, a ponto dela poder ser estruturada em si mesma; e como só o conhecimento desta estrutura permite compreender a função que a obra exerce.

O historiador francês Paul Veyne reflete sobre a relação entre verdade e crença. Nas páginas introdutórias de seu livro *Acreditaram os gregos nos seus mitos?*, o autor mostra que a cada etapa da história do homem é capaz de produzir métodos de apreensão das “verdades”. Na Grécia antiga, o mundo das lendas e dos mitos era tido como verdadeiro, no sentido de que não se duvidava dele enquanto uma das múltiplas possibilidades de convivência com o real. Daí Veyne reconhece serem múltiplas as maneiras de acreditar, ou melhor, são múltiplos os regimes de verdade de um mesmo objeto. No fim das contas, pode-se indagar se a literatura ou a religião, por exemplo, contêm mais ficções do que a história e os seus discursos durante os séculos. Sendo assim, Veyne (1987, p.23) coloca:

Já que um mundo não pode ser fictício em si próprio, entre uma realidade e a ficção a diferença não se encontra no próprio objeto, mas em nós, que convivemos com e transitamos por diferentes esferas da verdade. Somos fabricantes das nossas verdades, porque as verdades nascem da imaginação da nossa tribo.

Desta maneira, podemos dizer que, longe de se opor à verdade, a ficção é seu suplemento.

José Carlos Reis, na brilhante introdução de seu livro *As identidades do Brasil*, nos traz uma excelente reflexão com relação à necessidade que o historiador tem de reescrever continuamente a história. Ao comentar sobre as diversas escolas históricas e seus pontos de vista sobre a apreensão e a legitimação de suas descobertas da “verdade histórica” como sendo única e definitiva, descartando os conhecimentos de seus antecessores, o autor entra na discussão do conceito de verdade. Ele afirma que:

A verdade histórica, ela é fundamentalmente histórica. Não há métodos e histórias definitivas que levem (ou traga) à verdade absoluta do tempo. Em cada presente, o que se tem é uma visão parcial, uma articulação original do passado e do futuro. [...] Todo historiador é marcado por seu lugar social, por sua data e por sua pessoa. (REIS, 2006, p.11).

O autor continua a sua explicação citando Koselleck (apud Reis, 2006, p.11):

Para se conhecer uma interpretação histórica é sempre preciso saber quem a formulou: um nativo ou um estrangeiro, um amigo ou um inimigo, um erudito ou um cortesão, um burguês ou um camponês, um rebelde ou um súdito dócil. As narrativas podem se contradizer e, paradoxalmente, ser verdadeiras. Pode-se olhar sobre o mesmo tempo e representá-lo diferentemente, mas coerente e corretamente.

### **1.3 A LITERATURA FUNDADORA DA IMAGEM IDEOLÓGICA DO GAÚCHO**

Na província de São Pedro a presença dos letrados foi por muito tempo dispensável. Os primeiros conquistadores não precisaram fabricar ideologias que justificassem o aprisionamento e o massacre dos índios. A conquista se deu sem maiores considerações a não ser a ânsia pelo lucro. [...] Ora, frente a tal epopéia ou tragédia (depende do ponto de vista) que papel poderia exercer o intelectual? Que função teriam poetas, ficcionista e ideólogos na fronteira aberta, onde se entrechocavam os interesses e as desmedidas ambições? Que força haveria num conjunto de versos ou argumentos, por mais refinado que fosse, para interferir no triunfo da nova área econômica do Império, área capaz de suprir – alguns tempos depois – todo o

país com couros, sebo e charque? Que musas atrairiam ou espantariam o gado chimarrão, os índios dispersos, os gaudérios? Que palavras alterariam a fertilidade dos campos ou modificariam a ordem latifundiária, plantada desde o início da província como elemento indispensável à expansão do capitalismo subsidiário? (GONZAGA, 1980, p.122).

Essas indagações dão início ao artigo de Sergius Gonzaga, intitulado “*As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura*”, na originalíssima obra *RS: Cultura e Ideologia*, organizada no fim da década de setenta por professores e pensadores da temática rio-grandense da UFRGS.<sup>7</sup> Essa obra coloca-se no tempo como pioneira de um movimento acadêmico em prol da desconstrução de um passado mítico da ideologia do estado do Rio Grande do Sul. Os organizadores, José Hidelbrando Dacanal e Sergius Gonzaga, expõem seus objetivos já na apresentação da obra:

A história das idéias de uma sociedade é, em última instância, a história desta mesma sociedade. Se no plano do factual, apesar da inexistência de uma boa síntese, foram levantados muitos dados da história do Rio Grande do Sul, no plano ideológico as lendas imperam soberanas. Os ensaios aqui reunidos, uns mais, outros menos, têm o sentido de um primeiro ataque às construções do passado. Não por serem do passado, mas por jamais terem tido outra consistência que a de estarem a serviço do poder, que as legitimava. Desaparecido este flutuam caducas no espaço. (DACANAL; GONZAGA, 1980, p.03).

As colocações de Gonzaga referem-se à produção literária praticamente inexistente na província até o final do século XIX. Devido ao modelo de ocupação habitacional praticado no estado, não se constituiu aqui um sistema de produtores e receptores literários, como quer Antonio Candido, não garantindo aqui uma permanência ativa na vida cultural e artística.

Conforme Carlos Reverbel (1986, p.65), a bibliografia platina sobre o gaúcho é bastante vasta e completa. Principalmente tratando-se da Argentina, onde recebeu volumes de alta erudição. Devemos acreditar que este fato se dá devido a grande importância social, cultural e histórica que o gaúcho

---

<sup>7</sup> Colocamos este livro como obra imprescindível para o estudo da história e da literatura rio-grandense devido ao pioneirismo no tema. Mas, acima disso, devido ao caráter empreendedor e ousado de seus organizadores, José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. Vale destacar o quilate de seus colaboradores, que conta com nomes prestigiosos como o de Flávio Loureiro Chaves, Décio Freitas, Tarso F. Genro, Sandra Jatáhy Pesavento, entre outros.

desempenha na formação das nações platinas. Ao contrário disto, no Brasil, a produção das letras referentes ao gaúcho encontram-se de acordo com o tamanho da influência que este exerce sobre a nação. No caso platino, o gaúcho faz parte da construção do estado como um todo. Estava presente em cada canto do território e seu papel era central nessa construção. No caso brasileiro, o gaúcho desempenhou influência numa pequena parte da nação e, devido a sua incorporação tardia, as trocas culturais ficaram de alguma maneira, unilateralmente prejudicadas. Dentro de uma diversidade cultural tão grande existente no Brasil, o gaúcho ocupa um pedaço muito pequeno neste quadro. Assim a bibliografia, dedicada a este acompanha proporcionalmente a sua influência cultural dentro da vasta nação.

Desta forma, podemos entender a razão de termos como marco primeiro da literatura mitificadora do “herói dos pampas” uma obra cujo autor sequer tinha pisado em solo gaúcho. O romancista José de Alencar, em sua “novela brasileira” – destaque para o subtítulo desta obra: Uma Novela Brasileira; nítida inserção do gaúcho na identidade nacional – *O Gaúcho*, irá exaltar a geografia, a formação e as peculiaridades culturais do povo desta região, sendo assim o primeiro a mitificar o personagem gaúcho como o centauro dos pampas. Ao escrever *O Gaúcho*, José de Alencar encaixou as suas linhas dentro de um projeto ideológico, de formação da identidade nacional. Na realidade, o autor acabou por deslocar a sua fórmula romanesca, utilizada anteriormente em outras obras que compunham o projeto, como por exemplo, *O Sertanejo*, para dentro da província, criando assim uma imagem distorcida do povo e sua cultura. (Exemplo deste deslocamento é a denominação de Gaúcho no nome do romance e de seu herói. Neste período a palavra “gaúcho” ainda era pejorativa, utilizada para denominar os vagabundos e marginais que vagavam pelos campos roubando gado e contrabandeando couro).

Este projeto tinha a finalidade maior de declarar uma independência cultural do Brasil com relação a Portugal, buscando assim inspirações regionais e tornando-as nacionais. Além desse intuito explícito, existia uma necessidade implícita de se fazer uma unidade identitária num Brasil independente e desunido, um Brasil posto em crise iminente, devido a vários focos de divergência entre as elites latifundiárias e a burguesia comercial (questão

escravista, guerra do Paraguai, novas idéias trazidas pela imigração européia de mão-de-obra livre, questão do Império entre Repúblicas, etc...). Com isso, buscava-se apresentar os diversos tipos regionais existentes na jovem nação para a civilização litorânea e central, criando uma imagem branda para que fosse mais fácil a assimilação do exótico como compatriota e irmão. Desta maneira, *O Gaúcho* não se coloca como uma obra referente aos problemas do vivido e sim do imaginado pelo autor, do seu ponto de vista e de sua orientação ideológica.

Na análise da obra podemos destacar alguns pontos. O primeiro é referente à criação de um herói conforme os parâmetros do romantismo. Manuel Canho, o gaúcho, aproxima-se dos estereótipos da novela romanesca: solitário, melancólico, atormentado pelo desejo de vingança, obsessivo na busca do assassino do pai. Seu sentimento de honra é rigoroso, quase bárbaro, exercido na amplidão do pampa e na relação com a natureza física e animal. Sua amizade e carinho revelam-se apenas nas relações com o seu solo e, principalmente, com os seus cavalos (lembrando sempre do infeliz equívoco do autor ao colocar o seu herói montado em uma égua)<sup>8</sup>. As relações inter-humanas sempre acabam em desarmonia e sofrimento e Canho as evita sempre. Esse desapego à civilização é tamanho que o ato do suicídio do protagonista funciona como um retorno à natureza.

Como tentativa de aproximar-se da cultura rio-grandense, a qual não conhecia, o autor enreda a sua obra num momento histórico importante para a província. A Revolução Farroupilha ambienta a narrativa e dá ares de costumes regionais no drama individual da obra. Essa artimanha funciona como uma tentativa de aproximação do universo narrado com o universo fantasioso, pois escrever sobre um fato já consumado e historicizado atenuava o seu

---

<sup>8</sup> Augusto Meyer (in. ALENCAR, 1954, p.7) evidencia em seu prefácio à obra de Alencar que um dos grande equívocos da imprecisão cultural existente na obra é em relação às montarias: “Em Minas Gerais talvez se pudesse admitir a graciosa Catita montada em mula caborteira, sem quebra dos seus encantos, mas no Continente, com aquela gauchada mordaz e sua rígida estética de ginetaria, a heroína do romance morreria de ridículo... Pior ainda, pior dos piores – nem seu como o diga – é o herói da história, o Gaúcho, montado em égua! Gaúcho só monta em égua quando muda de sexo. E basta.”

Para corroborar com tal informação, citamos Carlos Reverbel (1986, p.70), ao descrever os traços comuns entre os gaúchos platinos e rio-grandenses: “todos eram refratários a montar em éguas. Segundo Francisco de Aparício, esta é uma das superstições mais inexplicáveis do gaúcho rio-platense”.

desconhecimento com relação à vida na província. Mas, de qualquer maneira, o autor ignora ou altera muitos dos costumes e tradições gauchescas, pecando na verossimilhança e fazendo com que o seu romance sofra um perda muito grande na qualidade artística.

Apesar disso, a adesão de Manoel Canho à revolução se dá unicamente por interesses pessoais, por lealdade a seu padrinho General Bento Gonçalves. As causas ou conseqüências da revolução não lhe interessam, tampouco a Alencar, cuja visão sobre o acontecimento prima pelo discurso oficial da história. O autor elogia Bento Gonçalves pela suas qualidades de governante e por seu patriotismo, sendo contra a anarquia farroupilha. Enquanto isso, o povo-soldado, o exército farroupilha, os peões caudilhos, são retratados como um bando de bêbados e arruaceiros. Sendo assim, o levante é utilizado mais para suprir uma deficiência etnográfica do autor do que para servir de tema para a discussão cultural e histórica.

Sua estrutura narrativa é de vertente folhetinesca: crimes, vinganças, amores contrariados, torturas da alma, expectativas instigadas, maniqueísmo, capítulo após capítulo, numa ciranda de postergações. Tudo isso envolto em metáforas com relação à terra e à natureza em questões filosóficas muitas vezes tolas como, por exemplo: “Quem pode afirmar que um animal seja ateu?” (ALENCAR, 1954, p.57).

A ideologia do autor está muito presente nesta obra. A criação de um personagem gaúcho, tido como herói da obra, busca apresentar uma imagem de bravura, patriotismo, honra e liberdade desta província ainda distante da cultura do império nacional. Vale lembrar que ao apresentar os tipos e costumes da região de acordo com o exposto acima, autor acaba por ocultar importantes relações existentes no dia-a-dia da província, esconde personagens que fazem parte de nossa organização social e econômica. Ao mostrar o gaúcho vaqueano que vive no lombo do cavalo a rascar o pampa de ponta a ponta, oculta o trabalho do peão das estâncias, o escravo das charqueadas, os imigrantes europeus do Vale dos Sinos e de Porto Alegre. Oculta as profundas crises vividas pela economia rio-grandense durante a revolução, as famílias e estâncias devastadas pela luta. Esconde a situação delicada que vivia o império devido às revoluções provinciais, a dificuldade política causadas pelo

abandono do trono pelo imperador, pelo problema da maioria do príncipe regente. Ao idealizar uma figura e uma realidade, o autor acaba por valorizar uma ideologia em detrimento das realidades vividas pela província em questão.

Devido a estes aspectos de imprecisão cultural, o escritor Apolinário Porto Alegre, representando o grupo maior da intelectualidade do Rio Grande do Sul, o Partenon Literário, sendo este depositário e militante da ideologia do romantismo e do positivismo, lançou uma obra em forma de errata ao livro do mestre Alencar. A intenção consistia em corroborar com a ideologia contida na obra *O Gaúcho*, adaptando-a para a aceitação do público leitor rio-grandense. Assim, *O Vaqueano* traz uma correção às imprecisões do seu antecessor, sendo a principal delas a alteração da denominação do termo “gaúcho” para “vaqueano”. Além disso, Apolinário Porto Alegre acrescenta alguns personagens de vital importância para o projeto de unificação e contemplação de todas as culturas regionais. Aparecem em sua obra os escravos, com destaque ao personagem Moisés, irmão de criação do Vaqueano, os índios, vistos como heróis, e os soldados farroupilhas de todos os escalões reunidos e convivendo juntos em acampamentos, demonstrando a democracia dos pampas.

A exaltação dessa imagem e a criação desse mito foi um movimento premeditado pela elite provinciana. A associação política com a cultura local sempre foi um meio de chegar fortalecido até o poder central do Brasil. Devido a isso, percebemos na história do Brasil a vontade de se fazer regional e nacional ao mesmo tempo. O nacional lhe garante os benefícios de um grande país com poder centralizado, enquanto o regional fortalece as culturas e garante poder para as elites locais. É a conhecida busca pelo poder sem alteração das ordens vigentes.

Assim, a literatura encaminhava ao mundo urbano o gaúcho idealizado. Não foi Alencar o criador deste símbolo, nem foi ele o principal intérprete da ideologia dos estancieiros. Mas foi o seu trabalho que projetou o gaúcho na faixa litorânea da nação como uma imagem favorável dos nativos da província meridional. Foi *O Gaúcho*, de José de Alencar, que deflagrou a criação deste personagem ideológico, gaúcho herói do pampa.

## **2 FORMAÇÃO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO: BREVE INTRODUÇÃO DOS PROCESSOS POLÍTICO-MILITAR E ECONÔMICO**

Não podemos pensar no gaúcho sem primeiro entender a sociedade em que ele viveu. Não podemos pensar no Rio Grande do Sul sem antes debater sobre a sua peculiar ocupação e a formação de sua vida pastoril.

Propomos neste capítulo uma breve revisão histórica da formação da província do Rio Grande do Sul, através da análise de aspectos militares e econômicos, para em seguida podermos demonstrar o vínculo existente entre a figura do gaúcho e a peculiar construção do meio em que este surgiu. A importância da análise desses dois pontos – gaúcho e meio – vincula-se ao processo de formação da imagem do gaúcho que se pretende refletir através desta pesquisa. A ideia a ser trabalhada é de que o surgimento do gaúcho não pode ser desvinculado das características da economia subsidiária da província e suas especificidades, como o contrabando e a pecuária extensiva, e da questão bélica de formação de um estado de fronteira nacional. De certa forma, esses dois aspectos influenciaram na construção da identidade deste habitante pampeano, no sentido que sua classe existiu somente como transeunte da margem, nunca transgressor, permanecendo sempre no lado pejorativo do limite que classificava a civilização e a barbárie. Desta forma, o gaúcho transeunte, utilizado para o emprego deste trabalho clandestino e perigoso, tornou-se figura importante para o crescimento da economia e para o avanço e defesa das fronteiras, mas por ser visto de forma negativa foi excluído da formação da sociedade Rio Grandense.

## **2.1 PROCESSO MILITAR**

O Rio Grande do Sul nasceu sob um regime armado e teve sua história de formação calcada numa atmosfera militar. O primeiro sinal de vida administrativa, o início da organização política e a entrada no cenário nacional como território português tiveram lugar em 1737, quando o Brigadeiro José da Silva Pais fundou a fortaleza e presídio de Jesus-Maria-José em Rio Grande.

Esta manobra representou a posse militar das terras do sul e a garantia ao comércio de gado na região. Mesmo que os aspectos da posse dessa nova terra fossem de violência constante - devido ao seu processo de povoamento se encontrar em um patamar abaixo com relação às outras províncias da coroa politicamente e socialmente organizadas, incluindo as práticas bélicas de

defesa do território - isso não impediu os muitos voluntários e visionários de lançar sua sorte e montar residências no sul, sob armas ou como povoadores. A fama das pradarias sulinas repletas de rebanhos eqüinos e bovinos era como um chamariz para estes aventureiros e colonizadores.

No início do século XVIII, além da exploração aurífera nas Gerais, diversos acontecimentos na Europa, como a fome na França de Luiz XV, o império inglês nos mares, as novas colônias, o rentável comércio escravista na África, as diversas guerras no velho e no novo continente, entre outros, abriram mercado consumidor aos produtos derivados da pecuária sulina. E o Rio Grande de São Pedro colocava-se como um território estratégico para que a coroa pudesse partilhar deste mercado, além de ser uma terra promissora, mesmo com as suas adversidades, para aqueles aventureiros e colonos que perseguiam uma nova vida de oportunidades e riquezas. Somando-se a esta realidade de boas perspectivas econômicas, existia, ao sul da província, a Colônia de Sacramento, território mantido pelos portugueses nas margens do Rio da Prata, que garantia o consumo de produtos de subsistência e de colonos, devido à manutenção de um exército permanente para a defesa do povoado. A necessidade de bases bélicas se dava devido ao cerco buenairense em torno de Sacramento, mantendo ali uma constante praça de guerra. Entre os dois territórios lusitanos no sul, Rio Grande e Sacramento, estabeleceu-se um sistema de defesa de territórios oneroso e complexo. Isso foi decisivo para a colonização da província de São Pedro.

Já nos primeiros anos de colonização, em 1739 para ser mais exato, o governador da província baixou um decreto, o “Regimento da Courama”<sup>9</sup>, que regia a extração e a comercialização do couro e seus derivados, buscando uma melhor organização da atividade e da nova classe de coureadores que se formara. Isso nos mostra como a comercialização do couro era rentável e interessava às autoridades. Essa lei impunha aos produtores o pagamento de impostos para a produção e comercialização das manufaturas. Com isso, tinha por objetivo prover sustento ao governo, regular a produção e o desperdício da matéria-prima, o transporte, a conservação e guarda do couro, prevendo pena

---

<sup>9</sup> CEZAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In. *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 12.

aos infratores. Isso tudo era feito de maneira que atendesse da melhor forma aos interesses da Provedoria Real e à nova classe dominante que se instaurava, ambas buscando o lucro e a colonização do território.

Uma grande parte da província, contudo, não era alcançada por esta fiscalização. Os habitantes da campanha, nativos autônomos ou também mercenários a serviço de algum senhor de qualquer lado da fronteira, coureavam livremente na campanha, sem o auspício do governo oficial. O produto destes marginais era comercializado diretamente com contrabandistas nos portos de Rio Grande ou Mar del Plata, ficando livre de incidência de impostos legais e exportado diretamente aos mercados consumidores estrangeiros, onde conseguiam melhor preço. Esta prática de contrabando era normal e, por muito tempo, incentivada pelo governo brasileiro. O papel do gaúcho nesse comércio ilegal foi de extrema importância, pois na campanha aberta sua mão-de-obra especializada foi valorizada e utilizada em larga escala.

A distribuição de sesmarias, doadas a militares e a pessoas de posses e prestígio, serviu à corte, principalmente durante o domínio espanhol nas terras de São Pedro, de 1763 a 1776, como estratégia para manter e avançar a fronteira habitada em direção ao sul. Essa medida serviu de base à implantação das estâncias no campo onde o gado tivera um próspero desenvolvimento. Os limites, tanto nacional como particular, trouxeram uma nova realidade para o desenvolvimento da pecuária sulina. Da caça do gado chimarrão, a prática evoluiu para o cultivo confinado nas estâncias, onde o gado passa a ser criado e desenvolvido para otimização dos lucros. Segundo Ribeiro (1995, p.419), “a apropriação legal de terras começaria a transformar as invernadas em estâncias, nelas fixando o proprietário e a sua gauchada”. Podemos dizer assim que as sesmarias foram o marco do desenvolvimento do capitalismo no sul do Brasil.

O autor acredita que o sucesso do esforço português na ocupação dessas terras deve-se às estratégias usadas, além da persistência portuguesa.

A integração prosseguiu por um esforço lúcido e persistente da coroa portuguesa – nisso apicada pelos paulistas – para a ocupação e apropriação da área. Esta se fez através de dois procedimentos: a

implantação na faixa costeira de famílias transladadas das ilhas portuguesas, principalmente dos Açores, para constituir um núcleo permanente de presença portuguesa, e a concessão de sesmarias nas zonas de campo onde se instalavam as invernadas, que se procedeu com desusada profusão. (op. cit., p.419).

Guilhermino César analisa o incentivo à colonização das terras do sul como um “dispositivo militar defensivo” e que a imigração dos ilhéus foi um dos seus principais colaboradores. Os ilhéus tiveram papel importante na formação cultural do Rio Grande do Sul, já que por suas práticas sociais e culturais originais, esses imigrantes influenciaram os habitantes da província e se impuseram frente aos indígenas e castelhanos, principalmente pelo uso da língua portuguesa oficial. O autor também acrescenta que o sucesso da sua adaptação ao meio sulino deu-se devido as suas técnicas de trabalho, que não eram requintadas. A observação é válida tanto para os “casais” como para os “descobridores” deste território, os filhos de Portugal.

O autor vai além, acrescentando um pensamento que se transforma num elogio à colonização açoriana nas terras sulinas. Segundo ele, a definição das fronteiras e a conquista de um território extenso não poderia ter acontecido sem o êxito da colonização açoriana e, anteriormente, dos outros colonos luso-brasileiros, que “pioneiramente lastrearam a sociedade capitalista, liberal, responsável pelo surgimento da Província de São Pedro”. Assim, acrescenta:

A pertinácia com que esses precursores se adonaram do solo, fazendo-o produzir, criando farturas e eliminando nossa dependência com relação a outras províncias e ao mesmo Reino, ajudou a eliminar os primarismos da nossa *idade do couro*. (CEZAR, 1979, p.21, grifo do autor).

A colônia de Sacramento, mantida nos domínios espanhóis do prata por insistência portuguesa, sempre foi ponto de discórdia entre as coroas ibéricas. Para Portugal este território significava participação no comércio de exportação via Mar del Plata, mercado consumidor e porta de saída para os produtos coloniais brasileiros, e principalmente, participação no contrabando da prata vinda de Potosi e do nascente comércio da courama platina. Por trás dos interesses comerciais portugueses existia o interesse inglês de participação no comércio castelhano. Além disso, era estratégica a manutenção de uma saída

para o mar no sul do território. Sacramento, então, tinha o papel tático de empurrar as fronteiras para o sul, num território ainda não demarcado e nem povoado. Para a Espanha, este núcleo português no prata representava um afrontamento ao monopólio de exploração do Rio da Prata, seu comércio e seus territórios.

A distância entre a última cidade habitada ao sul do território português, Laguna, e a Colônia de Sacramento foi o maior empecilho para o sucesso da colonização. As terras que compunham o entremeio destes povoados eram desabitadas e selvagens, tornando o traslado longo e perigoso. Mesmo com essas adversidades, Portugal conseguiu manter a colônia por 70 anos, desde a sua fundação, em 1680, até o tratado de Madri, em 1750. Durante esses anos, Sacramento foi conquistada e destruída diversas vezes por forças portenhas, mas sempre se reergueu-se mediante os esforços lusos de retomar e reconstruir este território estratégico.

Com a fundação de Montevideú, em 1726, na margem norte do Rio da Prata, mesmo lado que Sacramento, o cerco ao povoado lusitano foi incrementado. Este movimento forçou a coroa lusitana a criar uma base militar mais próxima da colônia, já que a ligação Laguna-Sacramento era demasiadamente longe. Assim, Portugal irá determinar a criação do primeiro núcleo de povoamento português no sul da colônia, a fortaleza e presídio de Jesus-Maria-José, na nova cidade de Rio Grande. Temos aqui o primeiro movimento efetivo de povoação e domínio de território no Rio Grande do Sul pelo estado português. Além de prover reforços à Sacramento, Rio Grande tinha a função de legitimar a posse da terra e defender o território de um possível avanço espanhol.

Mediante a um tratado firmado entre as duas coroas ibéricas, o Tratado de Madrid de 1750, a Colônia de Sacramento deixou de ser território português, passando para as concessões espanholas. Em troca, Espanha cedeu o domínio das terras colonizadas pelos Sete Povos da Missões, região rica pela criação de gado e produção de erva-mate. Com o auge da mineração nas Gerais e os altos lucros gerados pela extração aurífera no período, a dispendiosa manutenção de Sacramento não foi mais levada como prioridade para a coroa. Além disso, o comércio da prata castelhana já estava em franca

decadência e os maiores lucros ficavam nas mãos dos ingleses, que transportavam e comercializavam os produtos platinos na Europa. Portanto, seria economicamente mais importante o incremento proporcionado pelos rebanhos missioneiros na atividade pecuária, em largo desenvolvimento, do que a manutenção de um território bélico isolado e constantemente invadido e destruído.

A ocupação do novo território consistia em destruir a organização missioneira. A Companhia de Jesus, formada por jesuítas com a finalidade de catequizar e organizar os índios em reduções, já estava sendo ameaçada pela coroa espanhola, pois a forte organização de suas missões estava se tornando uma afronta ao poder do vice-reinado da América. As fortes missões jesuíticas tinham um grande poder econômico e militar, devido à próspera atividade de criação e comércio de gado e exportação de couro e erva-mate. Representavam um “estado dentro do estado”, pois os espanhóis não conseguiam controlar as suas atividades e nem participar do seu lucro.

A tentativa de ocupação das missões ocorreu através de um enfrentamento militar conhecido como “Guerra Guaranítica”. Os índios não aceitaram as imposições do tratado de Madrid e se negaram a deixar as suas reduções. Na época do tratado (1750) a população das missões girava em torno de 30.000 habitantes, mesmo número de habitantes contido em toda a província do Rio Grande do Sul. Devido a essa grande população missioneira, e levando em consideração a sua organização e apego à sua terra, Portugal e Espanha uniram esforços para formar um exército com força superior ao dos nativos. As batalhas tiveram duração de 2 anos, de 1754 a 1756, tendo como enfrentamento final a batalha de Caboatê, em fevereiro de 1756. Esta batalha ocorreu logo após a morte do maior líder das forças guaraníticas, o índio Sepé Tiarajú, e resultou em um verdadeiro massacre dos nativos pelas forças conquistadoras. O número de mortos entre os guaranis alcançou a marca de 1500 soldados. Mas essa vitória não resultou na ocupação efetiva das missões e nem na remoção dos índios. Portugal não levou adiante a ocupação das terras e a expulsão dos missioneiros, devido à dificuldade de retirar os nativos de suas terras e à falta de número populacional para colonizá-las. Assim, as

missões continuaram em seu local de origem, mas nunca recuperaram o esplendor dos tempos pré-guerra.

O tratado de Madrid acabou não cumprindo sua função e foi anulado em 1761 pelo tratado de El Pardo. Com a expulsão dos padres jesuítas, em 1768, os sete povos, que passaram a ser governados por uma administração espanhola civil, entraram em decadência e seus índios abandonaram as terras para ocupar lugar de peões nas estâncias de gado, ou para levar a vida nos campos e vaquear por conta própria. As reduções foram tomadas em definitivo pelo governo português em 1801, através de uma ação militar. Esta foi a derradeira medida para a falência final desta bem sucedida organização social e econômica. Em 1827, a população dos Sete Povos das Missões tinha diminuído drasticamente, restando apenas 1.874 índios habitando o espaço das reduções.<sup>10</sup>

Os conflitos para demarcação de fronteiras pós-tratado de Madrid tornaram necessária a incrementação da sua força militar de Portugal na região. Para isso, fazia-se necessário proporcionar uma maior ocupação do território e delegar algum poder para os habitantes mais antigos. Assim, a coroa incrementou a distribuição de sesmarias na região da bacia do rio Jacuí, com intenção habitar o interior do estado. Com a mesma finalidade, foi neste período que a coroa promoveu a vinda dos casais açorianos para a ocupação do território das missões. Num primeiro momento, estes imigrantes não receberam terra, em virtude da indefinição da questão jesuítica, e foram assentados nas regiões do porto de Viamão e na costa do Jacuí.

Para defesa do território, foi promovida a distribuição de cargos militares e administrativos para os estancieiros mais influentes e estruturados, a fim de promoverem a defesa das terras mediante forças militares particulares. Este novo status deu aos estancieiros mais poder de barganha com o poder central e, como conseqüência, mais incentivos ao Rio Grande do Sul. Mesmo muitas vezes usando este poder em benefício próprio e entrando em conflito com os militares que defendiam os interesses da coroa, as exigências e ações dos estancieiros foram toleradas devido ao alto grau de necessidade que Portugal

---

<sup>10</sup> Dados habitacionais: PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre, Livraria Selbach, 1954.

tinha em utilizar as forças particulares destes fazendeiros, gerando assim uma autonomia do poder local em relação à administração lusa.

Esse acréscimo de poder militar na região e o intuito de promover melhorias administrativas para o incremento habitacional fizeram com que o poder colonial elevasse a região à Capitania do Rio Grande de São Pedro, em 1760, com sede em Rio Grande, desvinculando-a assim de Santa Catarina e tornando-a subordinada direta do Rio de Janeiro. Esta ação fez com que a província ganhasse status de estado colonial e obrigou a coroa a manter-se atenta a suas necessidades. Da mesma forma, proveu poder aos estancieiros e garantiu a defesa do território pelas mãos de seus exércitos particulares.

As medidas portuguesas não impediram o vice-reinado espanhol do prata de atacar a província. Durante a Guerra dos Sete Anos, na Europa, as nações ibéricas viram-se novamente em campos opostos. Valendo-se disso, os castelhanos, sob o comando do governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos, em 1763, conquistaram Sacramento e invadiram a nova capitania, promovendo aqui um domínio que se estendeu até 1776, deixando o Rio Grande bipartido. Em 1773, houve uma segunda ofensiva castelhana, mas desta vez detida na fronteira de Rio Pardo pelo estancieiro e general Rafael Pinto Bandeira.

O constante estado de alerta gerou um permanente estado de militarização na sociedade do Rio Grande do Sul. Para isso, qualquer cidadão tornava-se um soldado em potencial. O alistamento de peões, índios e gaúchos foi contínuo, e em grande escala, formando exércitos irregulares de mercenários para defender as fronteiras e, quando possível, saquear os rebanhos dos adversários. Os exércitos particulares representavam a força da elite do exército rio-grandense, sendo estes mais numerosos e mais valiosos na defesa do território do que as tropas imperiais deslocadas para os conflitos.

Em 1777, houve uma nova investida castelhana contra as terras da capitania. Deste avanço resultou a ocupação de Sacramento, que tinha sido devolvida à posse de Portugal após o fim da Guerra dos Sete Anos, e a tomada da Ilha de Santa Catarina pelo Governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos. Assim foi conclamado o tratado de Santo Idelfonso pelas coroas ibéricas. Valendo-se do momento de fraqueza vivido por Portugal, em

decorrência da decadência das minas, da morte do Rei D. José I e da queda do ministro Pombal, a Espanha exigiu a devolução dos territórios de Sacramento e dos Sete Povos das Missões, em troca da libertação da Ilha de Santa Catarina e da retirada das tropas do Rio Grande do Sul.

Ponto importante do tratado de Santo Idelfonso foi a delimitação de um território cuja posse não pertenceria nem a Portugal e nem à Espanha. Este território, localizado entre as lagoas da Mangueira e Mirim e a costa do Atlântico, ficou conhecido por campos neutros ou neutrais. Por exigências do governo espanhol ficou delimitado que, nessas terras, nenhuma nação poderia edificar fortificações, povoações, guardas ou posto de armadas. A delimitação vinha da vontade e necessidade do governo espanhol em preservar o seu porto no prata das infindas investidas dos contrabandistas portugueses e brasileiros. Buscava-se com este espaço vazio no campo impedir ou pelo menos dificultar a aproximação e, com isso o comércio, dos castelhanos com os continentinos. Buenos Aires necessitava de uma barreira para proteger os seus portos do contrabando da prata peruana, da sua exportação de couro e da chegada de produtos europeus e brasileiros trazidos pelos portugueses.

O que era uma medida planejada para espantar a ilegalidade no comércio do sul acabou por tornar-se uma instigação para os contrabandistas. Os campos que compreendiam esta terra sem pátria eram tão planos e de vegetação tão abundante como as melhores pradarias castelhanas e o gado ali prosperava como em todos os cantos deste pampa. Por não ter posse, a terra não possuía também vigilância. Assim, os aventureiros e contrabandistas fizeram dessas terras seu abrigo no pampa, atormentando os proprietários das fazendas que se localizavam na região vizinha desta nova fronteira arbitrariamente criada.

Após o tratado de Santo Idelfonso, o período de paz nas terras rio grandenses durou até 1801. Neste período, houve um grande salto na economia da província, então baseada na produção de charque, pelo incremento na produção de gado confinado nas estâncias e o crescimento da produção agrícola, com as fazendas de trigo dos açorianos. Houve também um acréscimo muito grande no desenvolvimento populacional, que andou junto

com a economia. Assim, o Rio Grande passou a figurar entre os estados com uma economia sólida no Brasil, mesmo sendo uma economia de subsistência.

Com o crescimento econômico, houve também um enriquecimento da classe produtora. Sabendo-se cada vez mais importante para a colônia, esta classe passou a reivindicar mais e aceitar menos ordens, o que ocasionou um constante desentendimento com os poderes provinciais representantes do poder central. Assim como os fazendeiros acumularam cada vez mais posse de terras, incluindo os campos neutros de Santo Idelfonso e além fronteira, apossaram-se também de cargos públicos, passando assim a agir mais por conta própria e menos de acordo com os interesses fluminenses.

Em 1801, em marcha de um exército particular, sob comando do estancieiro e soldado Manuel Santos Pedroso, houve a conquista final e a anexação definitiva dos territórios dos Sete Povos das Missões. Com isso, houve também a definição da fronteira oeste do estado e a posse da terra deu-se através da distribuição de sesmarias. O crescimento da província verifica-se na promoção recebida do poder Central. Em 1807, o Rio Grande foi elevado ao patamar de Capitania Geral, independente do Rio de Janeiro e subordinada diretamente ao Vice-Rei do Brasil.

Em 1820, com a conquista da Cisplatina pelo Rei de Portugal D. João VI, o Rio Grande teve sua fronteira meridional estendida até o Rio Quaraí. Isso significou um incremento na produção de charque, tendo em vista que a região sempre foi rica na atividade pecuária e a distribuição de sesmarias nessa área beneficiou os grandes charqueadores rio-grandenses.

O processo de apropriação militar da terra caminhou sempre junto com a economia, como vimos. A vinculação do poder econômico com o poder militar deu à elite regional uma força local muito grande, onde o poder do fazendeiro fez-se valer mais do que o poder imperial. A elite rio-grandense soube aproveitar-se de uma necessidade imperial - a falta de capacidade de manter a defesa da fronteira nacional - para se fortalecer e usufruir deste poder outorgado pela coroa, em troca de seus serviços prestados. Este fortalecimento senhorial gerou diversos choques com o poder central (que culminaram na Revolução Farroupilha), mas também garantiu o desenvolvimento da província e a sua vinculação com o poder nacional.

Darcy Ribeiro em sua obra *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*, dedicou um capítulo para estudar a formação do *Brasis Sulinos* (grifo do autor). Nesse capítulo, o autor analisa a questão da formação do Rio Grande do Sul através da vinculação da atividade econômica com a atividade militar. Assim, o autor nos mostra que a questão econômica foi fundamental para a integração de São Pedro ao restante do país.

Compõe-se essa vinculação em três períodos distintos, de acordo com a integração de algum produto sulino na necessidade do mercado consumidor nacional. A primeira atividade econômica em que o sul foi envolvido, embora em pequena escala, foi a operação bandeirante de apresamento de índio para a comercialização como de mão-de-obra escrava. Este foi, segundo o autor, o primeiro circuito mercantil transbrasileiro, que culminaria com a instalação da Colônia de Sacramento no Prata. A segunda via de integração econômica foi o descobrimento das Minas Gerais, onde o mercado que se formou foi um grande consumidor de gado em pé proveniente dos rebanhos sulinos, bravios e abundantes.

Existe uma semelhança peculiar entre as duas atividades econômicas expostas acima, no que diz respeito à sua relação com a terra. Para proceder a comercialização do índio e do gado, estas mercadorias deviam ser deslocadas do campo de captura às feiras existentes no centro do país. Este deslocamento acabou por criar uma ligação de fluxo transeunte entre o sul e o centro do território nacional, mas não vinculou o comerciante à terra. A atividade deste bandeirante – na maioria das vezes, pois sabemos que muitos bandeirantes se estabeleceram no sul - seria de vir, localizar, capturar, conduzir e comercializar a mercadoria nos mercados centrais, sem haver fixação ou desenvolvimento de colonização nas terras do sul.

A terceira atividade nacional que vinculou a economia rio grandense à economia central foi a mais importante para a fixação do homem na terra. Com a decadência da mineração brasileira surge uma nova economia que irá valorizar os rebanhos rio-grandenses. Através dos cearenses, ocorreu a introdução da tecnologia de produção da carne de sol ou charque como aqui é conhecido, e a produção voltou-se para os mercados nordestino e

amazonense, principalmente para alimentação de escravos e, mais tarde, para o mercado antilhano, com a mesma finalidade.

Desta forma o Ribeiro (1995, p.42) ressalta que

a integração econômica da região sul do Brasil se alcançou, como se vê, através da criação de sucessivos vínculos mercantis que a ataram mais ao restante do país do que às províncias hispano-americanas vizinhas.

Dentro desses três processos econômicos, o autor demonstra como se deu a integração da Província de São Pedro ao restante da colônia portuguesa, de um modo que acabou afastando-a das influências castelhanas – e, por consequência da dominação castelhana – que sempre estiveram presentes nesse território. Assim, o autor desenvolve a idéia de que a força portuguesa de colonização no sul - além da integração econômica, mas principalmente pela influência cultural dos novos luso-brasileiros habitantes do sul, enfim, com sua postura efetivamente “portuguesa” frente à postura “castelhana” - criou aqui um sentimento de pertencimento ao Brasil, “fixando uma identidade étnica tanto mais profunda porque permanentemente posta à prova”. (RIBEIRO, 1995, p. 412).

## 2.2 QUESTÃO DE FRONTEIRA

*A fronteira marchava com eles. Eles eram a fronteira.*

*(Érico Veríssimo, 2004)*

O conceito de fronteira tem sido usado, através da história, como uma definição de limite, de divisa, principalmente se buscarmos o conceito dentro da geografia e da política. Mas para as ciências sociais, que tem buscado conceituações mais abrangentes, o significado de fronteira difere bastante da sua definição usual. Em um artigo onde analisa o conceito de fronteira para a literatura, Chaves (2004, p.218)<sup>11</sup> busca a etimologia da palavra fronteira.

<sup>11</sup> CHAVES, Flávio Loureiro. A fronteira da literatura. In. *Cultura, Imigração e Memória: percurso e horizontes: 25 anos do ECIRS*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p. 218.

Originária do latim, *frons, frontis*, significa “aquilo que se encontra à frente”. Acrescenta então que limite e fronteira distinguem-se por uma diferença básica. Limite encontra-se dicionarizado como: “linha que determina uma extensão espacial ou que separa duas extensões; o que não pode, nem deve ser ultrapassado”<sup>12</sup>. Limite é o ponto final, onde uma coisa acaba e começa outra. Já fronteira é o espaço ao redor do limite. É o espaço da vivência entre as coisas separadas pelo limite. É a linha que não separa, mas une os espaços que nela se encontram. Portanto, segundo definição Chaves (op, cit., p.289) , fronteira é uma “zona privilegiada de encontro”.

Dentro desta conceituação de fronteira, Sandra Pesavento (2006), analisa a diferença entre os significados de fronteira na geopolítica e nas ciências sociais. Sua análise define que fronteira, na significação geopolítica, é o “encerramento de um espaço, delimitação de um território, fixação de uma superfície”, ou seja, fronteira na geopolítica significa o que Chaves define como limite. Mas para a utilização nas ciências sociais, o conceito de fronteira deve ser pensado de forma mais ampla, de modo que a autora

fronteira como margem em permanente contato, como passagem a proporcionar mescla, interpenetração, troca e diálogo, que se traduzem em produtos culturais. Assim, as fronteiras remetem à vivência, às sociabilidades, às formas de pensar intercambiáveis, aos *ethos*, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e idéias. (op. cit., p. 10-11).

Desta maneira, a autora define fronteira como um espaço de troca, de influência e desta troca resulta um novo, não somente a soma das culturas, mas sim uma nova cultura, distinta das partes constitutivas, um elemento *sui generis*, híbrido e mestiço.

Podemos utilizar aqui como exemplo desta definição de fronteira, a sua aplicação na obra *Fronteiras Sem Divisa*, de Ribeiro e Pozenato, quando analisam a cultura de fronteira existente nos dois estados mais meridionais da nação, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Levando em conta que “no quadro federativo, cada unidade busca sinalizar sua diferença com relação às demais unidades, como elemento de aglutinação de identidade própria”, constatam em

---

<sup>12</sup> HOUAISS, Antônio. VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Pg. 1760.

sua pesquisa é que no âmbito das relações culturais, este limite político não separou as culturas, e sim as uniu. Embora o território seja separado por um acidente geográfico que dificulta o trânsito, o Rio Pelotas, “desenvolveu-se, em uma e noutra margem, o mesmo tipo de cultura, construído inicialmente sob o signo da criação de gado e, mais tarde, pela exploração de madeira”. Devido às características de colonização e atividades econômicas, as práticas culturais nessa fronteira convergiram ao invés de se distanciarem. (POZENATO, 2005, p. 15-16).

Esta pesquisa, tendo como embasamento os conceitos que constituem nosso referencial teórico, está de acordo com a idéia de fronteira apresentada acima. Essa definição vale tanto para a fronteira entre os diferentes conhecimentos (literatura e história, como já assinalamos anteriormente), como para a questão da fronteira existente entre o sul do Brasil e os países platinos. Acreditamos e, por conseqüência, corroboramos com a visão dos historiadores de matriz platina da historiografia rio-grandense, quando definem que a nossa história não pode ser estudada sem uma reflexão sobre a interculturalidade existente nessa fronteira. Analisamos, assim que é inviável discutirmos a formação social e cultural do Rio Grande do Sul, e por conseqüência, a participação do gaúcho, sem incluirmos na pauta da pesquisa a influência mútua gerada pela convivência no espaço de fronteira com os nossos vizinhos castelhanos.

O enfrentamento existente na fronteira móvel, entre o Rio Grande e o território platino, que tanto separava quanto unia as culturas, por ser um lugar de troca, foi fundamental para o desenvolvimento da identidade cultural rio-grandense e a sua vinculação à colônia.

Esta auto-definição se vê reforçada mais ainda porque, estando associada às disputas hegemônicas das suas metrópoles, compelia cada estancieiro não só a definir-se claramente por uma ou outra

como também, definida sua identidade, defender a bandeira respectiva, fazendo de sua estância sua trincheira. (RIBEIRO, 1995, p.412).

A necessidade de defesa da fronteira se fez ulterior à necessidade de defesa do território particular. Com relação a isso, Ribeiro afirma que os estancieiros “trabalhavam, sempre, com os olhos postos no horizonte, de atalaia contra os ataques dos castelhanos”.

Num trecho de Ana Terra, capítulo do clássico livro *O continente*, de Erico Verissimo, podemos montar uma imagem mais nítida do medo que os primeiros estancieiros tinham de ataques às suas terras. O narrador, ao descrever a solidão e o isolamento ao qual viviam os seus personagens, precursores estancieiros da província, faz referência ao perigo latente em relação aos ataques castelhanos em terras do sul. Assim descreve que os castelhanos, “de tempos em tempos surgiam em bandos, levando por diante o gado alheio, saqueando as casas, matando os continentinos, desrespeitando as mulheres.” (VERRISSIMO, 2004, p.102)

Tendo em vista a constante ameaça de ataque estrangeiro, tanto militar como para roubo de gado, fez-se necessário aqui o desenvolvimento de uma constante organização bélica. Mais adiante, no mesmo texto de Ana Terra, numa cena onde os Terra recebem a visita do Major Rafael Pinto Bandeira, conhecido estancieiro que se fez militar para expulsar os castelhanos que haviam tomado parte da província entre 1763 e 1776, temos a descrição de um “homem de fronteira”, quando o personagem fala de si e seu bando: “A sina da gente é andar no lombo dum cavalo, peleando, comendo às pressas aqui e ali, dormindo mal ao relento pra no outro dia continuar peleando”<sup>13</sup>. No desenrolar do diálogo, o filho mais velho, Antonio Terra, cogita a idéia de que deve ir junto com o Major, pois, como diz: “O Major é um patriota, meu pai. Ele precisa de soldados para botar para fora os castelhanos.” Imediatamente seu pai lhe retruca e sua resposta nos traz subsídios para compor aqui uma discussão de como a fronteira atuava sobre os habitantes da província: “Patriota? Ele está mas é defendendo as estâncias que ele tem. O que quer é retomar suas terras que os castelhanos invadiram. Pátria é a casa da gente”. Vemos aqui um

---

<sup>13</sup> IDEM, Op. Cit. Pg. 105.

deslocamento da história para o texto literário, onde a literatura se antecipa aos estudos das ciências sociais, visto que esta obra foi publicada em 1949, lançando uma nova interpretação para a questão da fronteira e da nacionalidade. Sendo assim, no discurso sociológico contemporâneo ao romance, Ribeiro (1995, p.419) nos apresenta que:

A larga faixa de fronteira indiferenciada, movendo-se conforme a pressão de um lado ou do outro, ameaçava mais à estância e a seu gado do que à pátria mesmo. Assim, cada estancieiro de um lado e outro da fronteira se faz um caudilho, entrincheirado em seu rancho com seus gaúchos, sempre pronto a engajar-se nas correrias que punham a salvo o seu rebanho e às vezes permitiam acrescê-lo com o que arrebataste da outra banda.

Para relacionar com esta idéia de defesa da fronteira como defesa da pátria, o historiador Fabio Kuhn em seu livro *Breve história do Rio Grande do Sul*, irá nos trazer a visão de que antes de servir a uma disputa por fronteira, ou nacionalidade, o estancieiro servia a seus próprios interesses. A sua luta armada na defesa do território não estava vinculada apenas, como estuda a historiografia tradicional, a uma defesa da nacionalidade brasileira perante a invasão da nacionalidade estrangeira, mas sim ao interesse financeiro envolto nessas disputas, além, é claro, da defesa a própria estância. Segundo o historiador é necessário levar em conta que:

A noção de fronteira no período colonial, entendida como espaço de conflito e animosidades mútuas entre portugueses e espanhóis, deve ser relativizada, pois não leva em conta a inexistência de Estados nacionais unificados territorialmente definidos ao longo do século XVIII. (KUHN, 2004, p.26).

Desta forma, o autor defende que a noção de *nacionalidade* não era atual e atuante para os homens e mulheres que viviam os conflitos e as tréguas entre as nações na fronteira em formação. Sem minimizar a importância da colonização luso-brasileira no sul, Kuhn chama a atenção sobre os diversos fluxos demográficos que habitavam a fronteira e que, mesmo antes da colonização portuguesa ou até mesmo da espanhola, nessas terras do sul era comum a presença de espanhóis e *criollos* na povoação de Laguna, território mais meridional do Brasil povoado. Com isso o autor sugere uma alteração

conceitual para a significação de fronteira desta divisa em questão, propondo assim:

um novo quadro de referência, em que o espaço fronteiriço colonial deve ser compreendido como uma fronteira em movimento com intensa circulação de homens e mercadoria, em um contexto demográfico heterogêneo e numa conjuntura de instabilidade política. (KUHN, 2004, p.27).

Em sintonia com essa idéia, a historiadora uruguaia Ana Frega, que em seu livro *Pueblos y soberanía en la revolución artiguista*, analisa a presença e a influência dos portugueses no Uruguai, traz uma ilustração da fragilidade da fronteira Brasil/Uruguai em relação às influências interculturais dos dois países. Afirma que a fronteira política imposta sempre esteve distante de uma possível fronteira cultural. Acredita também que as lutas de fronteiras são obras unicamente políticas, impostas pelos poderes centrais das colônias, e não por rivalidade dos habitantes locais.

Castellanos y lusitanos estaban vinculados por distintos tipos de relaciones que pasaban por la exploración de los recursos del lugar, el comercio, el empleo como fuerza de trabajo y las uniones familiares. Como zona frontera, la región no constituía una barrera sino un lugar de encuentro, un canal transcultural. Los choques provenían en general desde las políticas de los gobiernos centrales, que tras las declaraciones de guerra transformaban a los “amigos” en “ocupantes” o “enemigos”. Es interesante anotar las posiciones adoptadas en la lucha no siempre reflejaron el lugar de nacimiento, y que nativos de los territorios de Portugal residentes en la zona se afiliaron en ambos bandos. (FREGA, 2007, p.354)

Vale lembrar aqui, como exemplo, o posicionamento de diversos estancieiros rio-grandenses, inclusive futuros membros do alto escalão do exército da província, como Bento Gonçalves e Bento Manoel, que, durante a independência do Uruguai, lutaram ao lado das tropas orientais, a fim de defender suas próprias terras e a de outros tantos gaúchos brasileiros situados no território vizinho. A autora acrescenta ainda que, em 1828, na cidade de Capilla Nueva de Mercedes, um levantamento da população segundo o seu local de origem revelou em números a superioridade de descendentes portugueses sobre os nativos da região. Segundo o levantamento, a população

dividia-se em 35% de luso-brasileiros, 33% de uruguaios, 19% de europeus, 7% de espanhóis, 4% de paraguaios e 2% de outros (FREGA, op.cit., p. 361).

Dentre os conservadores, que acreditam que a influência castelhana na cultura rio-grandense é tão pífia como a existência da miscigenação com o tipo indígena, Moysés Vellinho é o seu maior representante. Defensor da dominação cultural luso-brasileira nas terras do sul, Vellinho não deixa de se opor, em cada trabalho, à situação de fronteira como ponto de trocas culturais. Para ele a fronteira cultural existiu tão ou mais demarcada do que a fronteira política. É o grande defensor da matriz lusitana na historiografia rio-grandense, quando acreditando que as diferenças entre os gaúchos de lá e de cá da fronteira são extremas, se opondo um ao outro, legando todos os crimes do campo para o lado platino.

Estendida a linha de separação, não apenas entre duas soberanias, mas entre dois estágios sociais e políticos ainda então desnivelados, continuariam os velhos atritos provocados pela caça aos rebanhos. [...] Os campeadores rio-grandenses, ao contrário dos nossos vizinhos orientais, que então desconheciam até os rudimentos mais primitivos de organização social, já se conduziam em nome de móveis menos obscuros – o constante serviço do rei e os interesses sócio-econômicos da estância. [...] A necessidade comum de defesa foi o fator político que nos preservou da dispersão e anarquia características do Prata. (VELLINHO, 1964, p.36-38).

Roger Bastide, no livro *Brasil, Terra de Contrastes* irá contribuir para essa discussão com a idéia de que o enfrentamento dos países serviu como um catalisador em suas trocas culturais, e que a inexistência de posse nos tempos remotos do território impossibilita a pretendida separação cultural. Para ele:

Fronteira é local de luta, mas é também local de interpenetração, de trocas de civilizações, principalmente quando é móvel. A que separa as possessões espanholas das possessões portuguesas, deslocava-se ao sabor dos golpes de surpresa e das batalhas; era fronteira feita de corpos humanos, e não de montanhas ou de rios. Descendentes de velhas famílias portuguesas são encontrados no Uruguai, descendentes de velhas famílias espanholas são encontrados no Rio Grande do Sul. Os indivíduos misturam-se numa área movediça que não era possessão de nenhuma coroa, e sim o domínio de rebanhos e capinzais. (BASTIDE, 1978, p.178).

Conforme reforça Carlos Reverbel, no livro *O Gaúcho*, a fronteira entre o Rio Grande do Sul e os países do Prata não oferecem obstáculos para o livre trânsito. Entre o Rio Grande e o Uruguai a fronteira é toda seca, enquanto que em parte da fronteira com a Argentina encontra-se o Rio Uruguai, historicamente utilizado para a navegação. Assim, embora em alguns pontos a fronteira natural dificulte o acesso, a grande maioria é perfeitamente transponível, não existindo o impedimento da circulação entre as regiões, muitas bem conhecidas pelos tropeiros, gaúchos, paulistas e outros que a transitavam, especialmente para o contrabando.

Em seu discurso, afirma que a “fronteira aberta, quando não em movimento, as condições gerais de vida eram praticamente as mesmas nas duas bandas da linha convencionalmente divisória”. Que o gaúcho nasceu no prata mas não ficou ali circunscrito, estendeu-se para o Rio Grande Sul pelos mesmos fatores que o fizeram aparecer por lá, pastagens abundantes e rebanhos sem dono. Assim,

estes traços comuns marcantes nos gaúchos primitivos, tanto do Prata como do Rio Grande, demonstram que, embora aja diferença entre eles, motivadas por peculiaridades locais, o tipo social do gaúcho, formado ao influxo da vida rural nas suas respectivas regiões nacionais, é basicamente o mesmo. (REVERBEL, 1986, p.69-70).

### **2.3 PROCESSO ECONÔMICO**

A principal característica da política de colonização ibérica na América Meridional foi a busca pelo enriquecimento da metrópole, sem necessidade de desenvolvimento da colônia. A busca por ganho fácil, ou extraíndo-o da generosidade da natureza, sem necessidade de manufatura da riqueza, ou com o comércio de produtos rentáveis, na falta de ouro e prata, foi o objetivo primário desta cultura de exploração mercantilista. No caso espanhol, a busca por metais preciosos foi contemplada no contato com a terra a ser explorada. As minas de extração, principalmente da prata, foram encontradas e

exploradas nas regiões andinas, trazendo retorno lucrativo para a colônia espanhola.

No caso português, esse objetivo primário não foi concretizado nos solos do Brasil, fazendo com que a metrópole se adaptasse estrategicamente à sua colônia, a fim de poder lucrar com a exploração. No princípio, a extração de Pau-Brasil e o contrabando de objetos tropicais foram os meios encontrados para o ganho imediato, visto que neste momento interessava mais a Portugal o rentável comércio de especiarias com o extremo oriente do que a ocupação e desenvolvimento da nova e selvagem colônia. Com o tempo fez-se necessário a tomada das terras brasileiras devido à ameaça de ocupação estrangeira. Com isso, a metrópole desenvolveu aqui uma política de povoamento e ganhos, firmada na produção de monocultura agrícola, de grande extensão territorial e mão-de-obra cativa.

Esta característica de produção de capital foi base para toda a colonização portuguesa em terras brasileiras. A colonização e desenvolvimento da colônia só se fez a partir das necessidades e oportunidades econômicas, visto que, de acordo com a política mercantilista, o objetivo era sempre lucrar com o menor esforço possível e não colonizar efetivamente. Dentro deste projeto, a província de São Pedro, num primeiro momento, encontrou-se fora dos parâmetros necessários para a implantação deste sistema de produção.

O couro foi, inicialmente, o produto mais lucrativo para as províncias do prata – que desde os primórdios da colonização, estas províncias supriram a necessidade da América em relação ao gado e seus derivados - e com a província de São Pedro não foi diferente. Devido à grande influência do rentável comércio da courama espanhola em terras pampianas, o Rio Grande começa a chamar a atenção do poder central para esta possível riqueza. O gado xucro, matéria-prima abundante no sul (menos abundante que nos pampas argentinos e uruguaios, mas mesmo assim em boa quantidade para a necessidade e o comércio do período), era uma herança das primeiras missões jesuítas espanholas que se aldearam em nosso território no início do séc. XVII.

Tendo em vista a expansão de seu território e, principalmente, a participação no comércio ilícito de exportação da prata via Mar del Plata, a coroa lusitana fundou em 1680, frente à Buenos Aires, a Colônia do Santíssimo

Sacramento. Esta praça foi palco de grandes batalhas entre as nações ibéricas, sendo conquistada e reconquistada várias vezes. Ponto estratégico-militar, sua função maior era assegurar os interesses lusos na região. Além de lucrar com o contrabando dos produtos coloniais espanhóis em troca de escravos e produtos manufaturados ingleses, para a província de São Pedro a Colônia de Sacramento serviu como modo de voltar os olhos da coroa portuguesa para as terras do extremo sul do Brasil e conhecimento da possível lucratividade existentes nos rebanhos bravios da Vacaria del Mar.

O produto desta atividade de caráter predatório, que baseava a produção na extração do couro do gado existente no campo, sem a necessidade de criação, era exportado para a Europa via Sacramento ou Buenos Aires. Esta atividade chamou a atenção de pessoas de diversas localidades. Bandeirantes paulista, habitantes de Sacramento e de Buenos Aires, índios a serviço dos jesuítas, e dos habitantes nativos da região que sempre vaquearam por conta própria, utilizando o couro como artigo de manufaturas caseiras e moeda de troca. Esse foi o início da expansão rumo ao sul e o capítulo inicial para o processo de povoamento da província de São Pedro.

A preia do gado xucro, com sua característica predatória e o desperdício de matéria-prima da Vacaria del Mar, estava por dizimar a população bovina. Devido a isso, os jesuítas, que retornavam a província no fim do séc. XVII, fundando os Sete Povos das Missões, começaram a deslocar os rebanhos para o norte, a fim de criar o gado junto às reduções. A atividade de extração e exportação do couro via Rio da Prata, assim como a erva-mate, eram as principais bases econômicas dessas novas e fortificadas reduções. O deslocamento dos rebanhos acabou por estabelecer uma nova reserva de gado, chamada de Vacaria dos Pinhais, garantindo assim tanto a produção jesuítica como a manutenção da matéria-prima para os futuros habitantes da região.

Durante muitos anos, a historiografia rio-grandense, assim como a sua literatura, desvelou em seus discursos que a produção pastoril desenvolveu-se sempre de forma natural, por obra única da boa natureza gaúcha, onde tudo que se planta cresce, sem a necessidade da intervenção do trabalho do

homem, criando assim uma espécie de “mito da produção sem trabalho”, como denomina Décio Freitas em um artigo de mesmo nome. Em busca de uma crítica, e de uma possível desmitificação, Freitas abre o seu artigo, com a seguinte frase: “Nenhuma dominação social pode subsistir sem uma concomitante dominação ideológica”. Assim define que as implicações desta criação ideológica, de trabalho como um aspecto puramente lúdico, parecem ser bastante óbvias: com “a acumulação de capital operando-se mediante processos exclusivamente naturais, não haveria dominação e exploração no pastoreio”. Para ele, os ideólogos rio-grandenses tratavam a lida campeira como um jogo ao qual os gaúchos, ou os peões, participavam conforme a sua vontade e que a atividade não passava de um divertimento, uma aventura. Desta forma, “nega-se toda a economia econômica de valor, já que a natureza, e não o trabalho social, seria no pastoreio a fonte de valor”. (FREITAS, 1980, p. 07).

Para Jorge Salis Goulart, historiador e ideólogo da matriz lusitana, o peão assalariava-se não com intuito de prover sua subsistência, mas sim de “servir o patrão espontaneamente, quase sempre por amizade” e gozando de “uma independência inigualável”. Não havia nesta relação social nenhuma servidão econômica e “patrões e empregados viviam em comum, com os mesmos hábitos e necessidades”. Este discurso é a base para a criação da ideologia da “democracia dos pampas”, onde o patrão e o empregado (este último sempre descrito como o peão assalariado e nunca como o escravo ou o gaúcho mercenário e contrabandista, como se não existissem cativos e marginais na província) viviam nas mesmas condições de trabalho, de igualdade, já que na estância existia a política da grande família o autor afirma que “entre chefes e empregados, pela natureza das ligações amistosas que os uniam, se encontra muito do caráter da vida patriarcal, onde o patrão se entrega com os seus subordinados aos trabalhos da comunidade”. Em relação aos convívios igualitários na estância Goulart vai além: “Em virtude da solidariedade de todos esses fortes elos, tivemos uma unidade provincial que repousou nos sentimentos mais nobres que a humanidade conhece”. (GOULART, 1985, p.27-32).

Euclides da Cunha também vai fortificar a ideologia do trabalho do gaúcho como diversão. Em *Os Sertões* descreve que o peão “tinha o trabalho como uma diversão” e assim o vê “passar pela vida aventureiro, jovial, diserto, valente e fanfarrão, despreocupado”, suas “vestes são um traje de festa” e ele “é um vitorioso jovial e forte”. (CUNHA, 1973, p.104).

Madaline Wallis Nichols, em sua importante obra *O gaúcho*, constrói a imagem de um gaúcho independente, vagabundo, que trabalha somente quando convém, não mantendo vínculos empregatícios com qualquer patrão e afirma que “um exagerado sentimento de domínio sobre o destino provinha do simples ato de percorrer, ao lombo de um cavalo, a imensidade da planície”. Mostra-nos que as características culturais do gaúcho, como sua roupa e seu equipamento de montar, dão-lhe a liberdade de “viver no pampa sem trabalhar e com relativo conforto”. (NICHOLS, 1946, p.40)

Freitas (1980) analisa estas ideologias de forma crítica. Em defesa do trabalho do gaúcho aponta que a literatura, a história e o folclore poetizaram toda a vida do peão da estância em detrimento a todas as suas práticas laborais e culturais, escondendo ou retirando do seu discurso características discrepantes com a imagem desejada. Esse tipo de discurso acaba por caracterizar as práticas sociais dos gaudérios vagos como sintoma de vagabundagem e aversão ao trabalho. Renegadas do discurso ficam as duras realidades como a falta de trabalho, o deslocamento forçado pela falta de terras ou despojo das antes cultivadas, a dificuldade de se manter unido a uma família. Mas, principalmente, a dificuldade desse gaúcho, que vive no e do pampa, em se posicionar numa sociedade em formação que está alterando toda uma ordem cultural tradicional e que não o aceita mais. O que devemos ter em mente é que a precariedade social do gaudério, e da província, é imensa. Como coloca Freitas (1980, p.9)

Sendo antes de tudo um solitário, não tinha o que fazer nas horas vagas; suas únicas distrações eram o jogo, a cordeona e o álcool. Para suas necessidades sexuais, recorria à china – prostituta da campanha – forjando-se, a partir daí, a lenda do seu donjuanismo. O gaúcho não era um folgazão, como se pregoa – era um desgraçado, um pobre diabo sem eira e nem beira.

Mesmo com essas características de exclusão social do gaúcho, é preciso ressaltar que sem o seu trabalho, sua lida campeira e suas habilidades pastoris, possivelmente não haveria o desenvolvimento da produção pecuária no pampa ou pelo menos esta seria de menor expressão. O gaúcho constituiu uma classe de mão-de-obra qualificada, de grande habilidade no manejo do gado e proteção à terra. Tanto como peão assalariado na estância ou como gaudério no campo aberto, o gaúcho teve no seu trabalho a importância de manufaturar a riqueza animal encontrada nas pastagens do pampa, sendo essas últimas sim produzidas pela natureza.

O gado reproduziu-se em campo aberto por obra da natureza. Não houve intervenção do homem para esta atividade. A influência humana aparece no momento em que estes animais foram implantados artificialmente na natureza pampeana. No caso da Vacaria dos Pinhais, o gado foi lançado e criado pelos jesuítas para o seu próprio consumo, regulando o abate para uma melhor reprodução. No caso da Vacaria Del Mar, a situação é semelhante, mas com influência dos platinos e não dos jesuítas. Desta maneira, multiplicando-se a gosto da natureza, os rebanhos atingiram a numerosa população encontrada pelos conquistadores, causando-lhes enorme admiração e cobiça ao se depararem com a imensidão das vacarias. Mas, de qualquer maneira, aquele gado por si nada valia. Certamente aqueles rebanhos traduziam-se em riqueza para os conquistadores, mas sem a intervenção do homem, o gado não representava nenhum valor. Era necessário trabalhar as peças para poder atingir o lucro desejado.

Qualquer atividade de captura e manufatura dos rebanhos exigia trabalho pesado e perigoso. Estas atividades davam-se em campo aberto, onde os trabalhadores sofriam muitas adversidades como a longa duração da empreitada, as baixas condições de subsistência no campo e o perigo dos ataques de nativos hostis, dos animais selvagens e da própria atividade de captura e abatimento do gado selvagem e agressivo. Para ilustrar o perigo podemos destacar que, na maioria das vezes, os escravos não eram recrutados para essas arreadas, devido ao alto risco de morte e fuga. Nesse trabalho eram empregados gaúchos vagos, sem vínculos empregatícios e sem riscos de perda de capital para o contratante em eventual inutilização da mão-

de-obra. Em caso de necessidade de captura do gado vivo para povoamento das estâncias, a atividade era acrescida de perigo, devido à dificuldade de apresamento e transporte desses animais selvagens. Não são poucas as referências a mortes e ferimentos graves nas descrições encontradas de vacarias e arreadas.

Assim, o mito da produção sem trabalho é colocado em xeque por Freitas, pois, embora o gado se apresentasse em quantidades significativas no pampa aberto, sem os insumos providos pelo gaúcho não haveria aqui um desenvolvimento tão grande da lucrativa indústria do gado.

### **2.3.1 ASCENSÃO ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL**

No fim do século XVII, houve a decadência do açúcar no nordeste do país e a descoberta das Minas Gerais. Isso ocasionou uma alteração geopolítica no Brasil, onde a sede administrativa e o centro econômico deixaram de ser a zona litorânea da Bahia, produtora de açúcar, transferindo-se para a região vicentina, próxima das minas, com a capital fixada na cidade do Rio de Janeiro. Embora a capital colonial permanecesse em região litorânea, podemos notar que houve uma interiorização do Brasil no sentido de esta mudança ter proporcionado o desenvolvimento de áreas mais afastadas da antiga corte e menos importantes economicamente. Nesse caso enquadra-se a província de São Pedro, que passa a desempenhar um papel importante para a economia colonial. Com o advento da descoberta das minas e a transferência da coroa para o centro do Brasil, o Rio Grande do Sul passa a ficar mais próximo do poder administrativo colonial.

A mineração mudou o cenário produtivo da colônia. O crescimento populacional e aquisitivo, localizado à distância da região litorânea original, ocasionado pela alta rentabilidade da atividade mineradora, fez com que surgisse um mercado interno antes inexistente ou de baixa expressão. Dentro dessa nova ordem, a província passa a ter representação econômica devido aos seus rebanhos. Além de produtos manufaturados derivados do couro, a

nova atividade necessitava de transporte eqüino e bovino. Assim, a província colocou-se como uma economia subsidiária da economia central de exportação.

O movimento de pessoas em busca de renda nas terras do sul se fez crescente. De Laguna, maior centro urbano do extremo sul do Brasil, partiram diversas expedições com objetivo de cativar os rebanhos e envia-los para a zona da mineração. Essas expedições eram muitas vezes independentes e espontâneas, gerando mais tarde expedições oficiais com o incentivo da coroa. Embora o interesse particular fosse apenas apreender o gado para comercializá-lo na província de São Vicente, com esses aventureiros pode-se perceber o início de um foco de povoamento, desde Laguna até a colônia de Sacramento. Desta maneira, a coroa utilizou e incentivou um deslocamento populacional rumo ao sul para a legitimação de posse de terras no extremo sul da colônia e assim garantiu a sua participação no comércio do prata. Vale ressaltar que esta atividade não era nova, pois os habitantes da província, os tropeiros e os contrabandistas, já utilizavam a prática de apresamento para fins comerciais desde o período do açúcar, mas foi com o deslocamento gerado pela nova atividade econômica que o Rio Grande passou a ter expressividade nacional como província capaz de gerar lucros. Foi neste período de intenso trânsito que tivemos a abertura das primeiras vias de comunicação do sul com a corte do Brasil.

A figura social predominante no período foi o tropeiro, que trabalhava em grupo, quase sempre armado. Além do gado para o corte, a busca ia além fronteiras para a captura dos rebanhos de mulas, usadas pelos espanhóis no transporte da prata de Potosi. Visto que a mineração andina encontrava-se em decadência no momento da ascensão da mineração nas gerais, os comerciantes espanhóis de gado muar voltaram-se para o mercado brasileiro. Mas é sempre necessário lembrar que este comércio ou o seu contrabando, era feito sempre acompanhado de força armada, pois a aquisição da matéria-prima consistia muitas vezes em roubar o gado estrangeiro e atravessar a fronteira.

Neste período, o Rio Grande habitado, ou simplesmente transitado, não passava de uma estreita faixa de terra no litoral, entre Laguna e Sacramento.

Era por aí que os tropeiros passavam e por aí que se tinha algum indício de povoamento. No interior, onde efetivamente estavam os rebanhos, não existia uma posse oficializada, com distribuição de terras pela coroa portuguesa, sendo, assim, tida como uma terra de ninguém, propícia ao contrabando e ao avanço espanhol. Nessas áreas, eram feitas invernadas e rodeios, prática comum utilizada para o agrupamento de animais, de onde partiam as excursões rumo a Sorocaba, para que os animais fossem comercializados nas feiras e assim fossem encaminhados à sua atividade na zona mineradora.

Devido aos problemas enfrentados com a devastação dos rebanhos bravios, já no início do século XVIII, faz-se necessário o fim da atividade predatória para a manutenção da matéria-prima. Com isso, começa a ser germinado entre os tropeiros rio-grandenses a cultura de criação de gado e fixação de espaço produtivo, visando a garantia de rebanho e o aumento de ganho. Concomitante a estas mudanças no campo, a coroa portuguesa, devido às dificuldades de manutenção de Sacramento, considerou necessário desenvolver o incremento populacional no imenso território contido entre Laguna e o Prata. A estratégia escolhida foi a distribuição de terras em sesmarias, visando assim a sedentarização do homem no campo, a posse da terra e do gado.

Os privilegiados com as sesmarias, lotes de tamanhos imensuráveis, eram geralmente militares, em troca de serviços, homens de posse, em troca de favores a coroa ou simplesmente os tropeiros que ali se fixaram e desenvolveram a pecuária. A grande propriedade era a maneira conhecida pela colônia para colonizar e assegurar a posse das terras. O modo de produção concomitante era o de latifúndio, com produção extensiva, capaz de dar conta do domínio territorial e principalmente do domínio comercial, a valiosa courama. Além disso, tornou-se possível o controle da devastação do gado xucro, pois com a posse dos campos e o fim da atividade predatória do gado alçado, a pecuária extensiva poderia ser administrada pelos novos terratenentes.

O sucesso da posse dos campos sulinos deu-se com o constante incremento da indústria do gado no mercado nacional. No princípio, a atividade mineradora foi o cerne da comercialização do gado em pé. Com a decadência

desta atividade, no fim do século XVIII, a economia sulina teve uma alteração no foco da atividade pecuarista. Ao mesmo tempo em que a mineração diminuía o seu *market-share*, as zonas produtoras de café desenvolviam-se rapidamente. Adaptando-se a essa nova realidade, o Rio Grande organiza-se economicamente e estruturalmente para a produção do charque, alimento já produzido pelos criatórios do Piauí e pelos *saladeros* platinos, utilizado para a alimentação da escravaria nas Américas do Sul e Central. Esta nova prática econômica tornou-se a maior fonte de riqueza e poder no Rio Grande do Sul e representou também o movimento final para a inserção da província como parte representativa na economia nacional. Isso em razão de que a produção do charque teve seu grande desenvolvimento, produtivo e comercial, com o incremento do comércio escravista ocorrido no Brasil no início do século XIX, sendo esta mão-de-obra abundante e quase exclusiva nas lavouras de café.

Houve uma nova organização social na província já que com esta atividade econômica surgiram novas divisões sociais. Os estancieiros criadores de gado passaram a dividir seu poder com os charqueadores, os produtores do charque. As charqueadas proviram a inclusão do peão no trabalho sistemático e, principalmente, incrementaram e introduziram uma grande quantidade de mão-de-obra escrava, exclusiva para uma nova produção industrial sistêmica que estava surgindo na província. Até então a mão de obra escrava coexistia com o trabalho do peão nas estâncias ou no campo, mas somente com as charqueadas é que ela vai desenvolver uma atividade semelhante à encontrada em outras indústrias do centro do país, isto é, ser exclusiva e indispensável para a produção de determinado produto.

Do fim do século XVIII até o início do século XIX, aproximadamente entre 1780 e 1800, houve uma nova política de distribuição de sesmarias, que buscava incrementar a produção do charque e aumentar a área povoada da província, para garantir posse das terras fronteiriças ainda não demarcadas. O alto lucro proveniente da pecuária e do charque proporcionou um maior desenvolvimento de cidades e povoados, uma aproximação entre o campo e os novos centros urbanos, novas vias de acesso e locomoção e um grande aumento da população, principalmente escrava.

O charque rio-grandense sofria uma grande concorrência com os produtores platinos. Nas províncias platinas, o charque gozava de todos os incentivos necessários por ser o primeiro produto da economia do Vice Reinado do Prata. Além disso, os *saladeros* levavam vantagem na produção, pois trabalhavam sob o regime de mão-de-obra assalariada, proporcionando uma produção melhor e mais lucrativa.

Porém, em 1810, com as guerras de independências da província platinas os charqueadores rio-grandenses aproveitaram-se da desorganização dos *saladeros* para ganhar mercado e prosperar. Em 1820, a coroa portuguesa, sob o comando de Dom João VI, venceu o exército de Artigas e anexou o território do Uruguai, com o nome de Província Cisplatina. Com isso, os charqueadores rio-grandenses apropriaram-se do gado platino e estabeleceram fortificadas estâncias e charqueadas em solo platino, historicamente excelente na produção de gado.

Devemos lembrar aqui que, além da pecuária, a província desenvolveu a produção agrônoma durante este período de ascensão, com a chegada dos açorianos. Por volta de 1750, estes novos imigrantes iniciaram a produção de trigo no sul e em 1780 o produto tornou-se a segunda economia do estado, aparecendo expressivamente na exportação rio-grandense, à frente de outras economias como a erva-mate e o couro. Esta atividade chegou a proporcionar riqueza para sua classe produtora, gerando assim um incremento de escravos nas lavouras sulinas. Entretanto, a atividade sofreu com diversas dificuldades apresentadas, desde a precariedade dos meios de produção, como a inoperância de um estado dependente, amarrado a tratados comerciais internacionais com nações produtoras de trigo e, por fim, uma peste que destruiu os trigais no início do século XIX. Sendo assim, aqueles colonos que acumularam alguma riqueza com a agricultura tritícola rumaram para a atividade charqueadora, que no início do século XIX estava em franco desenvolvimento.

Desta maneira, no início do século XIX, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul teve a sua inserção e solidificação na economia nacional, mesmo que subsidiária, mas não menos importante. Criou-se uma elite com força econômica e poder militar capaz de reivindicar atenção e cuidados da

coroa e do poder central. Capaz também de demonstrar seu poder e seu valor numa guerra civil de dez anos de duração. A partir desta breve revisão histórica, podemos visitar e concordar com a afirmação de Reverbel (1986, p.15) quando diz que “o boi é, de certo modo (no sentido sociológico), pai do gaúcho. A pecuária não foi à única fonte de renda do Rio Grande do Sul, mas foi a única capaz de tornar a província interessante para os olhos econômicos da coroa. Foi a pecuária a responsável pela inserção do Rio Grande na grande nação brasileira, multifacetada e dividida, mas sempre unida por interesses econômicos. Sem esta atividade, não teríamos a figura do gaúcho e sem entender este processo econômico não seria possível dialogar sobre a sua formação real e ideológica.

### 3 GAÚCHO, VISÕES DA HISTÓRIA

*Compañeros de historia,  
tomando en cuenta lo implacable  
que debe ser la verdad, quisiera pregunta,  
me urge tanto.  
¿qué debiera decir, qué fronteras debo respetar?  
¿Hasta donde debemos practicar las verdades?  
¿Hasta donde sabemos?  
Silvio Rodríguez*

O gaúcho surgiu no pampa indiviso, sem fronteiras nacionais demarcadas. A distinção de sua cultura e nacionalidade ocorreu devido à influência do contato com núcleos urbanos que lhe eram vizinhos, e à sua decorrente inserção nessa sociedade. Além de tais características de sua formação social, existe uma que é responsável pelos significados que esse personagem, o gaúcho, assumiu em diferentes períodos históricos: a produção textual sobre ele. Nos discursos sobre o gaúcho ele é deslocado em relação ao seu papel social quanto foram os pontos de vista e as vontades ideológicas dos que escreveram sobre ele.

Neste capítulo, pretendemos demonstrar algumas visões da historiografia com relação ao gaúcho e à história do Rio Grande do Sul, destacando as ideologias que influenciaram a produção dos textos que os caracterizavam nos diferentes períodos da história rio-grandense.

Acreditamos que, através de posicionamentos políticos e ideológicos, temos significados distintos para o termo gaúcho. De acordo com a sua inserção na sociedade no decorrer do tempo, gaúcho passou de bandido marginal para significar nome gentil de identificação regional. Isso se deu devido às alterações ideológicas das elites intelectuais responsáveis pela produção das letras da província.

A alteração semântica da palavra “gaúcho” serve nesta análise como base para entendermos o processo de criação da figura ideológica do gaúcho. Assim, o texto de Augusto Meyer, *Gaúcho, história de uma palavra*, figura como cerne desta pesquisa. Nessa obra o autor analisa, de forma hábil, a mudança sofrida pela palavra gaúcho, demonstrando os diferentes significados conferidos a ela em diferentes períodos históricos, desde sua origem pejorativa até a atribuição de significado heróico de identificação regional.

É de 1774 o primeiro significado oficial do termo gaúcho: “ladrones de Iganado en la región fronteriza con el Brasil”. Meyer retira essa definição da obra de Ricardo Molaz, autor de *Antigüedad y Significado Histórico de la palabra Gaucho*. Em 1787, aparece pela primeira vez em português a definição de gaúcho, em nota explicativa no *Diário Resumido*, de José de Saldanha: “Gauches, palavra Hespanhola uzada neste paiz para expressar aos vagabundos, ou ladroens do campo, quais vaqueiros, costumados a matar os touros chimarroens, a sacar-lhes o couro, e a leva-los ocultamente as povoaçoens, para as venda ou troca por outros gêneros”. (SALDANHA apud MEYER, 2002, p.24). Essa referência demonstra o significado primeiro da palavra gaúcho. O sentido pejorativo do termo manteve-se inalterado até meados do século XIX, tanto no lado platino como nas terras lusitanas. Os viajantes que aqui passaram e deixaram a riqueza de seus relatos, fontes primárias para o entendimento da formação deste tipo social, descreveram o gaúcho como um ser involuído, bárbaro, não civilizado, corroborando com a premissa de que o significado deste termo sofreu mudanças no decorrer da história.

Não foi por simples capricho literário que a palavra gaúcho alterou o seu sentido original, como afirmam diversos autores que discutiram esta questão, inclusive Madaline W. Nichols. O texto literário reconduziu e legitimou a alteração, mas houve também uma mudança prática no posicionamento do gaúcho dentro da sociedade. Como afirma Meyer (2002, p.32), “havia, como em tudo, um lado bom no ladrão e coureador do campo; a sua habilidade campeira, além da aptidão para a guerra, virtudes, aliás, que foram exploradas pelos representantes da lei”. Acrescentamos que essa alteração só se deu devido à crescente valorização social do gaúcho decorrente da necessidade do

emprego de suas habilidades militares e pastoris. A utilização deste nas arreadas e contrabandos, atividades de enorme dificuldade, que necessitavam de muita habilidade, foi empregada desde os primórdios da atividade pastoril no pampa.

Para exemplificar não só a mudança no entendimento de *o que é o gaúcho afinal?*, mas também a alteração no seu posicionamento social, apresentamos o testemunho de Hermman Burmeister, viajante alemão que teve seu livro, *Reise dursh die La Plata-Staaten*, publicado em 1860:

Erro grave é considerar os Gaúchos como gente grosseira ou brutal, ou, sem mais rodeios, como simples salteadores e bandidos; longe disso, o que os caracteriza é principalmente uma viva suscetibilidade e um inegável sentimento cavalheiresco, que logo os leva a ter em conta de superior toda pessoa mais ilustrada, ou de mais alta categoria social, que os tratar com deferência. Pelo contrário, a altivez e grosseria provocam de sua parte uma repulsa imediata. (BURMEISTER, apud MEYER, 2002, p.33-34).

Como podemos observar, estamos trabalhando aqui com uma idéia de 1860, período em que a camada gauchesca já está em franca assimilação pela sociedade pastoril. O gaúcho aqui já sofreu a valorização pela sua campanha na Guerra dos Farrapos e, com isso, a alteração do significado da sua denominação. Tanto é que na descrição deste viajante o sentido primitivo de gaúcho é amplamente criticado.

É claro que essa alteração não se deu de forma imediata ou por apenas uma razão. Ela ocorreu como todo processo de transformação cultural, de forma longa e gradativa, e foi resultado da mudança de uma organização regional, no sentido social, político, econômico e cultural. Creditar essa alteração a uma só causa, como, por exemplo, a influência literária, é dar uma resposta simplista para uma questão complexa. Conforme Meyer (op. cit., p.34), a mudança semântica ocorreu de forma oscilante, ora com valores de simpatia, ora de repulsão, mas foram sendo agregado significados secundários como: “vagabundo, mas valente nas guerrilhas; coureador por sua conta, mas excelente campeiro; arisco, indócil, mas agradecido quando bem tratado...”.

Assim, para podermos compreender quais foram os estágios dessas alterações no significado do termo *gaúcho*, citamos Meyer (op. cit., p. 34-35, grifos do autor) que constrói um quadro bastante elucidativo sobre a questão:

Logo de início, para os capitães-generais ou autoridades e primeiros proprietários de terras – ladrão, vagabundo, contrabandista, coureador; para os capitães de milícias e comandantes de tropas empenhados em guerras de fronteira – bombeiro, chasque, vedeta, isca para o inimigo, bom auxiliar para o municio e remonta; nas guerras de independência do prata, ou nas campanhas do sul – lanceiro, miliciano; a contar certo momento histórico, no Rio Grande do Sul, para o homem da cidade – o trabalhador rural, o homem afeito ao serviço de pastoreio, o peão de estância, o agregado, o campeiro, o habitante da campanha; na poesia popular, um sinônimo de bom ginete, campeiro destro, com tendência para identificar-se com os termos *guasca*, *monarca*; e finalmente, para todos nós, um nome gentílico, a exemplo de *carioca*, *barriga-verde*, *capichaba* e *fluminens*.

Porém, mesmo com toda a mudança que sofre a significação da palavra *gaúcho*, Meyer afirma que, na poesia de cunho farroupilha, ou mesmo na poesia popular Rio Grandense, esta não pode ser encontrada nela, para referir-se ao filho da campanha, era usado o termo *monarca*. A primeira vez que este termo é usado com a conotação que tem hoje foi no romance de José de Alencar, *O Gaúcho*. Esse texto utilizou a significação adjetiva de gaúcho para denominar o seu protagonista, uma espécie de gaúcho modelo, idealizado pelo seu autor, já que este não conhecia a província e seus habitantes. Apura-se que a crítica literária rio-grandense tenha desgostado dessa atitude, pois, logo após, em texto semelhante, Apolinário Porto Alegre usou o termo *vaqueano* para denominar o seu protagonista, sem aparecer nenhuma referência ao termo *gaúcho*.

### 3.1 AS DEFINIÇÕES HISTORIOGRÁFICAS DO GAÚCHO

O aparecimento do gaúcho está vinculado à formação econômica do pampa. Assim, não podemos pensar no gaúcho se não analisarmos sua ligação com as características da produção pastoril e com a comercialização de

tal produção. A questão militar também deve ser acrescentada no discurso, mesmo estando diretamente vinculada à formação do caráter bélico deste tipo, enquanto a economia lhe deu a capacidade de se definir como grupo. Muitos autores afirmam que o gaúcho originou-se de certa fusão de características da região como: os campos sem dono, a abundância de rebanhos selvagens e o poder econômico da pecuária. Meyer (op. cit., p.38) sintetiza esse pensamento afirmando que “o gaúcho de vida solta, em sua disponibilidade marginal, era resultante inevitável do ciclo vicioso configurado por: latifúndio, pastoreio patriarcal, abundância de gado alçado, fronteira aberta”. Reverbel afirma, como citado no capítulo anterior, que “o gado é o pai do gaúcho”, pai no sentido de que a figura do gaúcho só foi possível pela atividade pecuária original. César (1979), também trata da vinculação do gaúcho com a atividade pastoril e deixa clara a importância do gado para a formação da sociedade rio-grandense. Nichols (1964) irá acrescentar que, além da produção pastoril, o latente contrabando existente nessa atividade é o que criou a figura do gaúcho.

Embora os estudos indiquem que a origem do gaúcho deu-se de forma semelhante em toda a extensão dos pampas da América do Sul, existiu por parte dos escritores rio-grandenses uma divisão entre os *gaúchos* brasileiros, habitantes dos pampas do Rio Grande do Sul, e os *gauchos* habitantes dos pampas castelhanos. O grupo de escritores pertencente à corrente lusitana da historiografia rio-grandense baseava-se na idéia de que a formação cultural e étnica dos gaúchos resultava basicamente da descendência dos lusitanos, representados pelos bandeirantes e militares brasileiros, e alguma miscigenação, mas não majoritária, com a raça indígena que aqui vivia. Esses “lusitanos” defendiam a exclusão das missões jesuíticas da historiografia gaúcha, pois se tratava de um território espanhol dentro de terras lusitanas, e com isso empenhavam-se em afirmar a não influência castelhana na formação desta província. Isso lhes serviu para minimizar os fatos tidos como degradantes, como as práticas de roubo de gado e contrabando, além das características “bárbaras” da figura do gaúcho, e transportá-las para o *gaucho* do outro lado da fronteira. Esta prática é claramente identificada na obra de seu maior representante Moysés Vellinho, que dedicou-se a desenvolver a

diferenciação do *Gaúcho Rio Grandense e o Gaúcho Platino*<sup>14</sup> ao longo de toda a sua reflexão sobre a história do Rio Grande do Sul.

Para exemplificar o discurso platino, fazemos uma breve análise de seu grande expoente. Moysés Vellinho é um entusiasta com relação à colonização portuguesa nesse estado. Suas idéias são compostas tão somente de elogios aos lusitanos, acreditando que, no caso do Rio Grande do Sul, não poderia haver estratégia melhor de povoamento e domínio, nem mesmo melhor execução.

A divisão em sesmarias das áreas conquistadas impôs-se então como uma providência imperiosa. Sua adoção descobre mesmo o senso realístico da política colonial portuguesa. Que outro regime se poderia conciliar com a expansão do território, a escassez de povoadores, a dispersão dos rebanhos, as necessidades da defesa? Que destino teve, na emergência, o ensaio açoriano da pequena agricultura? Seus filhos, ou eles mesmos, não se deixariam confinar nas suas chácaras: vencidos pela sedução econômica do campo, também eles acompanharam a nossa grande marcha para Oeste e Sudoeste, sempre em busca de mais terras e mais gado. Do ponto de vista social, econômico, político e militar, a propriedade latifundiária preencheu um capítulo decisivo da nossa formação. (VELLINHO, 1964, p.39).

Vellinho credita a inexistência da miscigenação, ou a sua medíocre influência na composição do Rio Grande do Sul, à eficaz política de ocupação desempenhada pela coroa portuguesa. Embora em um primeiro contato possa ter tido alguma aproximação do branco com as índias locais, a eficácia da disciplina social lusitana e do assentamento via sesmarias, propiciou a constituição de famílias entre os estancieiros, impedindo assim a miscigenação livre no campo, como no caso platino.

A obediência militar e social do povoador português e a sua organização territorial não permitiram que se desenvolvesse no Rio Grande a situação de “desordem” que ele verificou no espaço platino. Para Vellinho, as práticas de caudilhismo e bandoleirismo foram características dos gaúchos além fronteira brasileira. O gaúcho que ele traça como sendo nosso se confunde muito com a figura do estancieiro luso-brasileiro. Ao interpretar suas idéias podemos notar que a presença tanto do gaúcho como do índio, só se deu por incorporação ao

---

<sup>14</sup> Título de um capítulo seu no livro *Fundamentos da cultura rio grandense*, organizado e publicado pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, em 1954.

trabalho na estância, como se não houvesse marginais nesta província. Somente o descendente luso-brasileiro é considerado o elemento povoador, sendo os demais excluídos do discurso. Segundo Vellinho, o elemento indígena não compôs a cultura rio-grandense por não se fazer presente ou atuante no momento da colonização. Os motivos são os mais diversos: pouca densidade demográfica nativa; a boa índole do índio rio-grandense que propiciou uma melhor integração com o elemento colonizador; o magnetismo platino que arrecadou, “pela impunidade e pelos engodos da demagogia caudilhesca”, o indígena que não se adaptou as regras rígidas do colonizador; além de diversos outros fatores que diminuiriam a importância do índio na nossa colonização, como a fome, as epidemias, as guerras entre tribos, a dispersão das missões, etc.

O mesmo acontece com o gaúcho original, cuja descrição como sendo um indivíduo marginal está presente em muitos estudos citados por Vellinho, para quem este gaúcho, o qual define como “peste de gente”, não teve espaço nas terras colonizadas por luso-brasileiros. O roubo de gado, a miscigenação, a desobediência às leis, a ilegalidade do trabalho, o contrabando e todos os outros deméritos, não fazem parte da descrição do gaúcho brasileiro ou pelo menos não fazem parte do discurso legitimador do autor. Transparece no texto que a influência cultural, ou seja, as práticas culturais que os estancieiros herdaram do gaúcho e do índio – chimarrão, vestuário, manejo com o gado, as armas, a montaria eqüestre – foram incorporadas e encontram-se exaltadas no discurso, causando assim uma discrepância nas afirmações. No entanto, podemos analisar que o gaúcho existiu sim aqui no Rio Grande do Sul, mas existiu de acordo com a vontade do discurso do autor e sua ideologia. Existiu como peão empregado na estância, como bom soldado, como colega de trabalho de seu patrão, mas não no sentido original do “ser gaúcho”, que foi retratado como propriedade exclusiva dos portenhos. Numa comparação o autor assim coloca:

O pampa, que tudo absorvia e escondia na sua imensidade, foi o grande aliado, cúmplice das turbas gauchescas que tanto tumultuaram as províncias do Prata. Fora da lei, infensos ao espanhol, inimigos dos núcleos de civilização representados pela cidade, incompatíveis com quaisquer formas de civilização, os párias

do campo se acoitavam no deserto, e ali, à prova de surpresas, livres de repressão policial, tornavam-se invioláveis na sua agressividade. (VELLINHO, op. cit., p. 41).

Afirma assim, que a ingerência por parte dos espanhóis, em relação ao problema com o marginal do campo, gerou a figura que os ameaçava. Em oposição a isso, a eficiência administrativa da coroa portuguesa conseguiu evitar que essa classe se desenvolvesse e que os que aqui ficaram fosse influenciados pelos costumes e boas maneiras das forças civilizadoras:

Do lado luso-brasileiro, porém, foi justamente no campo, cenário de nossas lides guerreiras e pastoris, que se ergueu o tipo social cuja idealização se projetou no tempo, carregando consigo os estímulos morais e emocionais de que se nutre o Rio Grande como unidade histórico-sociológica, e que, através de gerações, o confirmaram na identidade de si mesmo. (ibid, ibidem).

Por outro lado, a matriz platina vinculava grande influência castelhana na formação cultural do Rio Grande do Sul, não definindo, assim, uma grande separação entre *gaúchos* e *gauchos*. A questão da fronteira aberta é a principal justificativa para o encontro dessas civilizações, sendo que Alfredo Varela foi o maior expoente dessa vertente. O autor destaca-se pela sua intensa produção e pelas afirmações de que o pampa era uma unidade, onde o gaúcho, tanto uruguaio, argentino ou brasileiro, habitava com grandes semelhanças culturais.

Embora essas matrizes se dividissem com relação à influência lusitana ou platina, durante todo o período de produção, insuflado pela criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), as duas linhas aproximaram-se em dois aspectos: no desejo de definir a natureza e as origens da sociedade rio grandense; e na defesa de uma história político-ideológica de alto teor nacionalista. (GUTFREIND, 1992, p.25)

O gaúcho surgiu nas terras costeiras do rio da prata. Foi em Buenos Aires, por volta de 1530, que começou a ocorrer mais tarde, sob influência dos mesmos fatores, terras e gado sem dono. Assim, o gaúcho rio-grandense é uma espécie de derivado do *gaucho* platino. O tipo surgiu na Argentina, porém se espalhou pelo pampa formando três tipos de gaúcho, com características individuais: o original argentino, o uruguaio e o rio-grandense. Porém, devido a sua origem única, seus traços originais são basicamente os mesmos. Embora

haja diferenciação entre eles, devido às peculiaridades locais, o tipo social gaúcho partilha de traços comuns e fundamentais como:

O cavalo e o boi, condicionando a civilização gauchesca; a carne assada e o mate amargo, constituindo a base alimentar do gaúcho; o couro e o sebo, representando o início de suas atividades econômicas; o contrabando, significando suas primeiras trocas comerciais vantajosas. (REVERBEL, 1986, p. 69)

As atividades pastoris, o gado alçado e o contrabando, além de servirem como cenário para a disseminação do gaúcho em ambas as raias da fronteira, foram também atividades que proporcionaram o encontro dessas culturas no campo. Era muito comum a transgressão da fronteira para arrebanhar gado, estabelecer fazenda, praticar o contrabando, tanto na venda de seus produtos específicos, como na compra de bens estrangeiros. Devido a isso, acreditamos que o gaúcho, antes de pertencer a uma ou outra identidade nacional, tem sua identificação no pampa ao qual habita. Sua origem é semelhante em toda a extensão do pampa e, desta forma, constitui-se dele, vive nele e relaciona-se com ele. Porém, não podemos afirmar que o gaúcho rio-grandense é exatamente igual ao um *gaucho* argentino. As especificações existem em todas as outras culturas e sendo toda cultura uma cultura de fronteira, a sua delimitação está de acordo com os seus contatos. A história da cultura é uma história de contatos. Todas têm suas fronteiras e são influenciadas pela troca que esse espaço proporciona. Assim, mesmo tendo origem, aspectos e práticas semelhantes, cada cultura é única e, ao mesmo tempo, influenciada por suas fronteiras.

O contrabando era alimentado pelo conflito de interesses entre a coroa e os comerciantes da colônia, principalmente no caso espanhol. Aproveitando-se do monopólio instaurado pela metrópole, os comerciantes ingleses, holandeses, franceses e portugueses injetavam pela banda oriental produtos de necessidade dos comerciantes de Buenos Aires, por um preço muito menor do que o praticado pelo comércio legal do monopólio, e assim conseguiam adquirir o couro, os derivados do gado, e a prata espanhola sem os impostos exigidos pela metrópole castelhana.

Segundo Capistrano, em sua obra *Capítulos de História Colonial*, publicada em 1907, ao falar de Colônia do Sacramento, afirma que: “este ninho, antes de contrabandistas que de soldados, foi talvez o berço de uma prole sinistra, os gaúchos ou gaudérios, originários da margem esquerda do Prata, famosos durante décadas e ainda não assimilados de todo à civilização”. Capistrano enfatiza a função contrabandista do território de Sacramento e por conseqüência, a definição daqueles que ali viviam ou, através da atividade tropeira, a abasteciam. Mesmo em 1907, o autor afirma que o gaúcho “ainda não fora assimilado de todo à civilização” (ABREU apud MEYER, 2002, p.28).

A escravidão ajudou a manter a classe gaúcha na ilegalidade. Conforme Meyer (2002, p.26), com o advento da escravidão, o estancieiro dispensou o peão assalariado, devido ao baixo custo da mão-de-obra cativa. Assim “o peão pobre, o proletário rural aprendia portanto bem cedo esta dura experiência: de nada servia a aptidão para o trabalho”. O campo chamava-lhe para o contrabando.

O gaúcho tem sua origem nesse complexo cultural formado pelo cavalo, o gado alçado, a valorização do couro e fronteiras abertas, movendo-se para lá e para cá. O território é disputado por duas coroas em franca decadência, sem força nem estratégia adequada para o povoamento das terras, onde as sesmarias iam transformando o pampa em um “deserto povoado”, como afirma Brigadeiro Róscio (1942, p.29). A escravidão auxiliava na exclusão social do paisano, uma vez que seu trabalho não é aproveitado na estância e na charqueada devido aos baixos custos da mão-de-obra cativa, forçado o deslocamento do gaúcho livre para o atrativo comércio ilegal. Dessa forma, o gaúcho se insere na sociedade, ou nas margens dela, recebendo assim, por sua função social, os significados pejorativos já referidos anteriormente.

Nichols (1946) analisa que o couro foi a principal atividade econômica das províncias do Prata nos anos de colonização. Os colonos produtores, sendo vítimas de imensos tributos comerciais impostos pela coroa espanhola, burlaram o monopólio e deram partida ao contrabando. Negociantes europeus aproveitaram-se dessa conjuntura para também obterem lucro no comércio de couros. Assim, uma classe de caçadores ilegais de couro surgiu para atender

essa demanda comercial estrangeira, e esses ilegais ficaram conhecidos como gaúchos.

Os gaúchos assemelhavam-se aos vaqueiros, já que sua atividade também consistia na caça e na transformação do boi em couro. A diferenciação é conceitual. Os vaqueiros eram empregados de estâncias produtoras de artigos de couro e derivados, que trabalhavam de acordo com as regras comerciais impostas pela metrópole. O vaqueiro era, ao contrário do gaúcho, o caçador de gado legal. Para driblar as barreiras comerciais e buscar o lucro através do contrabando, os comerciantes locais incentivavam a atividade ilegal dos gaúchos fomentando assim o crescimento da “gauchada”, tornando todo o marginal habitante dos campos da Prata em um gaúcho em potencial.

Ao considerar que a existência da classe social dos gaúchos deu-se somente no período que o comércio ilegal de couro teve seu pico de abundância, Nichols acrescenta que esta classe coexistiu à sociedade platina durante um curto espaço de tempo, de 1775 a 1875, sendo anexada após o fim de sua atividade. Acrescenta também que desde que existiu um caçador ilegal de couros percorrendo a campanha, existiu o gaúcho, mas que a classe só surgiu quando um grupo de homens, relativamente grande e característico, envolveu-se no trabalho ilegal.

O aumento da produção pastoril no pampa gerou a necessidade de sistematização do trabalho, em busca de maior lucratividade. As estâncias empenharam-se na criação de gado em campos cercados, enquanto as charqueadas organizaram a sua produção em moldes industriais. Essas alterações no campo atingiram diretamente a atividade do gaúcho nômade, pois com o cercamento dos campos e a escassez do gado chimarrão, a sua prática irregular não teve mais espaço. Assim, o gaúcho se fez peão. Com o fim da antiga prática o gaúcho viu-se obrigado a buscar um meio de subsistência regular. Devido à sua habilidade pastoril, sua inserção na fazenda foi imediata, e de posteiro apalavrado, tornou-se agregado.

O gaúcho, ao tornar-se peão, aproximou-se da sociedade rio-grandense, agora como empregado e, conforme o pensamento da época, civilizado. Deixando para trás a ilegalidade de sua atividade, passou a ser aceito pela sociedade que antes o discriminava. Assim, com essa mudança, o sentido da

palavra gaúcho ganhou uma nova roupagem. O gaúcho tornou-se peão e o peão herdou o nome de gaúcho. Houve assim uma troca, ou melhor, um compartilhamento de significados. O gaúcho ganha o respeito que gozava o peão, enquanto o peão herda as qualidades e a denominação do gaúcho.

Sergius Gonzaga (1980, p.115) destaca dois caminhos para os gaúchos pós cercamento dos campos: 1) seriam absorvidos, convertendo-se em peões ocasionais ou permanentes, de acordo com a necessidade da estância. 2) usou-se o gaúcho como “bucha de canhão”. Esta citação, apesar de longa, exemplifica os dois pontos:

As várias guerras vividas na província exigiam um número expressivo de soldados, suficientemente pobres e corajosos para arriscar a sua vida pela mística do heroísmo e pelo saque nem sempre compensatório. No Rio Grande não se chegou ao extremo do caso argentino, onde os gaudérios eram recrutados sistematicamente e sob a terrível aparelhagem repressiva para enfrentarem os índios ainda em pampa aberto. Embora sem descartar o emprego da violência, nossa burguesia rural permitiu-se a formas menos ásperas de recrutamento, dentro de certa astúcia ideológica que consistia em convocar os homens do campo via reprodução de lugares comuns machistas e ufanistas. Essa relativa “suavização” (se comparada com a brutalidade platina) deveu-se a dois fatores primordiais:

1) A terra propícia ao pastoreio já havia sido conquistada pelos terratenentes, através do desalojamento forçado dos nativos. A defesa armada se dava então somente à manutenção dos domínios e não para a expansão de território. Claro que nos casos de enfrentamentos internacionais ou graves embates internos, a convocação militar era sistemática e implacável.

2) O número de vagos era quase insignificante por causa da colonização tardia da província. Logo, a ameaça desses elementos marginais tornava-se bem menor do que na vizinhança platina, onde as invasões de fazendas e preia de gado obrigaram o estado a exterminar os gaúchos.

Por fim, cabia ao estado encarregar-se daqueles que não se encaixavam nas novas divisões de trabalho e continuavam na vida errante. A partir deste momento eles passaram a ser malfeitores, inimigos da ordem, e precisavam ser exterminados em nome da propriedade privada e do capitalismo latifundiário. (GONZAGA, 1980, p.116).

As alterações econômicas e a regularização da atividade pecuária nos campos platinos, com o processo de industrialização e o cercamento dos campos, ocasionaram a extinção do contrabando, forçando o gaúcho a se sedentarizar, deixando assim de existir nos moldes que o caracterizaram. Ele

foi forçado a abandonar a vida independente de vagabundo, fazendo-se empregado em qualquer estância. Dentro dessa nova vida de obediência e trabalho legal, o então gaúcho limitou-se ao negócio de gado que lhe era familiar ou, ao tentar integrar-se no meio urbano, tornou-se um habitante marginal da cidade.

Devido a essas características de marginal, agora urbano, “*su ética de hombre que está solo y que nada espera de nadie*” e seus hábitos culturais, como o apreço pela música e pela dança, transformaram muitos gaúchos, que saíram dos campos para habitar Buenos Aires, na figura típica da capital portenha, *El Compadrito*. Essa idéia provém de um livro fundador organizado por Jorge Luis Borges e Silvina Bullrich, “*El Compadrito. Su destino, sus barrios, su música*”, onde os autores buscam introduzir os estudos de formação desse tipo e a construção de sua ideologia através de análises de letras de tangos, literatura, teatro e outras manifestações culturais. No prefácio dessa obra Borges compara esta figura à do gaúcho, desde as suas características de marginal até a criação de sua ideologia, deixando claro que também na Argentina e no Uruguai o sentido do vocábulo “gaúcho” sofrera uma transformação social-ideológica através da construção literária, fazendo com que palavra tivesse uma alteração semântica, com a mudança de sentido pejorativo à adjetivo qualitativo. Assim analisa que:

La creación de arquetipos que exaltan y simplifican la suma de las cosas concretas es un hábito, acaso inevitable, de nuestra mente. Buenos Aires, apoyada con fervor por Montevideo, sigue proponiéndonos dos: el gaucho y el compadre. Como los congéneres *boor* y *clown* en inglés y *rustre* en francés, la palabra *gaucho* tuvo un sentido peyorativo; ahora, por obra de hacendados poetas – José Hernández Pueyrredón, Rafael Obligado y Ricardo Güiraldes – y de cierta superstición demagógica, un sentido reverencial. El compadrito puede tener análogo destino. Curiosamente, ya hay quienes lo extrañamos; ya, como el gaucho, es un tema de nostalgia. De paso recordemos que el compadrito se vió a si mismo como gaucho; el circo de Podestá y las entregas azarosas de Eduardo Gutiérrez fueron sus libros de caballería. Bien es verdad que un cuarteador, un carrero o un matarife, no diferían demasiado de un peón. Compartían, por lo demás, el hábito de los animales y del cuchillo. El campo entraba en la ciudad. (BORGES, 2000, p.07).

Diferentes posicionamentos criaram diferentes caracterizações para o “personagem” gaúcho. O deslocamento constatado nos diferentes discursos

segue de acordo com as influências sociais, posicionamentos políticos e necessidades ideológicas de cada autor. A análise desses pontos de vista nos permite identificar como cada autor trabalhou a sua construção e, desta forma, constatar como o personagem gaúcho sofreu tamanho deslocamento.

A socióloga norte americana Madaline Wallis Nichols é constantemente lembrada por grandes historiadores e pensadores do Rio Grande do Sul, por ter desenvolvido um trabalho minucioso sobre a formação do gaúcho platino em seu livro *O Gaúcho: caçador de gado – cavaleiro – ideal de romance*. Autores como Carlos Reverbel e Augusto Meyer acreditam que muito além da importância de sua obra, está a contribuição para a bibliografia do assunto. Em seu livro consta nem mais nem menos que 1431 referências completas de obras que de alguma forma trabalham com o gaúcho, sendo que a grande maioria das citações encontra-se acompanhada de pareceres analíticos da autora. Ao analisar a importância do levantamento bibliográfico para historiografia do gaúcho, Reverbel afirma que o livro “saíra excelente, passando a ocupar, desde logo, lugar destacado entre os ensaios fundamentais sobre a matéria” (REVERBEL, 1986, p.67).

Nesta obra, a autora objetiva desconstruir a imagem que o gaúcho herdou da literatura romanesca platina, sendo esta a ideologia do grande cavaleiro, amante afortunado, de caráter nobre e justo, enfim, a imagem do gaúcho herói criada nos romances. Para isso busca definir o seu “real gaúcho” através de um levantamento historiográfico e sociológico baseada nas descrições primitivas do gaúcho. Sua matéria de pesquisa constitui-se, basicamente, em relatos dos viajantes europeus que visitaram e produziram sobre as realidades encontradas no pampa gaúcho, além de relatos oficiais de militares povoadores da região, representando a classe dominante do período inicial da colonização do pampa. Vale lembrar que, ao trabalhar com estas fontes, a autora teve acesso somente a uma visão do gaúcho em sua função primitiva, em sua descrição original de marginal dos pampas. Aponta em seu trabalho que a melhor maneira de se conseguir um retrato do verdadeiro gaúcho é recorrer às descrições dos viajantes, pois “um estrangeiro estaria em melhores condições para anotar a aparência e os modos de uma classe à parte

da sociedade do que poderia fazer um familiar despercebido”<sup>15</sup>. Ao se opor à imagem idealizada, a autora acaba por desmoralizar essa figura, trazendo à tona apenas as descrições pejorativas. Sua visão é de estranhamento e preconceito à cultura gauchesca. Já na abertura de seu capítulo “Quem era o gaúcho?” a autora posiciona-se com relação ao seu entendimento da pergunta:

Ele (o gaúcho) era, fundamentalmente, um colono contrabandista cujo negócio era o comércio de couros de gado. Seu trabalho era grandemente ilegal; seu caráter lamentavelmente repreensível; sua posição social à margem da lei. (NICHOLS, 1946, p.27)

De acordo com a sua afirmação, e para corroborá-las, a autora esforçou-se em trazer para o seu texto diversas descrições feitas pelos viajantes, referentes aos hábitos dos gaúchos:

Esse homens não deixam de espantar quem não esteja habituado a vê-los. Estão sempre sujos; suas barbas sempre por fazer; andam descalços, e mesmo sem calças sob a completa cobertura do poncho. Por seus costumes, maneiras e roupas, conhecem-se os seu hábitos; sem sensibilidade e sem religião. (LASTARRIA apud NICHOLS, 1946, p.31).

Certamente que os hábitos gaudérios em comparação com a moral européia poderiam causar grande espanto a quem não os conhecessem. O autor, assim, destaca algumas características que os configurem como selvagens aos olhos “civilizados”: ausência de religião, precariedade na aparência (roupas, nudez e barba por fazer), hostilidade nos tratos sociais.

Félix de Azara define o gaúcho das regiões de Montevideu e Maldonado como “criminosos fugidos dos cárceres da Espanha e do Brasil”. Os descreve com repulsa, colocando que “sua nudez, suas barbas crescidas, seu cabelo despenteado, sua sujeira e a brutalidade de sua aparência, o tornam horríveis de ver”. O viajante irá ressaltar ainda que “por nenhum motivo ou interesse querem eles trabalhar para alguém, e além de serem ladrões, também raptam mulheres [...] e vivem com ela em choças”. Acrescenta ainda no seu

<sup>15</sup> Em relação a esta questão, nos oponhos no sentido de que qualquer ponto de vista está à mercê da subjetividade do autor, que tende a comparar as características culturais do povo estudado com a sua própria cultura, influenciando assim no posicionamento do seu discurso. Assim, acreditamos que a descrição da sociedade gauchesca por via de um estrangeiro é tão vitimada de sua percepção do mundo como de qualquer outro, inclusive a de um gaúcho que descreve a si e seus pares.

depoimento a facilidade de viver no campo afirmando que “quando o gaúcho tem qualquer necessidade ou capricho a satisfazer, furta alguns cavalos e vacas, levando-os para o Brasil, onde os vendem e onde adquire tudo o que lhe for preciso”, ressaltando assim a questão de roubo de gado e contrabando internacional. (AZARA apud NICHOLS, 1946, p.30).

Em geral, os viajantes concordam em apresentar o gaúcho como homens sem lei e nem rei, sem moral e não conhecedores dos costumes civilizados. Porém, para melhor interpretá-los, devemos retomar a consciência histórica do período, com todo o conjunto de fatores característicos da época, como a baixa influência da cultura urbana no campo, na fase de conquista e povoamento da terra; a fronteira aberta, constantemente deslocada por forças militares irregulares, mercenárias; a abundância de gado chimarrão garantindo a vida no campo através de uma fácil adaptação.

Em relação à sua condição de classe social, Nichols nos traz a definição de Costa Álvares, que assim o descreve:

O que distinguia o gaúcho, que fez necessário criar um nome para ele não foi a sua constituição física mas sua forma peculiar de viver, sua condição social na sociedade como vagabundo à margem da lei. Uma específica condição social é aquilo que a palavra gaúcho expressou durante toda existência do tipo. Nada há de racial nessa palavra; coisa algum de étnico. (ÁLVARES apud NICHOLS, 1946, p.43).

A simples mestiçagem não produzia um gaúcho, e este não era unicamente mestiço. A definição de gaúcho vem não de sua origem étnica, mas de suas práticas culturais. Para Nichols, os mestiços que “se conduziam com respeito, obedientes à lei” e que viviam nas fazendas do interior como vaqueiros e peões, e mesmo os paisanos ou os que habitavam as cidades, esses não poderiam ser chamados de gaúchos. Para ser gaúcho era preciso ser fora da lei, contrabandista, marginal e vagabundo.

Em algumas passagens do seu texto, fica clara a necessidade que a autora tinha de aproximar o gaúcho a descrições de atos de barbárie, para poder legitimar o seu discurso desmitificador. Segue um exemplo:

Os gaúchos podiam, na verdade, ser hospitaleiro, dispostos a dar alimento e abrigo a qualquer fortuito viajante, em regra não sabendo

quem fosse ele ou para onde ia ou porque. Eles podiam, em verdade, ser pessoalmente corajosos e estóicos para suportar a dor ou os sofrimentos. Mas um sincero desagrado em caminhar tinha-os induzido a lamentável inclinação para furtar cavalos e à crueldade de suas ocupações diárias teve um efeito geral sobre a sua natureza. Ocupando-se, desde a infância, em degolar animais, não hesitavam em fazer o mesmo aos homens, e isso friamente e sem paixão. Eles dão pouco valor à vida e ainda menos se incomodam com a morte. (NICHOLS, 1946, p.40)

Existe nesse trecho uma característica bastante clara com relação à construção da imagem do gaúcho que se pretende. No decorrer do trabalho, a autora buscou desconstruir o mito do gaúcho herói que se criou através da literatura. Essa desconstrução deu-se através de um processo de depreciação da imagem do gaúcho, com base nos primeiros relatos sobre este tipo social, buscando aproximar este à imagem de vagabundo e marginal. Mas ao perseguir esta definição a autora acabou por criar uma nova imagem ideológica, diretamente influenciada por sua vontade unilateral de desmitificação. Desconstruindo o mito do gaúcho herói, autora acabou criando, através de uma definição subjetiva e ideológica, uma nova imagem mitológica do gaúcho, o gaúcho marginal.

A autora não irá tratar com a hipótese que o gaúcho era fruto de uma exclusão social. Que a manutenção da sua função era importante para o desenvolvimento da pecuária e do incremento dos exércitos irregulares, principal força na definição das fronteiras. Seu ponto de vista, muitas vezes, equipara-se ao dos proprietários de terra e gado, os fazendeiros regulares do século XVIII, para os quais os gaúchos eram seres desprezíveis e que só serviam em casos de trabalhos de caráter ilegal, ocultando a sua função necessária para a sociedade do período – como mercenários, no roubo de gado, defesa de território e contrabando de mercadoria. Não podemos esquecer que o gaúcho foi também um tipo alimentado por essa classe que o excluiu. Sua função foi estratégica na formação da sociedade dos campos sulinos.

O escritor rio-grandense Múcio Teixeira, representante da matriz lusitana da historiografia sulina, descreve a sua visão de gaúcho partindo de fontes semelhantes às usadas pela socióloga norte-americana, porém, como

veremos, ao seguir o seu posicionamento ideológico acaba por construir uma imagem completamente oposta de um mesmo gaúcho.

Teixeira inicia seu livro *Os Gaúchos* (1920), com a afirmação de que “o gaúcho é o typo mais notável do Brasil”. Desta forma define já na abertura do texto o seu posicionamento com relação à figura de gaúcho que irá construir em sua análise. O autor segue com um discurso de elogio ao gaúcho, afirmando que se trata esse de um “typo verdadeiramente superior”, definindo-o como “alto, reforçado, sadio, inteligente, desembaraçado, ágil, audaz, valente, franco e generoso”. Acreditando ser esta uma cultura superior às demais encontradas no Brasil, seu livro coloca-se como um grande enaltecendor da figura do gaúcho, sempre escrito com letra maiúscula. A construção do seu elogio ao gaúcho está colocada de acordo com a ideologia do período em que escreveu a sua obra, definido por Deyse Albeche Lange como período do discurso republicano de orientação positivista, período no qual, segundo a autora, a necessidade de legitimação de um poder gerou um esforço político de criação ideológica, através da produção histórica e literária. Complementado a análise de Lange, podemos citar Ieda Gutfreind, quando afirma que através da leitura das obras do fim do século XIX e início do século XX, é possível “concluir que a história foi usada para fins político-ideológicos imediatos: a propaganda republicana”. (GUTFEIND, 1992, p.17).

Teixeira cultua esta criação ideológica de um gaúcho superior no decorrer da obra e a toma como fator identificador de todos os habitantes do estado. E é dessa forma que ele busca apresentar aos leitores estrangeiros, não rio-grandenses, a cultura de seu estado e, principalmente, o seu herói local, o gaúcho. Essa técnica de apresentação elogiosa pode ser identificada em diversos pontos do livro, pela maneira em que o autor explica as práticas culturais e utilizações de alguns termos regionais, sempre complementadas com um deleitoso elogio, para melhor entendimento do leitor estrangeiro. Com relação a essa questão, Gutfreind analisa que, no início do século XX a história do Rio Grande do Sul ainda estava por ser escrita e que a necessidade ideológica e política de se apresentar o estado para os demais da nação, como uma “sistematização de um discurso no campo do imaginário, capaz de

identificar e caracterizar o estado sulino”, tornou imperiosa a elaboração de trabalhos históricos. Dessa forma a autora afirma:

Como ocorreu no final do séc. XIX, uma vez mais a História estava a serviço da política de uma forma direta e imediata. O nacionalismo ascendente e o esforço de grupos políticos gaúchos em se lançarem à liderança nacional tomaram a História como escudo e bandeira de batalha. A ciência, que diziam sagrada, tornou-se profana, parcial, mostrando-se impregnada de desígnios políticos. Os discursos revelaram a aparência que os historiadores desejavam lhe dar. A prática de sua construção comprovou a sua utilização a serviço de um programa político, econômico-social. (GUTFREIND, 1992, p.24).

Parte importante na análise da criação ideológica desse texto está na insistência do autor em instigar escritores a segui-lo ideologicamente. Já na introdução, ao constatar que o tipo gaúcho está em extinção na sociedade rio-grandense do século XX, o autor afirma que é imediata a necessidade de se produzir sobre o gaúcho, em razão de valorizar a sua memória, para que se possa seguir o seu legado de moral e valentia. Assim, conclama todos os escritores do estado, conferindo-lhes a obrigação de utilizarem como matéria-prima de seus poemas o exemplo cultural dos gaúchos.

Este texto trata-se de um claro exemplo de alteração de significado na definição de o que é um gaúcho, culminando assim na criação ideológica desse personagem deformado e alterado. O autor, embutido em seu tempo cronológico e, assim, na ideologia de sua realidade, traça um perfil idealizado de um personagem antes subjugado pela sociedade. Tratando-se do mesmo tipo, das mesmas práticas e dos mesmos exemplos elaborados por outros autores, como Madaline Nichols, por exemplo, temos aqui um diferente enfoque, engajado em ver apenas as características que possam lhe interessar como parte de uma criação mitificadora. Com esse enfoque, busca-se desatar as antigas definições pejorativas desse renovado personagem, para assim poder-se criar uma imagem condizente com a ideologia cultural desejada no contexto que a obra é produzida.

Segundo Gutfreind (1992), os historiadores do início do século XX manipularam as fontes, buscando nelas apenas o que lhes fosse útil para construir a história rio-grandense de acordo com o seu posicionamento ideológico. Seus exemplos partem da análise feita pelos historiadores da obra

do viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, texto largamente utilizado. Porém, nem todos os dados fornecidos pelo viajante foram aceitos ou reproduzidos pela historiografia rio-grandense. Dessa forma, Gutfreind (op. cit., p.16) afirma:

Por exemplo, os hábitos carnívoros dos habitantes da capitania, que os tornavam cruéis e sanguinários, na opinião do observador, não foram aceitos pelos historiadores rio grandenses em geral. A matriz lusa, a propósito, “esqueceu” as referências feitas pelo francês sobre as trocas comerciais com a região platina. Também foi “esquecido” que, em determinados conflitos, os agressores aos espanhóis foram os portugueses, que costumavam levar das estâncias invadidas grandes quantidades de gado bovino.

A corrente ideológica criada pela historiografia do início do século XX, defendida nos âmbitos políticos e sociais no decorrer deste século, serviu para a “criação da imagem de um Rio Grande do Sul brasileiro, forte, pujante, com líderes capazes de estarem a frente do poder nacional” **(falta citação)**. A ascensão política de Getúlio Vargas na revolução de 30, conseqüentemente uma ascensão rio-grandense ao poder, justificou os esforços que os construtores da história idealizada do Rio Grande empenharam-se durante todo o início do século XX, e principalmente a partir da criação do IHGRS na década de 20. A história escrita nesse período passou a figurar com *status* de “história oficial do Rio Grande do Sul”, não somente para os pensadores rio-grandenses, agora gaúchos, mas para todos pensadores da nação brasileira.

Temos como exemplo a obra de Roger Bastide, sociólogo francês, que ao escrever sobre o Rio Grande do Sul tomou como base concepções da historiografia “oficial”, repleta de criações mítico-ideológicas – centauro dos pampas, democracia nas estâncias, pouca ocorrência de escravidão, bons tratos com os escravos, transformação do gaúcho em herói. Analisando suas fontes, podemos entender como seu livro, que foi escrito na década de 50, possui um discurso bastante semelhante com as obras escritas na província no início do século XX.

Bastide define a civilização do sul como a “civilização do cavalo”. Na sua recapitulação temporal da utilização do cavalo nas províncias do sul, o autor traz como primeiro “centauro” o indígena, em específico a tribo dos Guaicurus, que domesticou os rebanhos selvagens e utilizou-os como arma para capturar

e escravizar outras tribos pacíficas. Seguindo a cronologia, Bastide afirma que, “o paulista, descendo do altiplano, foi o segundo a encontrar as manadas em liberdade. Deu lugar a outro centauro da região, o gaúcho. O centauro branco surge após o centauro bronzeado”. (BASTIDE, 1978, p.174). Além dos paulistas, que quando se fixaram ao solo tornam-se um clã de criadores, neste momento houve também o negro.

Ao inserir a escravidão no seu texto, Bastide tende a dirigir o seu discurso para um possível “abrandamento” da escravidão nas terras do Rio Grande.

No RS, o cavalo tornou-se, para o negro, o meio de igualar-se ao branco; firmado nos estribos da montaria que empina [o cavalo empinado é o símbolo da vitória], deixa de ser o homem preso a terra, sempre curvado sobre a enxada [...] Ei-lo que se torna um ser alado, levado pelo galope do corcel, não mais sentindo a terra à qual estivera colado [...] Pode ser escravo; porém leva exatamente a vida do senhor; e o espaço infinito que vence lhe dá ilusão de liberdade. Não sente os limites que o cercam, muros de senzala, chicote de couro do feitor, cadeias que prendes os pés. Pode até concorrer com o branco nas corridas de cavalos e vencê-los em velocidade. E se a tristeza é muita, [...] encontra uma compensação natural na cavalgada, fazendo sentir ao animal que seu cavaleiro é superior; esta superioridade consola-o aos próprios olhos, e talvez também o eleve de sua baixa condição aos olhos do branco. (op. cit., p.175).

Apesar do lirismo que apresenta em suas colocações, não podemos afirmar que a idéia de Bastide esteja equivocada. Se compararmos a situação do escravo nos diferentes pontos do Brasil ou mesmo dentro do Rio Grande do Sul, poderemos ver que em alguns momentos eles realmente colocaram-se um patamar acima do que se costuma notar. Ao observarmos as características da escravidão nas estâncias e nas charqueadas já poderemos ver essa diferença que autor propõe. Ao falar do escravo das estâncias o autor traçará um perfil de um homem livre, apesar da escravidão. Associa essa liberdade a questões como a montaria, o trato com o gado e, muitas vezes, a divisão do trabalho com o próprio patrão. Nesse ambiente, o autor acredita que havia um certo “nivelamento das cores, das camadas ou das condições”. Mas ao tratar do escravo das charqueadas ou das fazendas produtoras de trigo dos imigrantes açorianos, o autor irá ressaltar a mudança no trato com os cativos. Assim define que nesses ambientes, o escravo “era maltratado, açoitado à menor

falta, explorado economicamente, desprezado pelo branco”. Um agravante à essa situação foi a inviabilidade da fuga, pois uma vez que o campo não possui florestas, a dificuldade de esconderijo tornava a captura muito fácil. Assim, o único modo de o negro reagir foi a manutenção e preservação de sua religião e tradição. Dessa feita, Bastide explica a permanência de um “Candomblé exatamente igual ao do nordeste”, e talvez até mais puro. (op. cit., p.176).

Bastide nos afirma que “durante muito tempo foi subestimado o papel desempenhado pelo negro na formação social do Rio Grande do Sul”. Mas ao definir seu papel o autor, inteligentemente, separa-os em dois tipos de negros, dois tipos de tratamento, o negro da estância e o negro da charqueada. O negro da criação de gado nas estâncias familiares e o negro na produção sistemática e industrial das charqueadas. E, com certeza, é desse segundo negro que temos o maior montante da população escrava, que em 1814 contava 20.611 escravos para 32.300 habitantes brancos da província do Rio Grande do Sul.

Nada pode diminuir o sofrimento que a escravidão proporciona. A escravidão, pura e somente, já é o maior castigo aplicável a um ser livre. Não se pode ter uma escravidão boa, estes são conceitos antagônicos. Mas ao analisarmos o texto de Bastide, no qual ele evoca e cita os viajantes – cronistas que formam a principal fonte histórica dos tempos passados, com seu olhar de estrangeiros, que percorreram o Brasil de norte a sul – podemos entender ou pelo menos relevar a afirmação de escravidão branda. Ao visitar uma estância de criação de gado no Rio Grande do Sul, este estrangeiro encontrou aqui um escravo agasalhado e calçado em razão do frio, alimentado-se com carne, e tendo este item incluso na sua base alimentar, mas, acima de tudo, empunhando faca de ponta e montaria eqüina. Essas características tornaram a figura da escravidão mais aceitável para o observador. Mas, de qualquer maneira, não servem para afirmar que o escravo era feliz com a sua condição, como consta no texto de Bastide (op. cit., p.175): “Pode ser escravo; porém leva exatamente a mesma vida que o senhor”.

A idéia de “democracia racial” contida no texto de Bastide, condiz com os discursos ideológicos existentes na produção intelectual da província no período do fim do século XIX e início do século XX. A criação desse mito está

vinculada a uma prática de seleção de fontes históricas, em que “os pesquisadores consideraram somente as ocorrências comprometidas com os seus interesses” (GUTFREIND, 1992, p.16). Para exemplificar essa afirmação, recorreremos novamente a Saint-Hilaire (1999, p,47), quando em determinado momento de sua viagem afirma que:

Não há, em todo o Brasil, um lugar onde os escravos sejam mais felizes que nesta capitania. Os senhores trabalham tanto quanto os escravos, mantêm-se próximo deles e tratam-nos com menos desprezo. O escravo come a vontade, não é mal vestido, não anda a pé e sua principal ocupação consiste em galopar pelos campos, coisa mais sadia que fatigante. Enfim, eles fazem sentir aos animais que o cercam uma superioridade consoladora de sua condição baixa, elevando-se aos seus próprios olhos.

Porém, logo na seqüência de seu diário, o viajante francês dá conta de explicar as suas afirmações, a fim de não deixar confusões sobre seus posicionamentos:

Afirmar que nesta Capitania os negros são tratados com bondade e que os brancos com eles se familiarizam, mais que em outros pontos do País. Referia-me aos escravos das estâncias, que são em pequeno número; nas xarqueadas a coisa muda de figura, porque sendo os negros em grande número e cheios de vícios, trazidos da Capital, torna-se necessário tratá-los com mais energia. (IBID, IBIDEM, p.73).

Essa já clássica citação de Saint-Hilaire serve-nos como exemplo de como a historiografia selecionou as fontes, em alguns momentos, conforme a necessidade de defesa da sua ideologia. Criou-se, assim, o mito da democracia racial no Rio Grande do Sul a partir das afirmações primeiras do viajante francês, descartando as afirmações subseqüentes de correção de seu ponto de vista. Isso fica claro nas leituras de autores do início do século XX, como Múcio Teixeira, Jorge Salis Goulart ou Souza Docca, entre outros autores tradicionais da historiografia rio-grandense, que afirmam que não houve aqui escravidão em larga escala, e a sua pouca ocorrência caracteriza-se pela passividade e harmonia nas relações entre senhores e escravos. Essa foi a visão oficial da história rio-grandense, difundida e estudada pelos demais

estados brasileiros, e que serviu, já na década de 50, de base para a pesquisa de Roger Bastide.

Juntamente com a constituição desse mito racial, ocorreu a construção da chamada “democracia social” ou “democracia sulina”. Tal idéia constituía-se na existência de uma democracia patriarcal nas estâncias, onde as partes relacionavam-se com laços fraternais, sendo encarregado da organização dessa “família” o estancieiro patriarca. Jorge Salis Goulart (1985, p.28), no capítulo intitulado *Democracia*, exemplifica muito bem essa idéia ao afirmar que: “Entre chefes e empregados, pela natureza de ligações amistosas que os uniam, se encontra muito do caráter da vida patriarcal, onde o patrão se entrega com seus subordinados aos trabalhos da comunidade”.

Do mesmo modo que Goulart vê os estancieiros relacionarem-se com seus subordinados, vê também as estâncias relacionarem-se entre si, sempre em prol da melhoria estadual. Com isso, suas afirmações idealizam a democracia estancieira no sul do país, através da formação de uma imagem mítica da relação patriótica da elite rio-grandense com o seu estado e nação. Podemos identificar claramente que tal ideologia é intrínseca em seu discurso:

Não tem o estancieiro [rio grandense] aquele egoísmo que caracteriza os grandes senhores europeus e por isso chega a sacrificar a sua fortuna pela felicidade da província. A unidade é a estância; mas não é uma unidade que rejeite todo o espírito de associação. Não: as estâncias, como força social, sempre operam ligadas umas às outras, nunca se combatem e todas as vezes que se unem é visando um bem comum, um ideal superior, colocando, acima de tudo, a grandeza geral. (op. cit., p.28).

Seguindo esse mesmo viés, o pensador fluminense Oliveira Vianna corrobora para a manutenção de tal mito ao afirmar que, no Rio Grande do Sul, havia uma “tradição de igualdade e familiaridade entre patrões e servidores, essa interpenetração das duas classes rurais – a alta e a baixa, a senhorial e a servil; fenômeno este que constitui, na sua substancialidade, o espírito da democracia rio-grandense”. No decorrer de seu texto complementa que o meio ambiente foi fator decisivo no desenvolvimento da leveza do trabalho: “o pampa – com sua amplitude, seu desafoço, a sua horizontalidade, a sua vegetação gramínea – faz do trabalho pastoril um verdadeiro esporte”. (VIANNA apud OLIVEN, 1992, p.51).

Esse “mito da produção sem trabalho” é completamente desconstruído pelo artigo de mesmo nome de Décio Freitas, onde afirma que por constituir “uma história sem povo”, a historiografia criou fortes alicerces para a dominação ideológica no Rio Grande do Sul (FREITAS, 1980 p.24). Essa afirmação de Freitas sintetiza o pensamento de Gutfreind sobre a produção historiográfica do início do século XX. Segundo a autora, a historiografia nesse período serviu como veículo ideológico para as necessidades políticas dos partidos rio grandenses. Além disso, através da produção do IHGRS, foi portavoz da ascensão ideológica da política rio grandense, que visava projetar-se ao poder nacional. Em seu discurso de posse no IHGRS, Mansueto Bernardi – que acreditava ser a história a “mestra da vida”, responsável por educar e indicar o caminho a seguir – explicita o posicionamento do pensamento rio grandense no período:

Essa faculdade de escolher caminhos, de aferir valores e de julgar homens e eventos, só a história confere. Só medindo, pesando, comparando, é possível averiguar, e portanto eleger o que é melhor. Creio que do Rio Grande do Sul, um dos estados mais saudáveis do Brasil – do que são provas nossas ações e relações cívicas, individuais e coletivas – como já partiu o impulso inicial, deve também partir a campanha decisiva no saneamento moral e político da Nação. Creio que, dentre os condutores de rebanhos nas coxilhas, sairão, na hora propícia, os condutores triunfantes das multidões nacionais. O minuano precisa soprar em todo o país. (BERNARDI apud GUTFREIND, 1992, p.34).

A defesa da história como exemplo de conduta e posicionamento ideológico é exacerbada nos discursos dos pensadores do período. Dessa forma, podemos tomar como prática historiográfica os discursos de ingresso de Rubens de Barcellos no IHGRS, onde afirma que “o historiador tinha a função de recolher, guardar e ordenar a tradição de um povo na linguagem e nas ações, cabendo a ele *a escolha dos fatos que lhe parecessem dignos de serem conservados na memória*”. (GUTFREIND, 1992, p.30. Grifo nosso).

#### **4 GAÚCHO, VISÕES DA LITERATURA**

*“A estória não quer ser história.*

*A estória, em rigor, deve ser contra a História.*

*A estória, às vezes, quer-se um pouco parecida à anedota”.*

João Guimarães Rosa

*“Estudar a literatura rio-grandense é, de certo modo, abrir um  
livro de sociologia”*

Guilhermino Cesar

Neste capítulo analisamos as obras *O Gaúcho*, de José de Alencar, e *O Vaqueano*, de Apolinário Porto Alegre, partindo da questão de como se construiu as personagens, o gaúcho e o vaqueano, buscando demonstrar, através das suas características, as contribuições para a criação da ideologia do gaúcho herói.

Para isso, dividimos o capítulo em duas partes: onde serão analisadas as obras separadamente. Na primeira segue a análise da obra *O Gaúcho*, focando-se o primeiro tomo do livro, por nele estar a criação das personagens. Na segunda parte, analisamos a obra *O vaqueano*.

## **4.1 O GAÚCHO**

No prefácio de sua obra *Sonhos D'ouro*, Alencar discursa sobre os lugares da literatura nacional no fim do século XIX. Assim como acredita não existir uma literatura nacional consistente, com uma troca entre escritores e leitores, acredita também ser isso um reflexo da falta de um pensamento de nacionalidade dentro do Brasil, ainda atrelado a uma repetição da cultura vinda de além mar.

Para Alencar, a nacionalidade original que aqui surgia era uma fusão de duas naturezas, a lusa e a americana, e assim deveria ser difundida. Assim, critica os “gênios de Portugal”, que afirmavam que o Brasil não deveria ter uma literatura nacional, e os críticos brasileiros, que defendiam tal postura: “os ditadores não consentem; que há de fazer? Resignemo-nos”. Aproveita então para criticar os seus desafetos políticos por não terem como objetivo

desenvolver aqui um povo culturalmente nacionalista: “este império, a quem a Providência rasga infinitos horizontes, é uma nação oca; não tem poesia nativa, nem perfume seu”. (ALENCAR, 1954, p.33).

Tendo em vista tais posicionamentos com relação à literatura e à política cultural no império, Alencar estabelece nesse prefácio o resumo teórico do projeto do romantismo, definindo a literatura como veículo para a manifestação de uma identidade nacional: “a literatura nacional que outra cousa é senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contato de outros povos e ao influxo da civilização?” (op. cit., p.34).

Divide então essa literatura em três fases: a primitiva, a histórica e uma fase que estava ainda em desenvolvimento, a qual chama de “a infância de nossa literatura”.

A primitiva consiste nas “lendas e mitos da terra selvagem e conquistada”. Como exemplo dessa fase, apresenta *Iracema*, uma obra “para aqueles que veneram na terra da pátria a mãe fecunda – *alma mater*, e não enxergam nela somente o chão onde pisam”. (op. cit., p.34).

A fase histórica “representa o consórcio do povo invasor com a terra americana, que dele recebia a cultura, e lhe retribuía nos eflúvios de sua natureza virgem e nas reverberações de um solo esplêndido”. Esse período colonial encerra-se com a independência. A essa fase pertencem os romances *O guarani* e *Minas de Prata*, que tratam da “gestação lenta do povo americano, que devia sair da estirpe lusa, para continuar no novo mundo as gloriosas tradições de seu progenitor”. (op. cit., p.34).

A terceira fase inicia-se com a independência política e, como ainda estava em desenvolvimento, Alencar afirma que ainda “espera escritores que lhe dêem os últimos traços e formem o verdadeiro gosto nacional, fazendo calar as pretensões hoje tão acesas, de nos recolonizarem pela alma e pelo coração, já que não o podem pelo braço”. Os romances *O Tronco do Ipê*, *Til* e *O Gaúcho* participam desse projeto nacional de buscar, como se num passado mítico, numa cultura original, que manteve a pureza dos tempos de outrora, os

elementos necessários para formular o grande painel da identidade nacional. Em sua busca, Alencar expõe a sua inspiração:

Onde não se propaga com rapidez a luz da civilização, que de repente cambia a cor local, encontra-se ainda a pureza original, sem mescla, esse viver singelo de nossos pais, tradições, costumes e linguagem, com um sainete todo brasileiro. Há, não somente no país, como nas grandes cidades, até mesmo na corte, desses recantos, que guardam intactos, ou quase, o passado. (op. cit., p.35).

Para o sucesso de tal empreitada, Alencar solicita aos críticos que empenhem-se em aceitar, e não em barrar, os novos rumos da cultura nacional, que pelos neologismos vão introduzindo os novos costumes, ao invés de, como de costume, “andarem assim a tasquinhar com dente de traça nos folhetinistas do romance, da comédia e do jornal”. E assim convoca todos:

Sobretudo compreendam os críticos a missão dos poetas, escritores e artistas, nesse período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade. São estes os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo. Palavra que inventa a multidão, inovação que adota o uso, caprichos que surgem no espírito do idiota inspirado: tudo isto lança o poeta no seu cadinho, para escoimá-lo das fezes que porventura lhe ficaram no chão onde esteve, e apurar o ouro fino. (op. cit., p. 36).

Flávio Loureiro Chaves, em seu livro *História e Literatura*, desenvolve uma análise para a síntese teórica do programa assumido pelo romantismo brasileiro, através da leitura do prefácio de *Sonhos D'ouro*:

Não se trata apenas da maturidade intelectual de Alencar. Esta passagem é a súpula do projeto formulado na segunda metade do século XIX com vistas à aquisição da identidade nacional e sua expressão literária. Caminham juntas aqui a política e a literatura, uma coisa refere obrigatoriamente a outra, e Alencar se faz o paradigma da mentalidade do seu tempo. O romantismo visava intencionalmente à documentação direta da realidade e, por outro lado, idealizava-a na concepção do homem americano, mestiço e colonizado, que precisava ser nobilitado com a aura do mito. (CHAVES, 1991, p.15)

Dentro dessa análise, Chaves afirma que a obra de Alencar obedeceu a um desígnio histórico para criar assim o espaço necessário para o surgimento o grande painel da identidade nacional. Dessa forma, não se limitando a

observar a História, o romantismo “assumiu programaticamente a tarefa de “fazer” a História para construí-la sob uma determinada perspectiva”. (op. cit., p. 16). A partir disso, Chaves identifica a origem da matéria arqueológica dos romances de Alencar, e assim afirma:

Bem assim, entende-se por que, pagando um alto preço em detrimento da ficção, ele praticamente beirou os limites da mera crônica de tipos e costumes justamente naqueles casos em que essa intenção programática se tornou mais evidente: *O Gaúcho*, *As minas de prata* e *A guerra dos mascates*. (op. cit., p.16).

Nessa construção, as personagens criadas pelo romancista seguem os padrões dos heróis românticos, porém fundidas pelo cadinho nacional, e desta fusão deveria surgir o novo, o homem americano. Diferente do europeu, porém não o oposto, e sim o fruto de uma troca entre o melhor de duas culturas. Para Alencar, a perseguida renovação da civilização através do seu renascimento no novo mundo passava pela literatura e pelo seu projeto nacionalista do romantismo. Com relação a isso Chaves afirma:

Foi para adotar esta imagem ideal de eficácia política e literária, totalizando o mito, que Alencar provocou a confluência entre a História e a Literatura, justamente no território da ficção. Ao fazê-lo, traçou em linha reta o objetivo final do *romance histórico*, recém-nascido e já acionado subterraneamente pela força poderosa da ideologia. Cabia-lhe reivindicar para uma nacionalidade ainda emergente e mal definida a missão épica de regenerar a humanidade, nada mais nada menos. (op. cit., p.17).

José de Alencar nunca esteve no Rio Grande do Sul. Dessa terra o que teve foi apenas “apontamentos que um parente lhe ministrou, ao voltar da campanha contra o ditador Rosas, e um dos apêndices da *História da República Jesuítica do Paraguai*, do cônego João Pedro Gay.” (MEYER, 1954, p.255).

No prefácio da obra *O Gaúcho*, na edição lançada em 1954, Augusto Meyer afirma que existem duras contradições no romance de Alencar, pois “o melhor e o pior andam lado a lado, em boa camaradagem”. Sendo assim, o crítico divide a obra em três partes: 1. “Um drama hamletiano”; 2. “uma admirável sucessão de quadros, em que o paisagista soberbo e o afoito animalista conseguiram realizar um verdadeiro milagre de arte visionária”; 3.

“um mau romance regional, feito de remendos de notas, informações precárias, intuições nem sempre bem aproveitadas”. (op. cit., p.5). Dentre todos, este último aspecto é o responsável pelas maiores críticas, principalmente de escritores provincianos, que no período já desenvolviam um trabalho voltado para a literatura regionalista mais realista. É o caso de Bernardo Taveira Junior, escritor que perseguia uma interpretação realista do regionalismo rio-grandense. Em nota no prefácio de seu livro de poesias, denominado *Provincianas*, criticou a falta de veracidade na descrição da natureza e dos costumes da província:

Sênio, quando se não quisesse dar o trabalho de visitar nossa terra, de estudá-la e conhecê-la, tinha aqui inumeráveis pessoas que, como se costuma dizer, conhecem a província a palmos, e das quais, sem incômodo seu, podia colher as mais exatas, fidedignas e minuciosas informações sobre quanto tão desnaturadamente fantasiou no seu *Gaúcho!* (TAVEIRA JUNIOR apud MEYER, 1954 p.5, grifo do autor).

Embora corrobore com a crítica em relação ao fracasso do romance de Alencar como obra regionalista – principalmente se olharmos do ponto de vista do regionalismo incipiente, com as formas limitadoras da perspectiva realista – Augusto Meyer sai em defesa da obra romântica, quando as críticas primam por descartá-la. E o faz através de um ataque ao realismo. Julga ser esta uma escola “em que a verossimilhança acabou jungida à superstição grosseira do documento humano, para negar-lhe qualquer valor, como obra literária”, e com isso questiona as razões da arte, que na sua opinião deveriam prevalecer às razões de estilo e inventiva poética, e que o fundo de criação é livre e presente em todas as grandes manifestações da fantasia literária. Assim dirige-se a esses críticos: “Mas, se era fato a realidade a última instância, em tais casos, por que motivo não se bandeavam logo para a sociologia, em vez de macaqueá-la no romance?” (op. cit., p.7).

Meyer vai mais além em sua defesa, ao desclassificar obras que primam somente pelo real, limitando a sua imaginação, descartando as vantagens de criação que a arte lhes permite:

Pelas mesmas razões, na escala de valores relativos do nosso patrimônio, viverá o romance de Alencar, com todas as suas

claudicações de veracidade e apesar de sua audácia às vezes leviana e enfática, muito mais que os romances e contos fiéis e medíocres, decalcados meticulosamente sobre o contorno real da vida campeira. Estes, no andar do tempo, condenados pela própria mesquinhez dos seus limites, acabarão transformados em meros subsídios para o folclorista, o etnógrafo, o estudioso de vocabulários regionais. (op. cit., p.8).

Seguindo a análise proposta no prefácio da obra, Meyer acredita que o ponto alto da narrativa no qual Alencar demonstra todo seu valor de “maior criador da prosa romântica, na língua portuguesa”, é a análise dos motivos psicológicos do romance. E aí ele propõe uma intertextualidade com *Hamlet*, de William Shakespeare, assim como propôs Araripe Junior: “Manuel Canho viveu em sua mente como uma alma profunda e hamleticamente indignada”. (ARARIPE JUNIOR apud MEYER. 1954, p.9).

Meyer acredita terem as obras pontos de coincidência com relação ao modelo de construção da personagem, e assim analisa:

O assassinato de seu pai pelo Barreda desencadeou no espírito do menino arisco um tumulto de ódio e um fervor fanático de vingança, prelibada em todas as minúcias, como no caso do jovem príncipe; repete-se o juramento solene; repete-se também a circunstancia do casamento imediato da mãe de Manoel, agravando a reação e despertando nele o misoginismo que é um dos vincos do seu caráter; como a Hamlet, tudo lhe parece embuste na sociedade dos homens, embora ainda acredite na amizade dos cavalos, que são seus Horácios; a cena em que Manoel Canho deixa de matar o Barreda, porque o assassino de seu pai está gravemente enfermo, e matá-lo assim, todo entregue, parece-lhe desvirtuar o sentido da sagrada vingança, lembra de algum modo a cena em que Hamlet decide poupar o Rei, quando o surpreende a orar, de joelhos”. (MEYER, 1954, p.9).

Meyer justifica tal conjectura ao “desenferrujar” a hipótese de Araripe Júnior como uma vontade de pesquisar e esclarecer outros aspectos dentro da obra, que não fossem as questões de imprecisão regionalista, tão atacadas pelos críticos de *O Gaúcho*. Assim, tenta destacar em sua análise que, mesmo tendo como base documental apenas algumas notas de um parente-soldado, que lutou ao lado de rio-grandenses no Paraguai, a perspicácia do qualificado escritor assegurou-lhe a constituição de um cenário que, segundo Meyer, poderia estar presente nas obras dos regionalistas rio-grandenses do período, e pertencer assim a uma “antologia do nosso regionalismo”. (op. cit., p.10).

Ainda acrescenta que o personagem Manoel Canho, assim como seus irmãos gêmeos Arnaldo Loureiro, de *O Sertanejo*, e Mário, de *Tronco do Ipê*, constituem “uma versão do herói romântico, ainda em pleno prestígio; tentar compreendê-lo desligado de sua família romanesca, à luz de um critério realista, não em cabimento algum, do ponto de vista rigorosamente crítico”. (op. cit., p.10).

José de Alencar inicia seu livro com a descrição da paisagem sulina, no capítulo intitulado “O pampa”. Por não conhecer a geografia das terras do Rio Grande do Sul, constrói a paisagem do pampa de acordo com os relatos que possuía. Por sua qualidade de paisagista, Alencar consegue gerar um cenário bastante propício para a criação de sua personagem romântica. O espaço criado caracteriza-se pela questão existencialista proposta pelo autor, onde a imensidão do cenário contrasta com a insignificância do indivíduo que nela habita, mas, ao mesmo tempo, o indivíduo se faz repleto de virtudes por habitar nessa imensidão.

Descreve o pampa como vastas campinas melancólicas e solenes, com a savana se desfaldando, a perder de vista, igualando-se a um verde oceano. Só que de mais profunda solidão e mais pavoroso do que a imensidão dos mares. No oceano, “no seio das suas ondas o nauta sente-se isolado”, contudo, afirma que esta cena é vivaz e palpitante, que ressumbra de possante vitalidade, sendo repleto de força criadora (ALENCAR, 1954, p.18).

Contrário ao oceano, “o pampa é o pasmo, é o torpor da natureza. O viajante perdido na imensa planície, fica mais que isolado, fica oprimido. Em torno dele se faz vácuo: súbita paralisia invade o espaço, que pesa sobre o homem como lívida mortalha”. (op. cit., p.18).

Segundo a crítica de Araripe Junior, em seu estudo *José de Alencar*, que nesta pesquisa é estudado pelas letras de Augusto Meyer, o pampa imaginado por Alencar, com características de divagações existencialistas, é fruto de questões psicológicas do próprio autor, e assim explica: “o verdadeiro pampa não foi observado pelo romancista; este que aí fica esboçado nas páginas do livro não passa de um sonho, de um pesadelo: pintura mais exata das desolações, das tristezas que povoam a mente do escritor”. (ARARIPE JUNIOR apud MEYER, 1954, p.6). Araripe vincula a nota amarga de

misanthropia que transparece na escrita do romance aos dissabores vividos por Alencar no período da composição. Exatamente no ano de 1870, Alencar viu-se forçado a abdicar o seu cargo de deputado, seis meses após ter pedido demissão do cargo de ministro da justiça. A renúncia definitiva da política, após ter dedicado-se veemente durante alguns anos, chegando a abandonar a literatura, deu-se mais por sentimentos de frustração e tristeza do que por outros motivos, como a sua saúde debilitada ou a falta de tempo para se dedicar à literatura. Nesse período, segundo o próprio autor, ele entrou em sua idade de *velhice literária*, onde sua produção ficou marcada pelos “dissabores, as tristezas íntimas e o pessimismo cruel”. (MENEZES, 1977, p.275).

Os seres que habitam o pampa têm grandes virtudes na alma. A coragem, a sobriedade, a rapidez são indígenas do pampa:

Até a árvore solitária que se ergue no meio dos pampas é tipo dessas virtudes. Seu aspecto tem o quer que seja de arrojado e destemido; naquele tronco derreado, naqueles galhos convulsos, na folhagem desgrehada, há uma atitude atlética. Logo se conhece que a árvore lutou contra o pampeiro e venceu. Como a árvore, são a ema, o touro, o corcel, todos os filhos bravios da savana. Nenhum ente, porém, inspira mais energicamente a alma pampa do que o homem, o *gaúcho*. De cada ser que povoa o deserto, toma ele o melhor, tem a velocidade da ema ou da corça, os brios do corcel e a veemência do touro. (ALENCAR, 1954, p.19).

Alencar apresenta o gaúcho equiparando-o com o pampa que ele construiu para o cenário de sua obra. Dessa forma, dá início à construção do seu herói, Manoel Canho, pois este gaúcho é tão bravo, enigmático, solitário, triste, vivaz e surpreendente como o próprio pampa e seus elementos. Ele é representado como criação do pampa, no sentido de que foi gerado como um elemento da sua natureza, tal é a sua semelhança. Sua natureza é como a da árvore: vencedora por ser sobrevivente.

Há muitas inovações filológicas nessa obra, como atesta o autor nas notas, porém são os “idiotismos e gírias de campanha” que formam a linguagem dialetal com a qual o autor construiu o seu texto. (op. cit., p.238). Para exemplificar tal linguagem, citamos um diálogo de Canho com um morador de um rancho de estrada, chamado Chico Baeta, no qual há uma característica marcante da linguagem do livro. Após elogiar o cavalo de Canho,

Baeta exclama: “Eh, pingo!”. O narrador, então, apressa-se na explicação do termo, como segue: “Só compreenderá a energia da exclamação de Chico Baeta quem souber que pingo é o epíteto mais terno que o gaúcho dá ao seu cavalo. Quando ele diz ‘meu pingo’ é como se dissesse meu amigo do coração, meu amigo leal e generoso” (op.cit., p.22). Este tipo de linguagem denuncia o público que o autor está perseguindo. Ao explicar os termos dialetais gauchescos usados no texto, podemos afirmar que a obra não foi escrita com o intuito de atingir a província à qual a trama utiliza como cenário, mas sim um público que não conhece esse lugar, sua geografia e sua cultura, e principalmente, sua linguagem dialetal. Mesmo porque esse livro não é uma simples canção regionalista das tradições gauchescas, mas sim a busca de um propósito maior: a apresentação e a inclusão da província do Rio Grande do Sul no contexto cultural nacional, para assim dar cabo ao projeto de unidade nacional.

A definição de gaúcho para Alencar, que explicita a seus leitores, encontra-se transcrita nas notas do texto, onde difere gaúcho de peão:

Gaúcho e pião são até certo ponto sinônimos; ambos estes vocábulos designam o habitante da campanha do Rio Grande, o sertanejo do Sul, cujos costumes têm muitas afinidades com o vaqueiro do Norte. Todavia o primeiro destes vocábulos exprime antes o tipo, a casta, enquanto o que o outro se aplica especialmente ao mister ou profissão. Assim *gaúcho* é o habitante livre, altivo e independente da campanha, que ele percorre como senhor, levando a pátria, como o antigo Cita, nas patas do seu corcel. *Pião* é o proletário que se ocupa de criação do gado nas estâncias, para o que deve ter suma destreza em montar a cavalo, correr as reses no campo, laçá-las ou boleá-las sendo preciso.

O habitante da campanha do Sul não se deslustra por ser *pião*, que ele tem em conta de uma profissão nobre, mas honra-se de ser *gaúcho*, de pertencer a uma casta independente, distinta e mais viril do que a dos filhos das cidades, enervados pela civilização. Por isso, muitos estancieiros ricos fazem timbre de ser *gaúchos*. (op. cit. p.237, grifos do autor).

A concepção de gaúcho que Alencar traz em suas notas é, em muitos aspectos, inovadora. Temos aqui uma clara antecipação da literatura aos outros discursos do conhecimento cultural e, principalmente, do próprio imaginário da sociedade rio-grandense. No período de 1870, o vocábulo gaúcho ainda sofria a significação pejorativa que lhe era atribuída desde os

primórdios da colonização do sul do país. Recém começava a sofrer as mudanças atestadas por Meyer, como vimos, em razão do desaparecimento de tal tipo social. Utilizar-se do termo gaúcho, foi uma visão de pioneirismo de Alencar, e tal atitude rendeu diversos desafetos críticos à sua obra. Para exemplificar isso, podemos lembrar que, por estar no Rio Grande do Sul e conhecer os costumes dessa província, Apolinário Porto Alegre denominou vaqueano a sua personagem, evitando o aparecimento do termo gaúcho no decorrer da obra. Da mesma forma agiram diversos outros autores da província, permitindo a Alencar a possibilidade de ser o pioneiro dentro da literatura ao incluir o termo gaúcho como a denominação para os habitantes do Rio Grande do Sul e para o protagonista de um romance.

Na citação acima podemos perceber a atribuição positiva dada à figura do gaúcho, que veio a transformar-se em apelido regional por esforços da literatura e da historiografia, entre outros fatores. A identificação ideológica com as diversas classes rio-grandenses, o elogio ao campo em detrimento à cidade, a nobreza da profissão campeira, o caráter da liberdade e da independência de ser gaúcho, entre outros adjetivos, foram incutidos no significado de gaúcho no decorrer do século XIX, culminando na criação da imagem ideológica que carregamos na cultura do estado até os dias de hoje.

Logo no início da narrativa, onde se concentra a criação do cenário e das personagens, Alencar nos apresenta uma figura que serve como modelo de gaúcho ideal:

O coronel Bento Gonçalves da Silva, veterano da guerra da Cisplatina e comandante da fronteira de Jaguarão e Bagé, era então o homem mais respeitado em toda a campanha do Rio Grande do Sul. Franco e generoso, bravo com as armas, vazado na mesma têmpera de Osório e Andrade Neves, montando a cavalo como Cid Campeador, era Bento Gonçalves o ídolo da campanha. (op. cit.,p.25).

Alencar, através da voz do narrador, constrói a figura de Bento Gonçalves como sendo o grande gaúcho, herói da província. Utiliza-se de uma figura histórica já conhecida no Brasil, que teve seu nome sempre vinculado a grandes feitos, grandes batalhas e ampla liderança frente à província rio-grandense, para servir de base para a construção de sua personagem, como um exemplo de gaúcho a ser seguido. No entanto, a figura heróica de Bento

Gonçalves desempenha a função de representante de todos os gaúchos, escolhido por estes e com características que os aproximam, legando-lhes as características que o mitificaram:

Coronel por excelência, aquele que em quem o povo havia personificado o título, como mais bravo e digno, era Bento Gonçalves. De uma a outra fronteira da província, os estancieiros muitas vezes não sabiam ou não se lembravam quem era o presidente e o comandante das armas; mas qualquer peão ouvindo falar do coronel, sabia do que se tratava; e não se metessem a tasquinhar nele, que a faca de ponta saltava logo da bainha. (op. cit., p.26).

Esse exemplo, além de sua importância na construção de uma imagem de poder ao redor do herói gaúcho, afirmando que o guardião da fronteira e coronel do povo era mais representativo que qualquer outra instância de poder, demonstra outra característica marcante da formação rio-grandense: o poder militar e político não anda separado do poder particular. O estancieiro-militar, que protegia as fronteiras da invasão do estrangeiro era aqui mais importante e representativo do que o poder oficial do governo. Esse aspecto também foi muito difundido na historiografia.

Ao ambientar seu romance no período da Revolução Farroupilha e utilizar assim um fato já historiado e com personagens já construídos, tanto pelos historiadores como pelo imaginário coletivo, o autor habilita-se a criar artisticamente sobre esses fatos e, assim, posicionar-se politicamente no texto, através da fala do narrador. Ao contextualizar o conflito, que lhe serve como pano de fundo para a trama, o autor imprime sua visão com relação à revolução. Afirma que existia no Rio Grande, nos primórdios do levante, uma “fração que era francamente republicana, e aspirava à independência para a formação de um estado unido da grande Confederação do Rio da Prata”, e assim posiciona figuras importantes da guerra, para legitimar-lhe as afirmações: “Neto e Canabarro eram a alma desta opinião republicana” (op. cit., p.112).

Para evocar o caráter nacionalista da revolução, e de seus líderes, o autor exalta: “a outra fração muito mais numerosa do partido da resistência não tinha idéias de separação e independência. Limitava-se a restaurar e manter o que chamava liberdade”, e evidencia o comando de “Bento Gonçalves da Silva,

o homem mais influente da província”, para validar o posicionamento do povo rio-grandense nessa esfera ideológica.

A partir do posicionamento nacionalista de Bento Gonçalves, defensor da liberdade e da unidade nacional, o autor, em busca da unificação cultural no Brasil, proporciona no uma espécie de transformação de sua figura, de herói regional à herói nacional:

Por muito tempo Bento Gonçalves, apesar da sedução do mando supremo, que sorria à sua ambição, resistiu às influências do grupo republicano. A história lhe fará essa justiça: que sua energia, a lealdade de seu caráter, e o grande prestígio de seu nome, contiveram a revolução, desde muito incubada no animo da população.

Porventura não atuaria no espírito do coronel o princípio monárquico tão fortemente quanto o sentimento de nacionalidade e sobretudo da dignidade da raça. Como brasileiro, devia repugnar-lhe a comunhão com os povos de origem espanhola, que ele, veterano encanecido nas pelejas, havia combatido desde os primeiros anos. (op. cit., p.113).

Na visão do narrador, ao evitar que o republicanismo separatista se alastrasse na Revolução Farroupilha – e ao mesmo tempo negar as influências de Rosas e Lavalleja, que se esforçavam em ter Bento Gonçalves na união da Confederação do Prata, ficando o Rio Grande subjugado aos poderes castelhanos – o coronel ultrapassa a fronteira regional, tornando-se um herói representativo para toda a nação.

Alencar utiliza-se do personagem Bento Gonçalves para se posicionar politicamente contra a Revolução Farroupilha, defender o nacionalismo e condenar a vinculação separatista dos republicanos da província:

Bem longe de defender a revolução, [Bento Gonçalves] a julgou talvez com extrema severidade. Não foi unicamente um crime político, um atentado à integridade do império, foi mais do que isso: foi um grande erro que felizmente não se consumou. A separação do Rio Grande seria um sacrifício de sua nacionalidade, que brevemente ficaria absorvida, senão aniquilada pela anarquia das repúblicas platinas. Não se decepa um membro para dar-lhe força. (op. cit., p.113).

Podemos perceber na construção do texto que existe um esforço constante em evidenciar a questão da identidade nacional e do pertencimento do Rio Grande do Sul à nação brasileira. Isso se dá por dois pontos: primeiro, a recorrente afirmação da nacionalidade do protagonista. Segundo, a diferenciação entre o nacional e o estrangeiro.

No primeiro caso, podemos perceber que o narrador, muitas vezes, refere-se à Manoel Canho como “o brasileiro”. Geralmente isso ocorre em momentos de afirmação das qualidades do gaúcho. Outras vezes, o próprio Manoel Canho afirma a sua nacionalidade, como se retirasse dela uma confirmação de suas qualidades. Num diálogo com um caçador que queria roubar-lhe a égua, Canho gravemente afirma, como demonstrando sua lealdade ao animal: “e eu juro, *palavra de um brasileiro*, que se tiver o atrevimento de pôr-lhe a mão, hei de montá-lo como um porco do mato que é, para cortá-lo com essas chilenas”. (op. cit., p.50, grifo nosso). Essa afirmação do gaúcho que se diz brasileiro é importante para a construção da imagem da província como estado nacional e de seu povo como brasileiro, para o projeto que o romance se presta.

No segundo caso, para compreendermos a criação da identidade nacional através da diferença, é preciso conceitualizá-la. Essa construção pode ser definida de duas formas: a definição essencialista e a definição não essencialista.

Conforme Woodward (2005, p.12), a definição não essencialista focaliza “as diferenças, assim como as características comuns ou compartilhadas” entre as diferentes culturas de fronteira, mas atenta também para as formas pelas quais a definição daquilo que significa ser “gaúcho” mudou ao longo dos anos. Essa definição caracteriza a corrente historiográfica “platina” da história rio grandense como sua seguidora, tendo como ótimo exemplo o artigo *Gaúcho: História de uma palavra*, de Augusto Meyer.

Já a definição essencialista da identidade gaúcha sugere que, seguindo os pressupostos de Woodward (ibid, ibidem), “existe um conjunto cristalino, autêntico” de características que todos os gaúchos partilham e que não se altera ao longo do tempo. Essa definição é a que encontramos nas obras

literárias que compõe o *corpus* desta pesquisa e também na corrente historiográfica “lusitana” da história rio-grandense.

Partindo então da definição de que “toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior” (ORTIZ, 2003, p.7), distinguindo-se pela diferença, ao posicionar o estrangeiro como personagem vilão, com diversas características depreciativas, Alencar demonstra que a personagem gaúcho-nacional não compartilha de tais características, sendo assim o oposto de tal caracterização.

Em uma cena do livro, quando Bento Gonçalves mantém Juan Lavalleda, herói da independência de Montevideú, em sua casa, como prisioneiro e hóspede, o narrador demonstra como era a rivalidade entre as pátrias: “Por momentos arrependia-se do que tinha feito, e lamentava não ter morrido combatendo contra Frutuoso Rivera ou Bento Gonçalves, antes do que sujeitar-se à humilhação de render as armas. E a quem? A brasileiros”. (ALENCAR, 1954, p.29). Vê-se aqui que, embora fossem tidos ambos como heróis gaúchos, um de cada lado da fronteira, o narrador oculta tal informação e refere-se à Bento Gonçalves e a seu exército como “brasileiros”. Em resposta à Lavalleda, a fala de Bento Gonçalves vai ao encontro dessa diferenciação na nacionalidade: “Em outro momento e outro lugar, eu lhe mostraria que um brasileiro não vale um, mas dez homens; enquanto que são precisos dois castelhanos para fazer meio brasileiro. O senhor deve saber disto”. (op. cit., p.30).

Em outra parte do diálogo entre os dois heróis provincianos, Lavalleda questiona e insulta Bento Gonçalves por ter tanto poder no Rio Grande e não ter feito desta província uma pátria independente do Brasil, desdenhando por ser o Brasil um império governado “por um menino de dez anos”. Nesse momento, através da fala de Bento Gonçalves, vê-se o posicionamento de união patriótica da obra de Alencar:

Sou brasileiro, nasci cidadão do império, e assim hei de viver enquanto houver liberdade em meu país; porque para mim a liberdade não é uma burla para enganar o povo, mas o primeiro bem, que não se perde sem desonra e não se tira sem traição. Quando eu me convencer que para ser livre, é preciso deixar de ser imperialista,

não careço que ninguém me lembre o que me cabe fazer. O coronel Bento Gonçalves saberá cumprir o seu dever. (op. cit., p.31).

Nesse trecho podemos tomar o Coronel como representante da voz do Rio Grande do Sul com relação ao discurso patriótico.

Em favor da identidade nacional, essa obra coloca os seus vilões como sendo estrangeiros, para evidenciar a “boa índole” do habitante da província. O perigo vem sempre de fora. Primeiro com Lavalleda, que é preso por Bento Gonçalves; em seguida, com o assassinato de João Canho, pai de Manoel, em uma briga contra um bando de gaúchos orientais; por fim, o mascate chileno D. Romero García, grande vilão da trama. Bem apessoado, de fala mansa, galanteador, adepto de festas, música e trovas, D. Romero percorria a província em busca de bons negócios de contrabando. Manoel Canho sempre alimentou um enorme desgosto por esta figura, desde o episódio da conquista da égua Morena, que tinha sido colocada em aposta por D. Romero. Sucederam-se fatos que fizeram com que o desgosto de Canho se transformasse em ódio a esse inimigo chileno. O primeiro motivo foi o rapto e o aprisionamento da égua Morena, pelo chileno, enquanto esta tentava salvar seu filhote recém-nascido, que ficara preso dentro de uma gruta após o ataque de um puma. O segundo foi o noivado com sua irmã caçula Jacintinha, sem o consentimento do único homem da casa, que era Canho. Quando ficou sabendo do noivado, Canho apressou-se em proibir o casamento, tendo em vista a índole de galanteador do pretendente. O terceiro, e mais grave, foi o fato que levou Canho a matar D. Romero. Durante uma viagem de Canho a Buenos Aires, à serviço de Bento Gonçalves e da Revolução Farroupilha, D. Romero utilizou-se de doces envenenados para conquistar Catita, noiva de Canho, e assim desonrá-la dentro de sua própria casa. Ao retornar de viagem, Canho tomou parte dos acontecimentos e saiu à caça de Romero, acabando por matá-lo.

O assassinato de João Canho por um castelhano, quando Manoel era ainda um menino, é ponto principal desta narrativa. A partir do desejo de vingança de Manoel Canho é possível verificar a criação de diversas imagens ideológicas com relação ao protagonista gaúcho, como, por exemplo, o

nacionalismo, o ímpeto guerreiro, a herança de ginete, a repulsa às mulheres e o sentimento de honra despertado pela vingança sagrada.

João Canho é um típico gaúcho, segundo a imagem que se quer mostrar dessa personagem. Em sua descrição, o narrador apresenta-o como sendo o “primeiro amansador ou peão de toda aquela campanha; à sua destreza em montar e governar o animal com qualquer das mãos deveu a ele o apelido que adotou por nome”. (op. cit., p.77). Consta que João Canho serviu ao seu compadre Bento Gonçalves na campanha da Cisplatina, “pelejando corajosamente em vários combates”. Ao fim da guerra, veio estabelecer-se num rancho em Poncho Verde, onde vivia com a mulher e dois filhos, às custas do ofício de amansador e ferrador. Era para Manoel o maior herói. O menino o admirava e acompanhava em suas lidas campeiras. Orgulhava-se da fama de seu pai, alimentada pelas trovas enaltecidas das façanhas, sempre contada por soldados que batalharam junto com Canho. Com essa convivência e admiração foi se criando a índole do jovem Canho, como segue:

A alma do menino foi-se moldando naturalmente pelo tipo que admirava. A vida de peão inspirava-lhe entusiasmo. O baguá era para ele o símbolo da força e da fereza; domar o cavalo selvagem, o filho indômito dos pampas, significava o maior triunfo a que podia aspirar o homem. O amansador era o rei do deserto. (op. cit., p.77).

A cena do assassinato serve à construção da imagem do gaúcho, ao evocar as questões ideológicas levantadas anteriormente. Ao abrigar em sua casa um brasileiro de Alegrete, sem nem conhecer o indivíduo, nem mesmo as causas da perseguição, porém que fugia de um bando de castelhanos – demonstrando assim que, como diz, o gaúcho está “pronto sempre a servir um patrício” – João Canho encontra-se envolto em uma grande peleia. Quando tentam invadir a sua casa, em busca do fugitivo, os quatro castelhanos tem que enfrentar o valente gaúcho, que protegia sua casa, sua família e sua honra: “Ainda que fossem vinte. Nesta casa ninguém entra sem a licença de seu dono”. (op. cit., p.79). Neste embate, João Canho consegue expulsar três castelhanos, demonstrando uma imensa força guerreira, a valiosa coragem do soldado gaúcho, porém havia um atocaiado que acaba por matar-lhe de forma covarde. O narrador interpreta que o assassino traiu as regras da luta, pois foi

covarde ao matar Canho pelas costas, e não em combate leal. Essa regra é a regra de honra dos duelos, trazida aqui para a personalidade do gaúcho. Esse episódio incutiu em Manoel Canho a necessidade da vingança sagrada, onde deveria matar o assassino de seu pai, para devolver-lhe a honra, mas em um combate justo.

Outra característica de Manoel Canho que é construída após a morte de seu pai é a de sua repulsa com relação às mulheres. Logo após a morte de João, o fugitivo de Alegrete, que se chamava Loureiro, se oferece à mãe de Manoel para restituir-lhe o lugar do falecido, em virtude de ser o causador de tal desgraça. Ela aceita devido à necessidade de um marido para criar os filhos. Porém Manoel Canho não aceita tal matrimônio, julgando ser essa a maior das traições contra seu pai, pois acreditava que o amor oferecido uma vez pela sua mãe a seu pai deveria ser único e eterno, e era sua obrigação como viúva chorar a morte do marido. Além do mais, Manoel não conseguia suportar a idéia de outro homem ocupar o espaço que era de seu pai, seu herói. Considerando sua mãe traidora da honra da família, desloca tal sentimento a todas as mulheres, e julga-as sendo incapazes de praticar atos como de lealdade e honra.

Canho cresceu com a obrigação de dar a seu pai uma vingança digna. Tais aspectos, como honra e vingança, são recorrentes nessa obra. Assim, é atribuído ao gaúcho, e por consequência a toda cultura gauchesca, esses aspectos culturais como se fossem da sua natureza. Manoel Canho parte em busca de seu objetivo, mas não sem antes trabalhar muito para poder deixar sua mãe e sua irmã com condições de se manterem, caso não pudesse voltar. Porém, durante esta espera, que durou longos doze anos, Canho alimentou diariamente o seu desejo e seu dever de vingança. Ao chegar à casa do inimigo foi impedido de executá-lo, pois este se encontrava gravemente enfermo. Sem identificar-se, Canho acompanhou a doença do castelhano, que se chamava Barreda, servindo de enfermeiro para a sua melhora. Era necessário matá-lo, porém causava-lhe horror vingar-se de forma tão vulgar. Buscando uma razão para tal tratamento misericordioso com seu inimigo, o narrador explica: "Aquele homem era sagrado para ele como a vítima já votada ao sacrifício. Aquela vida lhe pertencia; fazia parte de sua alma; pois era o

objeto de uma vingança tanto tempo afagada” (op. cit., p.71). Canho precisava matá-lo, porém era preciso recuperar a saúde de Barreda, para ficarem frente a frente em um duelo honrado. Aí verificamos a construção de uma imagem ideológica do gaúcho, que é o aspecto honrado de suas relações. Após a convalescença de Barreda, Canho tornou a bater em sua casa. Estava lá para duelar em nome de seu pai, montado no velho cavalo de seu pai e empunhando a lança que lhe ferira à morte. E assim o fez, matou seu inimigo em combate, cravando-lhe a lança que havia deixado em seu pai há doze anos. Porém, como respeitoso gaúcho que é, Canho deu uma cova e uma cruz ao argentino.

Foi de seu pai o exemplo de glorificação pela lida campeira. Desde menino, acompanhava-o nos trabalhos da fazenda, e assim criou suas características de homem do campo:

O menino sentiu em si esta mesma natureza, o germe daquelas virtudes, e assim gradualmente ia-se operando em seu caráter uma espécie de identificação entre o cavalo e o cavaleiro. *Era a misteriosa formação do centauro.* (op. cit., p.78, grifo nosso).

Essa criação do centauro, através da excessiva aproximação de Canho aos cavalos, é ponto principal nas críticas à verossimilhança do livro. Para exemplificar e justificar a afirmação de aproximação excessiva, descrevo a cena em que Canho “conquistou” a sua égua, a Morena:

Tratava-se de uma égua à qual ginete nenhum conseguia montar. Arisca, disparava mordidas e coices a quem tentasse aproximar-se do animal. Quando montada, arremessava o ginete como se fosse uma erupção, conforme descrição do narrador. Tal era o arredo do animal, que seu dono, o mascate chileno D. Romero, oferecia a égua de presente a quem conseguisse montá-la. O animal é descrito como sendo o mais formoso da espécie, tendo na sua pelagem “uma roupagem baia, que nos cambiantes luminosos parecia veludo tecido a fio de ouro”. De fato, ninguém no recinto conseguiu montar a égua. Foi quando Canho aceitou o desafio. Para ele, os ginetes ali presentes não conseguiam montar pois “não sabem levá-la”. Assim, depois de certificar-se que a aposta ainda valia a posse do animal, Canho aproximou-se da égua fitando-lhe os olhos e soltando dos lábios “um murmurejo semelhante ao rincho

débil do poldrinho recém-nascido, quando busca a teta materna”. Esse movimento amansou o animal e permitiu a aproximação. Manoel então abraçou ternamente a égua, encostando a cabeça na sua face, “o bruto entendia o homem”. Nesse momento a égua “espreguiçou o lombo, recurvando o pescoço para estreitar o gaúcho; e um relincho de alegria arregaçou-lhe o beíço”. Canho então montou e em gracioso galope afagou as finas crinas do animal, que voltou-lhe o rosto para fitar em seus olhos, como se quisesse “agradecer-lhe a carícia”. E assim ficou a égua, “domada, ou antes, rendida pelo amor”. (op. cit., p.40).

Assim, a construção do personagem gaúcho nesta obra corroborou com a ideologia do homem montado, do mito do centauro:

Enfim o cavalo era para o gaúcho um próximo, não pela forma, mas pela magnanimidade e nobreza das paixões. Entendia ele [Canho] que Deus havia feito os outros animais para vários fins recônditos em sua alta sabedoria; mas o cavalo, esse Deus o criara exclusivamente para companheiro e amigo do homem.

Tinha razão.

Se o homem é o rei da criação, o cavalo serve-lhe de trono. Veículo e arma ao mesmo tempo, ele nos suprime as distancias pela rapidez, e centuplica nossas forças. Para o gaúcho, especialmente para o filho errante da campanha, esse vínculo se estreita.

O peixe carece d'água, o pássaro do ambiente, para que se movam e existam. Como eles, o gaúcho tem um elemento, que é o cavalo. A pé está em seco, faltam-lhe as asas. Nele se realiza o mito da antiguidade: o homem não passa de um busto apenas; seu corpo consiste no bruto. Uni as duas naturezas incompletas: este ser híbrido, é o gaúcho, o centauro da América. (op. cit., p.45).

Sua devoção aos cavalos fez de Canho, segundo o narrador, o gaúcho mais popular dentre os quadrúpedes do pampa. Em algumas passagens, o narrador chega a afirmar que Canho era reconhecido pelos cavalos em todos os cantos do Rio Grande, existiam estâncias em que “anunciavam a chegada de Manoel pelo relincho estridente, que era o riso viril e sonoro do cavalo” (op. cit., p.46).

A identificação do gaúcho como centauro dos pampas é um tema recorrente na historiografia e na literatura de cunho tradicionalista. Essa imagem foi construída para acompanhar a saga guerreira deste personagem, que é um herói misto de gente e natureza. Se na literatura foi largamente

usada como figuração e enredo das tramas, na historiografia essa criação serviu de sustentação da imagem ideológica do gaúcho herói, que se instituiu como identidade regional. Segundo o filósofo inglês K. K. Ruthven, os mitólogos acreditam que o real significado de um mito “tenha talvez se perdido acidentalmente através dos acasos da transmissão oral; ou pode ter sido oculto deliberadamente pelos fazedores de mitos, que relutaram em dizer tudo o que sabiam; ou ainda, pode ter sido adulterado pelos revisionistas políticos ou religiosos” (RUTHVEN, 1997, p.15). O mito sempre tem em si algo de verdade, e assim complementa Ruthven: “o tegumento é fictício, mas o núcleo é verdadeiro” (op. cit., p.41). Não podemos negar a importância da montaria eqüina no desenvolvimento da cultura regional do Rio Grande do Sul. Ela realmente serviu para aumentar a força de trabalho e, principalmente, encurtou distâncias de campo aberto. Porém, partindo dessas afirmações, houve um enorme exagero literário, em ambas as áreas.

Dentro de um quadro explicativo dos costumes do gaúcho, o sociólogo francês Roger Bastide, insere o cavalo como ponto pertinente para a sua formação.

O gaúcho identifica-se com o seu corcel. Sua psicologia é a do homem montado, que só desce da sela para cozinhar, nos braseiros, pedaços de carne de boi enfiados em compridos paus que servem de espeto, e que come ainda sangrentos (o famoso churrasco do Rio Grande do Sul); desapeia também de noite para prosear, em roda de fogo, com os empregados, com os peões, pois as noites são frias, e ali fica bebendo chimarrão [...]. (BASTIDE, 1975, p.78)

Como vemos na análise de Bastide, a influência do cavalo na cultura rio-grandense está nivelada aos grandes símbolos da cultura gaúcha: o churrasco e o chimarrão. Outra informação importante é a afirmação de que o gaúcho permanece montado durante a maior parte do seu tempo, descendo apenas para comer e prosear, sendo ele o peão ou chefe da estância.

A aproximação aos cavalos é evidenciada pelo narrador em oposição à repulsa de Canho para com a raça humana. Acredita serem os cavalos os únicos seres capazes de fidelidade e companheirismo, ao contrário dos humanos, que já tinham lhe provado que a lealdade era sentimento oportunista. Porém, muito mais do que repulsa, Canho alimenta pelas mulheres um forte

desprezo. Para ele mulher é sinônimo de desgraça e traição. Essa crença vem, em grande parte, da incompreendida atitude da mãe em casar-se novamente, após a morte de seu pai. Isso fica evidenciado no texto. Durante um diálogo, Canho afirma que conhece bem as mulheres, que “gostam de todos, mas não podem viver para um só: e morre aquele a quem pertenciam, já não se lembram dele; e começam a querer bem a outro”. Aqui fica clara a referência ao segundo casamento da viúva de seu pai. Em seguida, compara a lealdade de uma mulher à de sua égua: “onde acha você uma rapariga capaz de fazer o mesmo que a baia? Porque salvei-lhe o filho, tornou-se cativa; e para me acompanhar e me servir deixou sua terra, suas amigas e sua liberdade” (ALENCAR, 1954, p.64). Essa imagem construída no romance, de que o gaúcho do campo está mais atento para os animais do que para as mulheres, também é uma idéia antecipada pela literatura, em relação à história e à sociologia. Ela será recorrente nos livros do século XX, que analisam a cultura gaúcha, como por exemplo, a obra de Roger Bastide (1975, p.177), como segue:

E há também a afeição que liga os homens aos animais. pois um amor profundo une o gaúcho ao seu cavalo, maior muitas vezes do que o que dedica à mulher. [...] Tudo que é sentimental repugna a estes machos, orgulhosos de sua virilidade, e que ao vêem na mulher senão simples pretexto para estadeá-la.

Nichols (1946, p.40) ainda acrescenta que “existe uma influência psicológica do cavalo sobre o homem”. A questão do centauro aqui deixa de ser somente a necessidade da utilização do cavalo pelo gaúcho para atingir o nível de influência social e cultural do animal sobre o ser humano, na definição de sua liberdade e a sua maneira de lidar com o trabalho e com o pampa.

## 4.2 O VAQUEANO

Todas as críticas literárias analisadas nesta pesquisa vão ao encontro da afirmação de que *O vaqueano* surge como uma adequação da obra *O Gaúcho* para a realidade rio-grandense. Conforme afirma Chaves:

Em 1870, José de Alencar lançou *O Gaúcho* com grande repercussão nacional. Apenas dois anos depois Apolinário Porto Alegre, inspirado no modelo, publicou *O Vaqueano*; mas acrescentou-lhe a observação direta do meio, que faltava por completo ao escritor cearense. Ele é, portanto, o legítimo fundador do regionalismo literário sul-rio-grandense, que nesse momento deixa de ser mero sentimento coletivo e se traduz como um programa de ação. (CHAVES, 1994, p.13).

As semelhanças são diversas: a temática, o herói, a construção romântica, a linguagem dialetal, a exaltação do nacional, a ambientação na Revolução Farroupilha, a utilização de heróis farroupilhas como personagens do romance, a vingança como questão crucial na definição da obra e construção das personagens. Porém, diferenciam-se na maneira de descrever o Rio Grande do Sul e seu povo. A característica mais marcante nessa diferenciação é com relação ao nome da obra e da personagem principal. Apolinário denomina seu romance *O Vaqueano* por questões de respeito à sua província. O termo *gaúcho*, na época em que a obra foi escrita, ainda possuía o sentido pejorativo que carregou desde seu surgimento, quando era usado para denominar os marginais do campo, ladrões e contrabandistas de gado.

Outra diferença refere-se à inserção em sua obra de índios e de negros, personagens que constituíram o povo rio-grandense e estão ocultos na obra de Alencar. Não existe também em *O Vaqueano* referência alguma aos castelhanos. Apolinário não se utiliza da diferenciação entre brasileiros e castelhanos para definir a identidade nacional, como fez Alencar. Porém, em momento algum nessa obra aparecem referências ao separatismo da revolução ou a independência rio-grandense, sempre vinculando o Rio Grande do Sul como província ligada ao império, mesmo estando em campos opostos.

Os exageros literários de aproximação do peão aos cavalos não aparecem em *O Vaqueano*, assim como as constantes referências a costumes regionais, como alimentação e vestuário, nem mesmo as descrições e explicações de termos do dialeto campeiro. Tal fato pode ser explicado com uma citação de Jorge Luis Borges, ao lembrar de uma passagem de Gibbon, na qual informa que no livro árabe por excelência, o Alcorão, não existem citações de camelos. Borges assim complementa:

yo creo que si hubiera alguna duda sobre la autenticidad del Alcorán bastaría esta ausencia de camellos para probar que es árabe. Fue escrito por Mahoma, y Mahoma, como árabe, no tenía por qué saber que los camellos eran especialmente árabes; eran para él parte de la realidad, no tenía por qué distinguirlos; en cambio, un falsario, un turista, un nacionalista árabe, lo primero que hubiera hecho es prodigar camellos, caravanas de camellos en cada página; pero Mahoma, como árabe, estaba tranquilo: sabía que podía ser árabe sin camellos” (BORGES, 2000, p.130).

Com isso, informa a literatura argentina que mostrar a argentinidade não significa obrigar-se a abarrotar seus textos com *gauchos*, *compadritos*, pampa, cavalos, etc. A nacionalidade não pode ser separada da escrita do texto, e “ser argentino es una fatalidad, y en ese caso lo seremos de cualquier modo” (op. cit., p.130). Portanto, por ser rio-grandense, Apolinário tem os aspectos culturais de sua província muito latentes, não precisando evidenciá-los a cada momento. Ao contrário de Alencar, que por não conhecer esta realidade explicava e exagerava em cada citação dos aspectos culturais da província.

Por ser um escritor de prestígio, Alencar teve sua obra agraciada em todo o país, porém muito criticada pelos rio-grandenses. Já Apolinário teve um menor reconhecimento a nível nacional, por ser um escritor provinciano, mas sua narrativa gozou de um grande êxito na província. Em parte pela novidade do tema, mas sobretudo pela amorosa fidelidade de seu autor ao retratar a fisionomia moral do homem rio-grandense. O personagem, ainda quase desconhecido dos escritores rio-grandenses, era um tipo agreste de rastreador, leal e forte, corajoso e desinteressado, e acabou influenciando a maioria dos escritores regionalista do Rio Grande do Sul.

Pouco se produziu de análise sobre Apolinário Porto Alegre e sua obra. Dentre os textos estudados durante esta pesquisa, devemos levar em conta a importância destacada por Guilhermino Cesar a este autor dentro da história da literatura do Rio Grande do Sul, em obra de mesmo nome, dedicando um capítulo à análise de sua obra.

Cesar abre o capítulo com uma apresentação que destaca a relevância de Apolinário dentro de seu estudo: “Apolinário Porto Alegre descerra às letras rio-grandenses uma fase salutar de inquietações e pesquisas, não ultrapassada, quanto à repercussão no terreno da cultura, por nenhum outro

movimento de iniciativa pessoal”. (CESAR, 2006, p.215). Da mesma forma que inicia, Cesar encerra este capítulo com um grande elogio à obra de Apolinário: “Raras vezes, na história do pensamento brasileiro, ter-se-á visto um homem tão bem dotado para tarefas tão diversas. Interessado por todos os aspectos da cultura, não chegou, é certo, a produzir obra harmoniosa. Nele, o que impressiona e domina é o conjunto.” (op. cit., p. 224). Cesar credita esta desarmonia ao caráter naturalista de Apolinário, não por seguir tal escola, mas por sua tendência natural a dedicar-se a estudos sociológicos.

Apolinário não foi autor de seguir modas e escolas, porém existem marcas visíveis da escola romântica no seu texto. Contudo, sua prosa não encaixa-se perfeitamente nos cânones dessa escola, pois não chegou a cumprir uma das exigências fundamentais. Cesar vincula tal afirmação ao tratamento de suas personagens, acusando uma “pobreza de visão do indivíduo, do homem isolado em luta consigo mesmo. O autor não viu criaturas humanas, viu o gaúcho, tipo bem diferenciado, característico de uma região”. (op. cit., p. 221). Dessa forma, mesmo tendo um tratamento romântico no seu exterior, sua produção aproxima-se do naturalismo pela substância documental, quando busca focar o ser humano como um produto derivado do meio ao qual pertence, e assim definir-lhe o comportamento.

Existe nessa obra uma característica marcante com relação à linguagem dialetal e à evidência da cor local. Nesses pontos Apolinário se aproxima de Alencar com relação aos posicionamentos ideológicos de suas obras. Podemos notar tal aproximação na obra *Bromélias*, quando Apolinário define para sua obra algo semelhante ao projeto do romantismo de Alencar:

A literatura brasileira é uma mina apenas de leve explorada. No homem tupi, mesmo em épocas pré-históricas, nos conquistadores, no africano, nas diferentes raças que surgiram pelo cruzamento do sangue indígena, ariano e etíope, nas lendas maravilhosas, nas enormes modificações da língua e dos costumes europeus devido a este amálgama no cadinho da América, não encontrará assunto para uma literatura pátria, vigoroso, escultural, só o espírito deslumbrado pelas novidades estrangeiras. (PORTO ALEGRE apud CESAR, 2006, p.221).

Essa busca sociológica conduziu a obra de Apolinário mais para a verdade do que para a beleza. Segundo Chaves (1994, p.13), sua escrita

“freqüentemente exagera na deformação do real e perde em veracidade”, principalmente pelo fato de ter sido ele o prosador que alimentou o propósito de documentar a vida de sua província. Foi através do estudo do vocabulário que o autor alcançou a realidade da cultura rio-grandense, obrigando-o a fazer observações mais detidas. Focou no estudo das peculiaridades dialetais e, conseqüentemente, dos costumes gaúchos, visando colorir a ficção<sup>16</sup>. Tal crítica pode ser encontrada de maneira semelhante em quase todas as análises da obra regionalista de Alencar. Nota-se nas linhas de *O Vaqueano* uma prática de mesclar idiotismos do dialeto gauchesco com a mais alta erudição do português arcaico, como se fosse necessária a inclusão de uma fala regional, porém sem perder a erudição do texto. Cesar (2006, p.221) afirma que “a fusão de elementos orais com o lastro erudito tornou-lhe a prosa pesada e desigual, de valor artístico mais que duvidoso”. Acreditamos que essa característica seja conseqüência da jovialidade da literatura rio-grandense e do próprio autor, e também da necessidade de dar-se ares eruditos à revista do Partenon Literário sem deixar de, ao mesmo tempo, defender o projeto da cor local do romantismo. De maneira oposta, José de Alencar, em busca de uma imagem mais real da região que estava descrevendo em *O Gaúcho*, também construiu o seu texto baseado na fala dialetal da campanha, principalmente nos diálogos, porém mesclada a um português mais coloquial, mais nacional, sem as erudições da língua mãe, como forma de se distanciar da literatura portuguesa.

Assim como Alencar, Apolinário também perseguia o distanciamento de Portugal e a independência da literatura nacional e fez isso através da linguagem e dos temas nacionais. Cesar nos descreve uma cena que serve como exemplo de tal questão, citando Apolinário:

Numa faina de farinha, um peão, ruscando com outro que apertava os tipins na prensa, teve forte pendência em que me foi preciso intervir.

Dizia-me ele no auge da cólera:

- Veio-me com *pabulagens* de *pongó* ou *caboteiro*, umas coisas de *bambáe*...

Mas ante a parlenda do meu patrício, que, durante um bom quarto de hora, esbofou uma linguagem completamente alheia a mim, fiquei

---

<sup>16</sup> Dessa pesquisa nasceu o *Popularium Sul-rio-grandense*, uma rica e volumosa obra de filologia e costumes rio-grandenses.

estatelado. Sem dúvida, tinha mister de recomeçar os meus estudos, refazê-los desde a cumeeira até os alicerces. Eu nada sabia, e ele, o rude agricultor e campeiro, era mais digno da América do que eu. Ele era um brasileiro e eu um manequim da Europa, deslocado no meio em que nasci, onde vivia e respirava, apesar de conhecer várias línguas, história, filosofia e quejandas matérias. (PORTO ALEGRE apud CESAR, 2006, p.219, grifos do autor).

A afirmação de que saber usar o dialeto do campo perfeitamente faz do campeiro um ser mais digno da América do que o autor demonstra a necessidade de se retratar na literatura uma linguagem que fosse nacional ou, acima disso, regional. Em busca de uma literatura nacional e, conseqüentemente, de uma identidade pátria, era necessário fazer-se notar a língua do povo, daquele que não escrevia a literatura ou nem sequer lia. Era necessário ser brasileiro e não mais manequins da Europa.

Os discursos de Apolinário Porto Alegre e José de Alencar assemelham-se pela ideologia nacionalista. Ambos perseguiram a temática nacional, em prol do desenvolvimento de uma literatura exclusivamente brasileira. Em defesa de sua ideologia, os autores pagaram um preço com relação às questões artísticas das suas obras. Porém, devido a essas obras nacionalistas, tiveram o grande mérito de lançar a semente que seria cultivada pelos grandes regionalistas brasileiros e, assim, legar-nos excelentes romances. Dessa forma Chaves afirma: “O regionalismo gaúcho tudo deve a Apolinário Porto Alegre. Seu romance legou um tema e inaugurou uma tradição”. (CHAVES, 1994, p.13). E aqui acrescento também a obra de Alencar, pela sua herança transmitida a Apolinário e à Sociedade do Partenon Literário.

Passamos para a análise da obra *O Vaqueano*. O narrador descreve a província de maneira melancólica. A solidão, o frio, os grandes espaços vazios são descritos como uma paisagem triste e morta:

Cahia neve em flocos. O frio, intenso. O mystério daquela natureza recolhida e inanime, profundo e terrível. Não tinha só a melancolia do deserto, o vago e indefinido que coam nalma as savanas e matas americanas, tinha mais o tom baço, a desoladora taciturnidade, a paralyia, a inercia, a apparencia de cadáver que resaltam da quadra hybernal. Só quem viajou por noites assim através do ermo selvagem, póde comprehender a expressão aziaga que lhe é própria, os sentimentos ineffaveis que ele desperta, expressão e sentimentos que jamais a linguagem conseguiria reproduzir, são tão indescriveis! (PORTO ALEGRE, 1927, p.7).

O narrador questiona: “quem poderia amar-te quadra sem sombras, brizas, contos e flores?”. Como em *O Gaúcho*, a construção do cenário interfere na construção da personagem. Estas terras perigosas e tristes eram a morada do vaqueano Avençal, terras as quais ele conhecia como a própria mão. Essas terras tinham o mesmo caráter de Avençal, eram frias, caladas, misteriosas, guardavam segredo em cada folha do chão, em cada pedra do caminho, eram cheias de surpresas. Assim, o vaqueano relacionava-se com essa geografia, tratavam-se como semelhantes.

Na descrição do pampa rio-grandense, Apolinário vai além na construção desse cenário, em comparação a Alencar. Enquanto Alencar descreve a savana como sendo um espaço sem fronteiras, sem alterações geográficas, comparando-a com o oceano, Apolinário insere nessas paisagens diversos outros elementos. Existem em *O Vaqueano* grandes selvas e rochedos, que escondem muitos perigos, como “bugres, onças, rios invadeáveis, lagos e correntezas, taibés, banhados...” (op.cit., p.10). Na cena em que descreve a morada de Moysés, nota-se a presença de muitos aspectos que caracterizam uma grande selva:

Demorava a habitação do mulato numa clareira circular, impenetrável e oculta para qualquer outro que não fosse elle ou sua gente. O arvoredor, naturalmente cingido de grossos e longos cipós e pampanosas trapadeiras, tinha recebido retoques artísticos. [...] uma cinta de bambús cerrava o ambito [...]. Dum lado desatava-se um cordão de rochedos alcantilados. Entre eles destacava uma larga fenda, conseqüência dum raio ou de abalo na crosta do globo. Constituia uma trincheira natural e inexpugnável pela qual se ia á clareira. (op. cit., p.24).

Com relação a esta descrição, acreditamos que no empenho de descrever uma natureza mais rica, composta de outros elementos que não fossem somente o campo aberto e infundável, Apolinário exagera na descrição de uma selva que não caracteriza as nativas concentrações de árvores ao redor de riachos e sangas ou os capões onde os animais se refugiam da severidade do clima, tanto no frio como no calor. Porém, tal representação era necessária para a criação da personagem Moysés, um escravo alforriado, que cultivava a grande liberdade de viver nas selvas, caçando animais selvagens

com uma tribo de índios guaycanans. Tal imagem pode ser interpretada como uma volta ao passado mítico do caçador africano, que vivia nas selvas da mãe África, gozando de seus frutos e da mais pura e inocente liberdade.

Uma das características da Sociedade do Partenon Literário é a luta pela liberdade. Tinham ideais republicanos e abolicionistas. Apolinário Porto Alegre foi um dos porta-vozes do abolicionismo. É possível notar em todas as suas obras um forte cunho político, de militância pela libertação dos cativos. Mais importante que isso, Apolinário sempre buscava inserir o negro numa aura de elogios, destacando as suas qualidades.

Em *O Vaqueano*, um dos heróis da obra, senão o grande herói, é o mulato Moysés. Filho oculto do estancieiro Gil de Avençal, Moysés foi alforriado no ato de seu nascimento. Como perdeu a mãe no parto, foi criado pela casa grande, tendo convívio próximo com a família do senhor. Foge para a selva muito jovem após ser acusado pelo assassinato da família de seu patrão e pai. Cria-se no meio dos guaynacans, tornando-se chefe desta tribo pelas suas habilidade na caça. O narrador descreve que “não havia na província mais perito e experimentado caçador”. Descrevendo o poder que o mulato imprimia sobre os indígenas, o narrador afirma que provinha este “menos da inteligência superior que incutia respeito aos índios, que da gratidão pelo amor e *sympathia* que sempre lhes tributava”. (op. cit., p.21). Nota-se uma distinção de valor de Apolinário com relação aos negros e aos indígenas. O negro tem um papel central na obra e é constantemente referenciado com diversos elogios, enquanto o índio, embora não exista nenhuma nota que o desabone no texto, está sempre subjugado ao negro. O narrador afirma que os índios da tribo de Moysés eram melhores por terem logrado os bons costumes do mulato. Inclusive diferencia o mulato e seus subordinados como *civilização e barbárie* (grifo nosso).

Defensor da liberdade, Apolinário deixa clara sua ideologia no texto. Numa passagem em que os capitães farroupilhas oferecem-lhe abonos para unir-se a eles nas lutas, Moysés refuta as promessas devido ao grande preconceito racial que poderia sofrer nos campos de batalha, mesmo sendo escravo alforriado. E assim responde aos comandantes:

- Liberdade?! Quem é mais livre que Moisés aqui na serrania, onde não há ódio de raças? Onde o homem domina a terra, onde o amigo não mente ao amigo e a mulher não mente ao marido? Não quero mais liberdade do que tenho. Offereceis riquezas? Quem é mais rico que Moisés? Vede. Desde o cerro ali dependurado até o fundo dos taimbés, isto me pertence. Piso a pedra que traz o ouro e a atiro longe. E é isto que vindes oferecer-me? Parti. Adeus. O mulato vive bem nas bernas. (op. cit., p.22).

O mulato de Apolinário é livre, vive do que a terra lhe dá, sem a intervenção da economia do branco. Vive aqui como se vivesse na África da qual fora arrancado.

Não é apenas na figura de Moisés que Apolinário concentra seu discurso abolicionista. No decorrer da obra existem diversas cenas que envolvem escravos e em todas ele é exaltado com um indivíduo de excelente caráter. Além disso, algumas lendas africanas são retratadas no texto, como por exemplo a história contada pela mucama de José de Avençal, que “o estimava como filho”, na noite do assassinato de sua família. Nesse momento, o narrador interfere no andamento da história para colocar-se contra a escravidão: “é uma lenda que suaviza o cálice amargo da escravidão, grinalda de odorosas flores entrelaçadas às algemas, balsamo anodino sobre a úlcera que sangra no peito do prisioneiro”. (op.cit., p.48). A lenda contada pela mucama descreve a experiência pós-morte de um escravo, onde a morte significa a libertação do calvário terreno e o descanso eterno no paraíso: “o negro morre aqui para viver na África. Vae ver berço em que nasceu debaixo das tamareiras e baobhas, vae correr as areias em que brincou no tempo de criança, vae ver a patria” (op.cit., p.49). A descrição do passado perdido na África nessa lenda assemelha-se com o presente vivido pelo mulato Moisés.

Outra passagem importante, onde o narrador demonstra toda a sua luta contra a escravidão, é a descrição da fuga da mucama e seus companheiros escravos para salvar o filho de seu patrão. Nesse trecho, o narrador humaniza os cativos, vestindo-os com alma e sentimentos elevados:

Grandes e nobres romeiros!  
Quando podiam quebrar os grilhões da servidão, faziam timbre em mantel-os, guardando a infancia do unico senhor com todo desvelo, todo o amor capaz de conter o coração humano para o filho, todo o culto, que se derrama nas aras divinas! Não digam que era a fidelidade do cão! Não, por Deus! Onde ha uma alma livre, uma

consciencia, só pode haver sacrificio e abnegação, nunca o rastejar do animal que é servil, submisso, feliz atido ao jugo, porque não concebe a liberdade e muito menos pode aspirar-a. (op. cit., p.54).

Fator interessante é que mesmo tendo um discurso abolicionista de defesa do negro como um ser capaz de viver em liberdade, soberano de caráter, consta no texto uma relação amigável entre senhores e escravos, na qual o cativo trabalha por respeito e não por obrigação. Tal afirmação corrobora para a constituição da ideologia da democracia racial dos pampas, pois afirma que a escravidão foi branda e demonstra um sentimento de coleguismo entre o escravo e o seu patrão, inexistindo no sul uma exploração escravista nos moldes da época.

A primeira citação ao vaqueano parte de uma figura heróica da história da Revolução Farroupilha, David Canabarro: “Não te disse Garibaldi?! Quem lá tem a cabeça do vaqueano? Chuéga, é um livro! Até guarda de memória as macegas e pedregulhos das estradas, no sertão, não ha picada pela qual elle não se metta”. (op. cit., p.10). A utilização de heróis farroupilhas em contato direto com personagens fictícios serve como uma forma de exacerbar as características que lhes são rogadas.

O narrador inicia a construção do vaqueano desta forma: “Jamais houvera rio-grandense que, como elle, conhecesse a provincia. [...] Constituia de per si o mais exacto archivo topographico, um mappa vivo e pittoresco”. (op. cit., p.12).

José de Avençal era conhecido por toda a província, porém não pelo nome, mas pela profissão que exercia com excelência maior. Sua superioridade no trabalho de conduzir forasteiros e tropa pelos campos do Rio Grande do Sul, lhe deram fama e prestígio, sendo reconhecido em cada canto que percorria. Além das habilidades de guia, destacava-se nas lidas campeiras e na destreza na guerra: “nos misteres campeiros ninguém o excedia. Iguaes os encontrava, melhores nunca. [...] Nos manejos da guerra não ficava somenos” (op. cit., p.13).

Consta que, para os companheiros de acampamento, o vaqueano possuía alguns defeitos: “Não falava senão em caso de extrema necessidade, não bebia, jogava menos e fumava pouco ou nada”, mas nem por isso era

menos querido ou admirado. Era um tipo recluso, melancólico e misterioso. Em combate, o vaqueano é descrito como “o delírio personificado”. Tinha a febre a morte, lançava-se sobre os inimigos sem pestanejar nem temer. E sempre saía ileso das peleias, como se a audácia constituísse um escudo impermeável de balas e lanças.

É dessa forma que o narrador apresenta a personagem vaqueano. E por fim acrescenta:

O leitor pode por em dúvida o que levamos dito, julgando phantastica criação, que esfrola o cerebro ardente de poeta.

Engana-se.

Os principaes traços característicos da physionomia que esboçamos de leve, são tão reaes, que encontramos a cada passo em nossa provincia, desde o posteiro até o senhor da estância, desde a existencia errante do tropeiro até a existencia sedentaria do guasqueiro ou trançador de lonca”. (op. cit.,p.14).

Nessa fala do narrador podemos perceber a criação da imagem do campeiro herói. Soma-se toda a história da província, com sua peculiar formação militar e econômica, com as habilidades pastoris do homem do campo, e lega-as a todos os seus habitantes, tanto senhores como peões. Forma-se assim um elo de ligação, um aspecto de cultura regional. Tais aspectos irão culminar na criação da figura ideológica do gaúcho, que só não se fez nessa obra devido à alteração de significado do termo gaúcho não ter atingido sua plenitude.

Outra característica dessa citação é a forma como o rio-grandense é apresentado para o leitor estrangeiro da província. Supondo, assim como o narrador, que todos os rio-grandenses partilhem dessas mesmas características, acreditamos não ser necessário apresentar-se a si mesmo. Portanto, a imagem criada nessa obra, assim como na obra de Alencar, porém com algumas alterações, também serviu para apresentar a província ao restante do país e fazer conhecer as qualidades do rio-grandense. Apolinário também partilhou da tarefa de fazer a identidade nacional. Conforme afirma Cesar (op. cit., p.187), o autor não descreveu como personagem o rio-grandense com o intuito apenas de definir-se a si mesmo. “Procurou, explicando-se, explicar-se ao Brasil”.

Um acontecimento trágico levou José de Avençal a se transformar em O Vaqueano. Descrevo resumidamente a sucessão dos fatos: José era filho de Gil de Avençal, um grande estancieiro da campanha da Vacaria, descendente de português, “*raça que vencera todos os obstáculos e dotara o Brasil das fronteiras actuaes*”, e vivia na Vacaria, feliz e abastado (op.cit, p.43, grifo nosso). Um dia seu capataz de confiança, chamado José Capinchos, homem que era tido como melhor amigo de Avençal, assassinou brutalmente Gil, sua esposa e seus três filhos pequenos, por sentimento de cobiça. Porém, Capinchos não foi acusado pelo crime, feito durante a noite e sem testemunhas. No velório, tratou de jogar a culpa sobre a pessoa de Moysés, mulato que vivia na fazenda e era filho de Gil. José de Avençal, o filho primogênito, conseguira sobreviver devido uma hábil fuga de sua dedicada mucama. Durante a fuga, a negra pediu abrigo na fazenda de Amaral, um nobre estancieiro português, que ao saber da triste história, adotou o garoto para criar-lhe como filho. Ao atingir a idade de 18 anos, José volta para a fazenda de seu pai com o intuito de retomar as suas terras, que estavam sobre a guarda de José Capinchos, e buscar pistas do assassino de sua família. Durante todos os anos que vivera na fazenda de Amaral, José desenvolvera habilidades bélicas e campeiras com um único objetivo: vingar a traidora morte de seus parentes. Juntamente com seu irmão Moysés, descobre que o assassino de sua família foi o posteiro de confiança de seu pai, José Capinchos. Porém antes de vingar-se, Avençal apaixona-se por Rosita, filha de seu inimigo. Moysés leva a cabo seu objetivo e, juntamente com seu irmão e sua tribo indígena, mata José Capinchos. Tamanho foi o sentimento de desolação e desgosto por ter sido responsável pela morte do pai de sua amada que José de Avençal desiste de viver e se põe a correr o estado em busca da morte. Assim, morre José de Avençal e nasce o vaqueano.

A vingança sagrada e a defesa da honra, são traços comuns da cultura rio-grandense que se pretende retratar. Se em *O Gaúcho* ela foi o cerne da trama, em *O Vaqueano* aparece da mesma maneira. Quando Avençal atinge os 18 anos, parte em busca da única idéia que lhe acompanhou durante todos esses anos afastado da sua fazenda, a vingança. O narrador relaciona-se de forma ambígua com tal característica. Por um lado opõe-se a esse sentimento,

essa falha do caráter rio-grandense, mas por outro corrobora que a vingança é um dever moral. E assim divaga:

Vingança! És tu também uma das sombras a embruscar os traços magistraes de character rio-grandense, falha que ninguém pode, nem deve occultar.

Talvez seja o quinhão ou partilha dos povos cavalheirescos, a quem a hospitalidade, a lhaneza, a honra e lealdade parecem antes virtudes innatas do que obediencia as leis do dever ou do resultado de obrigações moraes.

O céu diria a elle pela voz do evangélio: O perdão resgata o crime.

A lógica das paixões dizia-lhe: A nodoa de sangue lava-se com sangue.

Fora forçoso obedecer aos próprios pensamentos pessoases, e aos dictames de uma educação recebida e conforme ás leis que todas as edades tem chamado de honra. (op. cit., p.61).

Esta vingança era sagrada para Avençal. Sua vida dependia disso. Jurou ao pé da cruz de seus familiares que lavaria a nódoa dessa traição com o sangue do assassino. Porém só seria completa se fosse concretizada num duelo justo e leal. O assassinato de Capinchos por si só nada lhe valeria, seria como o ato traidor de degolar a sua mãe e seus irmãos enquanto preparavam-se para ir dormir, como a traição de apunhalar seu pai pelas costas durante uma caçada. O duelo deveria ser de igual para igual, onde o vencedor sairia com a sua honra intacta e enaltecida pela luta. Esse era o caráter do rio-grandense que se construía: bruto, porém leal.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizarmos as idéias que conduziram esta pesquisa é preciso retomar os pontos que propomos para análise: como as obras historiográficas e as do corpus literário influenciaram na criação da imagem do gaúcho herói? Esta foi a questão inicial lançada sobre o material a ser pesquisado, e também a questão que buscamos responder através da análise desta bibliografia.

Através disso, estipulamos os caminhos de deveríamos seguir para acharmos as respostas. Supomos como hipóteses que, partindo da idéia de que a ideologia dos autores não pode ser separada do texto no momento da escrita, buscamos identificar nas obras a presença dessas ideologias, e como elas influenciaram na representação do gaúcho nas diferentes disciplinas, em diferentes períodos. Por ser a escrita um meio de comunicação, acreditamos na intenção dos autores em divulgar tais imagens ideológicas, a fim de influenciar culturalmente a sociedade que se inseriam, e assim atingirem um objetivo maior, tanto político como ideológico.

Para agradecer todos estes pontos dividimos a pesquisa em três capítulos, com responsabilidades diferentes. O capítulo “Formação da Província de São Pedro: breve introdução dos processos político-militar e econômico” serviu o propósito de contextualizar a formação social e cultural da província da São Pedro do Rio Grande do Sul, cenário da criação do gaúcho, e também de destacar a sua conturbada inserção na conjuntura nacional, através de complexas questões econômicas e militares. Porém a análise da questão norteadora recaiu sobre os capítulos “Gaúcho, visões da história” e “Gaúcho, visões da literatura”.

No capítulo “Gaúcho, visões da história” procuramos demonstrar como a historiografia, em conjunto com a sociologia e a crítica literária, construiu a imagem do gaúcho herói, e como essa construção desempenhou um papel de

formação ideológica no diferentes momentos históricos. Como vimos, a pesquisa de Augusto Meyer (2002) com relação à alteração semântica do termo “gaúcho”, foi a obra que trilhou os caminhos de nossa análise. Através dessa obra foi possível perceber como a alteração do significado de gaúcho serviu à ideologia dos construtores desta imagem ideológica. Ainda nesta obra, vimos que a valorização do gaúcho não se deu somente em razão do que se produziu sobre ele – embora esta produção seja crucial para a alteração, principalmente após a sua inserção na sociedade e decorrente desaparecimento – mas deu-se também por sua importância na Revolução Farroupilha, que lhe proporcionou um maior apreço dos rio-grandenses.

O esforço da historiografia em criar uma imagem glorificada do gaúcho deu-se no fim do século XIX, mas principalmente, no início do século XX, portanto, após o seu desaparecimento como indivíduo marginal do pampa. Neste período, antecipada pela literatura, a historiografia sulina iniciou o seu trabalho de buscar no passado representações que pudessem definir uma identidade cultural para o estado, e assim demonstrar o seu pertencimento ao Brasil. Convém lembrar que, com a proclamação da república, foi necessário unificar o estado, fortificá-lo culturalmente, para poder alcançar objetivos maiores, num país ainda pouco definido político e culturalmente.

A história passou a perseguir um ideal provinciano de unificação, onde os atributos heróicos do passado deveriam prevalecer na formação deste povo. Usou-se então a figura do gaúcho primitivo, recuperando suas características de homem livre, bravo e habilidoso nas lidas campeiras, porém acrescentando as imagens de hábil militar, defensor das fronteiras nacionais, patriótico, leal e honrado. Criou-se essa imagem como o substrato da formação cultural da província, sendo todos os seus habitantes herdeiros desse herói antigo.

Seguimos nesta pesquisa o trabalho de Ieda Gutfreind (1992), que ao analisar a historiografia rio-grandense, explicitou esse vínculo entre a criação histórica e a política no Rio Grande do Sul. Em sua análise, a História, como discurso científico e verdadeiro, serviu à política através da construção da imagem mítica do gaúcho, para poder gerar assim, por meio de um ícone identitário, um elo de ligação entre os habitantes do estado. Era necessária tal união, pois o Rio Grande do Sul ainda sangrava uma cisão decorrente da

Revolução Federalista de 1893, e que, por não resolvidas as diferenças, voltaram a se enfrentar em 1923, e assim mantiveram o estado debilitado, com sua força política dividida.

Ruben Oliven (2006), quando analisou a questão da produção historiográfica vinculada à criação de imagens ideológicas do gaúcho, para fins políticos, defendeu que, por estarem escrevendo num período muito próximo à Revolução de 30, os historiadores tinham como tema central de seus estudos a formação da nacionalidade e a integração nacional. Recorda que em 1930 “ainda não havia se consolidado a integração econômica e política do país”, e coube à historiografia o papel de desenvolver o discurso de “brasilidade” (op. cit., p.76). Em virtude disso se estabeleceu uma divisão entre gaúcho brasileiro e *gaucho* argentino, a fim de evocar o caráter nacionalista do povo rio-grandense. Desta forma conclui Oliven:

Era preciso, portanto, não só afirmar a brasilidade do gaúcho, mas enfatizar seus traços positivos, mesmo que para isso seja necessário maquilar a realidade, passando por cima dos elementos que poderiam eventualmente ser considerados “bárbaros”. Estes deveriam ser “exportados” para o outro lado da fronteira: o Prata. (op. cit., p.76).

Esta citação sintetiza de diversas formas as idéias desenvolvidas por esta pesquisa: a separação entre gaúchos e *gauchos* foi uma diferenciação utilizada pela historiografia rio-grandense para evidenciar o sentimento de nacionalidade do Rio Grande do Sul; e também, através de uma prática de seleção de fontes, criar uma imagem heróica para o passado rio-grandense, através da figura do gaúcho, evidenciando as suas virtudes e deslocando os “temas indignos” para o personagem *gaucho* de além fronteira. Com isso, criou-se um conjunto de imagens que definiu a unificação da identidade e cultural regional, unindo o estado e fortificando as suas lideranças.

No capítulo “Gaúcho, visões da literatura” desenvolvemos a análise das obras do *corpus*, visando identificar as suas contribuições para a criação da imagem do gaúcho herói. Dentro da análise, destacamos a construção dos personagens como veículo condutor da ideologia dos autores e, por este mesmo ponto, a criação das imagens mitificadoras da personagem gaúcho.

Analizamos que José de Alencar escreveu a obra *O Gaúcho* dentro do projeto do romantismo. Este projeto tinha como objetivo literário criar uma literatura nacional, que trabalhasse com temas e linguagem nacional, visando distanciar-se da literatura portuguesa. Porém, existiu também um cunho político-ideológico no projeto, que buscava, através da evidência da cor local, criar uma unificação nacional pela construção de sua identidade.

Apolinário Porto Alegre também participou desse projeto de construção da identidade nacional. Não existe uma afirmação do autor de que sua obra participou do projeto romântico de Alencar, isso fora apenas evidenciado pela crítica literária. Porém, analisando a sua obra podemos identificar a vasta influência que *O Gaúcho* exerceu no *O Vaqueano*, tanto na construção da obra como no posicionamento ideológico.

A obra *O Gaúcho* inseriu-se na fase regionalista do projeto romântico de Alencar, e estava imbuída em apresentar o rio grande e o gaúcho para a nação, destacando a sua brasilidade. Para isso, Alencar utilizou o dialeto gauchesco, com uma linguagem que beirou uma tradução para o português, explicando constantemente os significados das gírias e idiotismos rio-grandenses. Buscou também a construção da identidade nacional pela diferenciação do nacional e do estrangeiro e pela constante afirmação de pertencimento do gaúcho ao Brasil.

Porém, o ponto principal desta identificação foi a criação de Manoel Cacho, personagem principal e identificadora do gaúcho. Essa construção gerou diversas imagens heróicas, e definiu o caráter do habitante do Rio Grande do Sul pelas características como coragem, valentia, honra, lealdade, solidão, liberdade, patriotismo, habilidades militares, habilidades campeiras, entre outras. Estas representações geraram uma figura ideológica mitificada que serviu como base para a criação da identidade campeira, a unificação cultural do Rio Grande do Sul e a sua conseqüente inserção na nação.

O livro de Apolinário Porto Alegre foi considerado por muitos teóricos como uma resposta ao *O Gaúcho* de Alencar, por razão das imprecisões culturais constantes na obra do cearense. Assim, *O Vaqueano* foi analisado como uma adaptação à obra romântica para as realidades culturais da província, porém sem descartar as questões ideológicas propostas por Alencar.

A constituição da obra de Apolinário muito se assemelha a obra *O Gaúcho*. Para evidenciar esta aproximação, citamos Sergius Gonzaga (1980, p.128):

José de Avençal, o vaqueano, reproduzia Manoel Canho, seja no desejo de vingança pelo pai morto, seja nas turvações melancólicas de seu caráter, seja no confronto honra *versus* paixão, ou seja ainda pelo suicídio final do herói. O peso alencariano oprime, as influencias transbordam: as próprias alusões históricas, ligando a ação da novela à revolta dos farrapos, parecem ter nascido de *O Gaúcho*.

A criação do herói em ambas as obras segue o mesmo molde. Tanto o gaúcho como o vaqueano são descritos com boas doses de adjetivos: destemido, valente, fechado, livre, honrado, leal, patriótico, hábil nos trabalhos militares e campeiros. Porém, existe em *O Vaqueano* uma alteração substancial: a denominação de vaqueano para a personagem principal, ao invés de gaúcho, termo que, no período das obras, ainda era dotado de significados depreciativos. Possui também uma redução nas constantes citações e referências às características culturais, a qual analisamos que, por ser o autor nativo do estado, os aspectos culturais e os costumes do Rio Grande do Sul eram parte da sua realidade, e assim não teriam razão de serem explicitados. O mesmo acontece com a linguagem, que na obra de Apolinário se constitui menos dialetal e mais erudita.

As aproximações foram também ideológicas. Ao adaptar a obra de Alencar para o universo rio-grandense, Apolinário corroborou o projeto romântico e seus objetivos. Existe em *O Vaqueano* todos aqueles aspectos que Alencar definiu no prefácio de *Sonhos D'ouro* como sendo seu projeto de valorização do nacional. Contudo, Apolinário inseriu outros aspectos em sua obra que simbolizaram os seus ideais e de seus pares da Sociedade do Partenon Literário, como os anseios republicanos e abolicionistas.

As obras criaram imagens que serviram como base para definir uma cultura regional. Estas imagens, embora fossem influenciadas pela real vida campeira, foram injetadas de significados heróicos, gerando assim imagens mitificadas. Através dessa prática, e usufruindo do *status* de “meio de comunicação” da literatura, os autores puderam executar seus objetivos e

defende suas ideologias no texto literário, legando ao povo rio-grandense a construção de um personagem heróico e, influenciando assim, na formação cultural do Rio Grande do Sul e a sua conseqüente identificação com a cultura nacional.

Podemos então traçar um paralelo entre a construção historiográfica do fim do século XIX e início do XX e a construção da literatura do projeto romântico: ambas buscaram criar uma imagem identificadora da cultura nacional. A literatura antecipou a criação do mito do gaúcho, iniciando a alteração desta figura de andarilho a herói dos pampas. Posteriormente, a história utilizou-o para fins político-ideológicos nos seus trabalhos do século XX, definindo a imagem que se instaurou no inconsciente coletivo da sociedade.

Retomando a definição de ideologia, proposta por Terry Eagleton (1997, p.15), podemos perceber a inserção dos diferentes discursos nas diferentes significações do termo. Por ter servido politicamente como veículo criador de imagem que pudesse identificar o povo rio-grandense e fortalecer a política para ascender a um posto maior na escala do poder nacional, através da seleção de fontes, a historiografia rio-grandense encaixa-se em cada um dos itens propostos por Eagleton.

De forma semelhante, as obras que compõem o *corpus* literário desta pesquisa se encaixam nas definições de Eagleton. Apolinário Porto Alegre e José de Alencar perseguiram em sua escrita ideais previamente estipulados, com intuito de criar imagens que pudessem agir na alteração da sociedade e sua cultura. Na história a ideologia a construção da ideologia do gaúcho veio atender aos propósitos do governo do Rio Grande do Sul, que necessitava do herói para embasar suas ações políticas, enquanto na literatura não houve esta vinculação político-partidária, pelo menos de forma explícita.

Como fechamento das idéias que compuseram essa análise, citamos Flávio Loureiro Chaves (apud Oliven, 2006, p. 66), como exemplo e síntese da alteração da figura do gaúcho:

À medida que foi desfigurado das origens, o gaúcho também foi nobilitado. Nobilitou-o esta perspectiva senhorial dos grandes proprietários rurais aos quais interessava diretamente estabelecer a identidade entre o peão e o soldado, atribuindo-lhe uma aura heróica.

Nobilitou-o, logo adiante, a palavra dos historiadores, fazendo-o protagonista duma epopéia brasílica, que vai das Guerras Platinas à Campanha do Paraguai, passando pela Revolução Farroupilha de 1835. Trata-se essencialmente de um fenômeno ideológico o processo de construção do *gaúcho* como campeador e guerreiro, inserindo-o num espaço histórico onde atributos de coragem, virilidade, argúcia e mobilidade são exigidos a todo momento, transportando-o ao plano do mito. E não há caso em que transpareça tão claramente a vitória da ideologia.

Modernamente, o Movimento Tradicionalista Gaúcho mantém acesa a construção ideológica, reforçando-a como modelo cultural do Rio Grande do Sul.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBECHE, Daysi Lange. *Imagens do gaúcho. História e mitificação*. 1.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

ALENCAR, José de. *O Gaúcho*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.

\_\_\_\_\_. *Como e porque sou romancista*. 2.ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

\_\_\_\_\_. *Sonhos D'ouro*. São Paulo: Ática, 1981.

ARISTÓTELES. *A arte poética*. São Paulo: Martin Caret, 2004.

BARCELLOS, Rubens de. *Estudos Rio-Grandenses: Motivos de História e Literatura*. 2.ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1960.

BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. 8.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

BORGES, Jorge Luis. BULLRICH, Silvina/org. *El Compadrito*. 2.ed. Buenos Aires: Emecé, 2000.

\_\_\_\_\_. *El escritor argentino y la tradición*. In. *Obra completas*. Tomo 1. Buenos Aires: Emecé, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 9.ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

\_\_\_\_\_. (org) *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

CADEMARTORI, Lígia. *Períodos Literários*. 9.ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade: Estudos de teoria e história literária*. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Jorge de. O Lugar da Cultura Tradicional na Sociedade Moderna. In. *Seminário Folclore e Cultura Popular: as várias faces de um debate*. 2.ed. Rio de Janeiro: Funarte, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CERQUEIRA FILHO, Gilásio. *Análise social da ideologia*. São Paulo: EPU, 1988.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. 2.ed. São Paulo, Forense Universitária, 2002.

CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. 3.ed. Porto Alegre:IEL/Corag, 2006.

\_\_\_\_\_. *Notícias do Rio Grande*. 1.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_. Ocupação e diferenciação do espaço. In. *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, Pg. 7-27.

\_\_\_\_\_. *Origens da Economia Gaúcha (o boi e o poder)*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005.

\_\_\_\_\_. Raízes Históricas do Rio Grande do Sul. In. *Rio Grande do Sul. Terra e Povo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1964.

CHARBONNIER, Georges. *Arte, linguagem etnologia: entrevista com Claude Lévi-Strauss*. Campinas: Editora Papirus, 1989.

CHARTIER, Roger. *A história hoje: dúvidas, desafio, propostas*. Revista brasileira de ciências sociais. São Paulo, SP, 1993.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. *O que é ideologia?* 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CHAVES, Flávio Loureiro. *História e Literatura*. 1.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

\_\_\_\_\_. *Matéria e Invenção (ensaios de literatura)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_, BATTISTI, Elisa/org. *Cultura regional: língua, história, literatura*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_/org. *Cultura regional 2: língua, história, literatura*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2006.

CONFORTO, Marília. *Faces da personagem escrava*. Caxias do Sul: EDUCS.

\_\_\_\_\_. ARENDT, João Cláudio. Cruzamentos: a representação da História no texto literário. In. *Cultura Regional: língua, história, literatura*. (org) Flávio Loureiro Chaves, Elisa Bastiti. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. 3.ed. Cotia: Ateliê Regional, 2004.

DACANAL, José Hildebrando. *Era uma vez a literatura...* Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

\_\_\_\_\_, GONZAGA, Sergius (orgs). *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

DECCA, Edgar de. O que é romance histórico? In: AGUIAR, Flávio (org). *Gêneros da fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Ed Boitempo, 1997.

\_\_\_\_\_. *A idéia de cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1978.

FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREGA, Ana. *Pueblos y soberanía en la revolución artiguista*. Montevideo: Banda Oriental, 2007.

FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro*. Porto Alegre: Editora Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. O Gaúcho: mito da "produção sem trabalho". In. *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1941.

GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhart*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

GOLIN, Tau. *A ideologia do gauchismo*. Porto Alegre: Tchê, 1983.

GONZAGA, Sergius. As mentiras sobre o gaúcho: Primeiras contribuições da literatura. In. *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. 4.ed. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1985.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?. In. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 4.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000

HESSEL, Lothar. *Aspectos sociais e literários do gaúcho*. Separata do Vol. IV das atas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Coimbra, 1966.

\_\_\_\_\_ (org). *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Edições Flama, 1976.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Aspectos culturais da construção da regionalidade gaúcha. In: *Rio Grande do Sul – Paisagens e Territórios em Transformação*. p.215 – 232. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 2005.

\_\_\_\_\_. Região e Regionalismo: observações acerca dos vínculos entre a sociedade e o território em escala regional. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*. p. 63 – 75. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

HOBBSAWN, Eric. RANGER, Terence. (orgs). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HOUAISS, Antônio. VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Pg. 1760.

KUHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre: Editora leitura XXI, 2004.

KUNDERA, Milan. *A cortina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LARA, Elizabeth Rizzato. *O Gaúcho a pé. Um Processo de Desmitificação*. Santa Cruz do Sul: CESPE, 1985.

LACERDA, César de. *O monarca das coxilhas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1991.

LE GOFF, Jacques. *História Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

\_\_\_\_\_. *História Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

\_\_\_\_\_. *História Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

MAESTRI, Mário. *História e Literatura: O quatrilho, um caso de amor pela RCI*. Revista História e tendências. V.5 n.1 – p. 9-32. Julho/2004.

\_\_\_\_\_. *O escravo no Rio Grande do Sul*. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006.

MANNHEIN, Karl. *Ideologia e utopia*. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MEYER, Augusto. *Prosa dos Pagos*. 4.ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: CORAG, 2002.

MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

MOREIRA, Maria Eunice. *Regionalismo e Literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/ICP, 1982.

NICHOLS, Madaline Wallis, *O Gaúcho. Caçador de gado. Cavaleiro. Ideal de romance*. 1.ed. Rio de Janeiro: Ed. Zelio Valverde, 1946.

ORNELLAS, Manoelito de. *Gaúchos e Beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. 3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1976.

OLIVEN, Ruben George. *O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida*. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Vértice: ANPOCS, 6(9), 1989.

\_\_\_\_\_. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1992.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PAVIANI, Jayme. *Interdisciplinaridades: conceito e distinções*. Caxias do Sul, EDUCS; Porto Alegre, Edições Pyr, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). *Leitura Cruzadas. Diálogos da história com a literatura*. 1.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. *Fronteiras culturais em um mundo planetário – paradoxos da(s) identidade(s) sul-americana(s)*. Revista do CESLA, n.8, Varsóvia, 2006. Pg. 9-19.

\_\_\_\_\_. *História do Rio Grande do Sul*. 9.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre, Livraria Selbach, 1954.

PORTO ALEGRE, Apolinário. *O vaqueano*. 2.ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1927.

POZENATO, José Clemente. *O Regional e o Universal na Literatura Gaúcha*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

\_\_\_\_\_. *Processos Culturais na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 1990.

\_\_\_\_\_. *Processos Culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

\_\_\_\_\_. RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. *Fronteiras sem divisas. Aspectos históricos e culturais da UHE BARRA GRANDE*. Caxias do Sul: EducS, 2005.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_.(orgs) *Cultura, Imigração e Memória: percurso e horizontes: 25 anos do ECIRS*. Caxias do Sul, EDUCS, 2004.

REIS, José Carlos, *As identidades do Brasil*. 8.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

REVERBEL, Carlos. *O gaúcho. Aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata*. Porto Alegre, L&PM, 1986.

- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RÓSCIO, Francisco João. Compêndio Noticiosos. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 87, ano 22, 3 e 4 trimestres, 1942, p. 29-56).
- RUTHVEN, K.K. *O Mito*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999.
- SILVA, Janice Theodoro da. *Descobrimientos e Colonização*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 4.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- SILVA, Vítor Manoel de Aguiar e. *Teoria da literatura*. 2.ed. Coimbra: Almeida, 1969.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 7.ed. São Paulo: Difel, 1982.
- TEIXEIRA, Mucio, *A Revolução do Rio Grande do Sul suas causas e seus efeitos*. Porto Alegre: Tipografia do Jornal e Comércio, 1893.
- \_\_\_\_\_. *Os Gaúchos: Estudo do meio physico, do momento histórico, da vida pampeana, do cancionero popular e synthese biográfica dos Rio-Grandenses illustres*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo Editores, 1920.
- TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. 2.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.
- VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El-Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: IEL: CORAG, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Formação Histórica do Gaúcho Rio Grandense*. In: *Rio Grande do Sul: Terra e Povo*. Porto Alegre: Editôra Globo, 1964.
- VERÍSSIMO Érico. *O tempo e o vento, parte I: O Continente I*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4.ed. Brasília: Editora UnB, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Acreditaram os gregos em seus mitos?* Lisboa: Edições 70, 1987.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do séc. XIX*. 2.ed. São Paulo: Editora da USP, 1995.

\_\_\_\_\_. *Trópicos do discurso: ensaios sobre crítica da cultura*. São Paulo, Editora da USP, 1994.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 4.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ZILBERMAN, Regina. *Do mito ao romance: tipologia da ficção brasileira contemporânea*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977.

\_\_\_\_\_. *Estética da recepção e história da Literatura*. São Paulo: Ática, 1989.